

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

NAYANE JUVENCIO DE SOUSA

**A BAIXA PERMANÊNCIA DE ALUNOS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS JOÃO DA SILVA RAMOS: UM ESTUDO DE CASO**

JUIZ DE FORA

2019

NAYANE JUVENCIO DE SOUSA

**A BAIXA PERMANÊNCIA DE ALUNOS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS JOÃO DA SILVA RAMOS: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para conclusão do Mestrado Profissional em
Gestão e Avaliação da Educação Pública, da
Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Juiz de Fora

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicollela

JUIZ DE FORA

2019

NAYANE JUVENCIO DE SOUSA

**A BAIXA PERMANÊNCIA DE ALUNOS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS JOÃO DA SILVA RAMOS: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para conclusão do Mestrado Profissional em
Gestão e Avaliação da Educação Pública, da
Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Juiz de Fora.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Alexandre Chibebe Nicolella

Membro interno

Membro externo

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter posto o mestrado na minha trajetória profissional e acadêmica e ser a Luz que ilumina e guia todos os meus caminhos.

À minha família, sempre presente na minha vida e nos meus projetos.

Aos meus colegas de turma, pela parceria em toda jornada do mestrado, pelas palavras de apoio e incentivo nos momentos mais difíceis e pelas alegrias partilhadas, especialmente, nos períodos presenciais.

À minha grande amiga, parceira de mestrado, colega de trabalho, Neusa Setúbal, pelos esforços em manter minha autoestima elevada o suficiente para não fraquejar, pela amizade, carinho e pela confiança depositada em mim como pessoa e como profissional.

Ao Dr. Alexandre Chibebe Nicollela por ter sido orientador desta pesquisa e ter colaborado com a superação das dificuldades encontrados em seu percurso.

À minha ASA, Mayanna Martins, meu agradecimento especial pelo suporte dado, pela paciência e acima de tudo pelas palavras acolhedoras e sensibilidade demonstrada em momento delicado do percurso desse mestrado.

Por fim agradeço meus colegas e alunos do Ceja João da Silva Ramos pela participação na pesquisa, especialmente, à Lidiane, minha grande parceira de trabalho por ter partilhado seu conhecimento acerca da instituição, por sua colaboração imprescindível na coleta de dados nos arquivos e documentos escolares, pela amizade sincera construída na rotina escolar.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A pesquisa teve como principais objetivos compreender os fatores extra e intraescolares que contribuem para os elevados indicadores de baixa permanência dos alunos no Ceja João da Silva Ramos e propor ações com o intuito de reduzir esses indicadores. Para tanto, foi realizado um estudo de caso, que iniciou com revisão de bibliografia sobre especificidades da Educação de Jovens e Adultos em âmbito nacional, regional e local, seguida por pesquisa de campo, por meio da análise de documentos a respeito da oferta de EJA no Centro pesquisado e aplicação de questionários a alunos e professores da instituição. Os resultados da pesquisa denotam que tanto estudantes quanto docentes consideram que fatores externos ao ambiente escolar exercem maior influência sobre a não permanência dos alunos na escola. Elementos como trabalho, falta de tempo para estudar, desinteresse pelos estudos e motivos pessoais como casamento e filhos são citados pelos participantes da pesquisa como alguns dos principais implicadores para a descontinuidade de estudos pelos alunos. Pequena parcela dos participantes indicou que houvesse questões internas associadas ao abandono escolar. Dentre os fatores intraescolares, destacaram-se o formato semipresencial, dificuldades de compreensão do material didático, reprovações e falta de formação específica dos professores para lidar com o público de EJA. A partir dos resultados, foi proposto um Plano de Ação Educacional com ações a serem implementadas pelo núcleo gestor com vistas a reduzir o número de alunos que abandonam a escola ao longo de cada ano letivo.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Baixa conclusão escolar. Fatores associados ao abandono escolar.

ABSTRACT

The present dissertation it was developed in the ambit of the Professional Master Degree in Administration and Evaluation of the Public Education (CAEd/UFJF). This research aimed to understand the external and internal school factors that contribute to the high indicators of the students' low permanence in the CEJA João da Silva Ramos and to propose actions with the intention of reducing those indicators. Therefore, a case study was accomplished and began with bibliographic revision on Youth and Adult Education in country, state and city, followed for field research, through the analysis of documents regarding the offer of openings in that school and application of questionnaires to students and teachers of the institution. The results of the research has shown that students and teachers consider that external school factors fulfil larger influence in cases when students does not keep going in the school. Elements as work, little time to study, lack of interest in studies and personal reasons such marriage and children are mentioned by the participants of the research as main reasons for the students quit the school. Some few participants indicated that there were internal aspects associated to the school abandonment. Among the internal school factors mentioned are part-time mode of study, difficulties of understanding the didactic material, failed at school and lack of the teachers' specific formation to work with the Youth and Adult Education. Starting from the results, an Educational Plan has been proposed with actions to be implemented by the school managers to reduce the number of students that abandon the school along every school year.

Keywords: Youth and Adult Education. Low school peefomance. Factors related to quit school.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Matrículas em EJA no Brasil de 2007 a 2017	21
Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo no Brasil, Nordeste e Ceará.....	24
Gráfico 3 – Matrículas em EJA no Ceará - 2007/2014	29
Gráfico 4 – Matrículas em EJA no Ceará-2017, por rede de ensino	30
Gráfico 5 – Matrículas nos Centros de Educação de Jovens e Adultos da rede estadual do Ceará, de 2007 a 2017.....	33
Gráfico 6 – Carga horária semanal dos professores do Ceja por área do conhecimento em 2019	40
Gráfico 7 – Número de alunos que abandonaram os estudos no Ceja João da Silva Ramos nos anos de 2014 a 2018	44
Gráfico 8 – Percentual de reprovações por disciplina – Ensino Fundamental e Médio/ janeiro a dezembro de 2018.....	46
Gráfico 9 – Ano de matrícula dos alunos que abandonaram em 2018	49
Gráfico 10 – Idade dos alunos que abandonaram a escola e estão matriculados em 2019	65
Gráfico 11 – Renda familiar dos respondentes.....	68
Gráfico 12 – Motivos que levaram os alunos a matricularem-se no Ceja.....	70
Gráfico 13 – Tempo de docência dos professores do Ceja João da Silva Ramos	71
Gráfico 14 – Renda declarada pelos professores.....	73
Gráfico 15 – Fatores externos associados a não permanência segundo alunos do Ceja	74
Gráfico 16 – Fatores externos associados ao abandono segundo os professores	78
Gráfico 17 – Fatores internos associados ao abandono no Ceja João da Silva Ramos na visão dos alunos	80
Gráfico 18 – Respostas dos professores do Ceja João da Silva Ramos sobre suas práticas pedagógicas	84
Gráfico 19 – Opinião dos professores a respeito da relação absenteísmo docente/abandono escolar.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Monitoramento das metas do PNE	23
Tabela 2 – Pessoas com 14 anos ou mais sem instrução de acordo com a PNAD 2015, 2016 e 2017	26
Tabela 3 – Situação da meta 10 do PNE – Brasil e Ceará.....	27
Tabela 4 – Número de matrículas e concluintes de EJA no Brasil, Nordeste e Ceará.....	28
Tabela 5 – Percentual da população de 15 a 17 anos que está cursando ou concluiu a educação básica	35
Tabela 6 – Estrutura física do Ceja João da Silva Ramos	37
Tabela 7 – Funções exercidas no Ceja e quantidade de profissionais	38
Tabela 8 – Infrequência docente nos meses de fevereiro a setembro de 2018.....	46
Tabela 9 – Motivos pelos quais os alunos respondentes abandonaram a escola regular.....	67
Tabela 10 – Respostas dos alunos sobre bens de consumo	68
Tabela 11 – Características socioeconômicas dos alunos participantes da pesquisa	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sugestões dos alunos para o núcleo gestor do Ceja.....	86
Quadro 2 – Síntese dos resultados da pesquisa e ações propostas para o PAE	89
Quadro 3 – Plano de ação para reduzir o impacto da jornada de trabalho e falta de tempo sobre a permanência dos alunos	93
Quadro 4 – Plano de ação para minimizar o impacto do desinteresse pelos estudos no abandono escolar no Ceja.....	95
Quadro 5 – Plano de ação para realinhamento do currículo escolar	97
Quadro 6 – Plano de ação para melhoria do acolhimento aos alunos	99
Quadro 7 – Plano de ação para produção de material didático complementar.....	100
Quadro 8 – Ação para proporcionar formação continuada para professores	101
Quadro 9 – Ação que visa desenvolver habilidades de leitura, escrita e matemática	103
Quadro 10 – Ação para aperfeiçoar os instrumentos de avaliação utilizados no Ceja João da Silva Ramos.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AJA – Alfabetização de Jovens e Adultos

CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas

CEB – Câmara de Educação Básica

CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos

CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PAE – Plano de Ação Educacional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional de Educação

PLND – Programa Nacional do Livro Didático

PPP – Projeto Político Pedagógico

SASP – Serviço de Assessoramento Pedagógico

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDUC – Secretaria de Educação

SIGE – Sistema Integrado de Gestão Escolar

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E CEARÁ: PANORAMA HISTÓRICO DA OFERTA, ACESSO E PERMANÊNCIA	16
1.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	18
1.2 TRAJETÓRIAS DA EJA NO CEARÁ.....	23
1.3 O CASO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JOÃO DA SILVA RAMOS.....	34
1.3.1 O Ceja João da Silva Ramos: breve histórico.....	36
1.3.2 Estrutura organizacional do Ceja: o corpo docente e demais colaboradores.....	38
1.3.3 Organização curricular da escola: material didático e avaliação	40
1.3.4 Funcionamento escolar: do acolhimento ao atendimento individualizado dos alunos.....	42
1.3.5 Baixa permanência no Ceja: algumas evidências e possíveis fatores internos associados ao fenômeno.....	43
2 ANÁLISE DOS FATORES INTRA E EXTRAESCOLARES QUE CONTRIBUEM PARA A BAIXA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS	50
2.1 FATORES QUE INFLUENCIAM NA BAIXA PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	50
2.2 PERCURSO METODOLÓGICO	60
2.3 FATORES INTRA E EXTRAESCOLARES ASSOCIADOS À BAIXA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS	64
2.3.1 Perfil dos alunos que interromperam os estudos no Ceja.....	64
2.3.2 Perfil dos professores	71
2.3.3 Fatores externos associados à descontinuidade dos estudos no Ceja João Ramos: visão de alunos	74
2.3.4 Fatores extraescolares associados à baixa permanência no Ceja João da Silva Ramos: visão dos professores	77
2.3.5 Fatores internos associados à descontinuidade dos estudos no Ceja João Ramos: visão dos alunos.....	79

2.3.6 Fatores internos associados à descontinuidade de estudos no Ceja João Ramos: visão dos professores	83
2.3.7 Contribuições dos participantes da pesquisa para o Ceja	86
2.3.8 Síntese da análise dos resultados e perspectivas para diminuição da baixa permanência dos alunos no Ceja João Ramos	88
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA PARA REDUÇÃO DOS INDICADORES DE BAIXA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS	91
3.1 AÇÃO PARA MINIMIZAR A INFLUÊNCIA DA JORNADA DE TRABALHO E FALTA DE TEMPO SOBRE O ABANDONO NO CEJA	92
3.2 AÇÃO PARA MINIMIZAR A INFLUÊNCIA DO DESINTERESSE PELOS ESTUDOS E DESMOTIVAÇÃO SOBRE A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO CEJA JOÃO RAMOS	94
3.3 AÇÃO QUE VISA À REVISÃO E REALINHAMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR DO CEJA.....	96
3.4 AÇÃO PARA MELHORIA DO ACOLHIMENTO AOS ALUNOS.....	98
3.5 AÇÃO PARA APERFEIÇOAR O MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO NO CEJA ...	99
3.6 AÇÃO QUE VISA CONTRIBUIR COM A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	101
3.7 AÇÃO QUE VISA MINIMIZAR A DEFASAGEM DE APRENDIZAGENS EM LEITURA, ESCRITA E MATEMÁTICA.....	102
3.8 AÇÃO QUE VISA APERFEIÇOAR OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A – Questionários para alunos que interromperam os estudos no Ceja e estão matriculados em 2019.....	116
APÊNDICE B – Questionários para os professores orientadores do Ceja João da Silva Ramos	123

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação básica, assim delimitada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que normatiza o direito garantido na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988; 1996). Trata-se de uma demanda histórica da sociedade brasileira com seus milhões de analfabetos e cidadãos adultos que não concluíram a escolaridade básica.

Embora a educação de jovens e adultos no Brasil remonte a tempos coloniais (BRASIL, 2002), já que naquele período os religiosos exerciam ações educativas, especialmente, com adultos (HADDAD, 1987), somente em meados do séc. XX, surgiram as primeiras políticas públicas para essa modalidade, quando foram instituídas políticas nacionais de educação para adultos por meio de campanhas de alfabetização (DI PIERRO, 2005).

A partir dessas iniciativas, a primeira legislação que faz referência à EJA, é a Lei nº 5.692/71, ao apresentar um capítulo específico sobre o ensino supletivo (CERATTI, 2007). Segundo a autora, “as políticas educacionais mais expressivas relacionadas à EJA têm seu início com a Constituição Federal de 1988, pois é ela que garante no Título dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros” (CERATTI, 2007, p. 4). Corroborando o preceituado na CF 88 e na LDB/96, a Educação de Jovens e Adultos foi contemplada no Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, com vigência de 2001 a 2011 e no Plano que sucedeu este, o PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014. No primeiro, a falta de financiamento inviabilizou, dentre outras, a meta de alfabetizar 10 milhões de pessoas em cinco anos. O segundo Plano trouxe três metas relacionadas ao equacionamento ou diminuição da defasagem educacional da população acima de 15 anos, com avanços, mas até o momento sem alcançar metas intermediárias projetadas (BRASIL, 2018).

Apesar da garantia constitucional e de sua ratificação em leis posteriores, a EJA permanece como um desafio para o Estado e para a sociedade. Ao analisar dados do Censo de 2010, Ribeiro, Catelli Jr e Haddad (2015, p.13), constataram que “o atendimento do público potencial¹ da EJA é mínimo, e que, mesmo estando parte da demanda sendo atendida pelo ensino regular, há parcela importante – 90,5% para o EF e 77,9% para o EM – que está fora da escola”.

¹ Ribeiro, Catelli Jr. e Haddad (2015, p. 12) com base na legislação vigente, consideram como “público potencial da EJA correspondente ao Ensino Fundamental (EJA-EF) todos os brasileiros e brasileiras de 15 anos ou mais de idade que não têm instrução e que não completaram o Ensino Fundamental. Como público de EJA correspondente ao Ensino Médio (EJA-EM) são considerados todos os maiores de 17 anos que não completaram o Ensino Médio, embora tenham completado o Ensino Fundamental”.

Nacif et al. (2016) apresentam dados mais atuais daquilo que eles classificam como “tragédia social”, especificando que, segundo dados da Pnad 2014, mais de 81 milhões de brasileiros acima de 18 anos não completaram o ensino médio, e destes, 58 milhões não concluíram o ensino fundamental. Haddad e Di Pierro (2000) lembram que possibilitar formação escolar a jovens e adultos no Brasil é uma intenção manifesta em Constituições desde o séc. XIX, sem contudo, converter as letras legais em práticas efetivas de instrução a todos os cidadãos.

O sucesso das políticas para educação de jovens e adultos, desde a superação do analfabetismo à conclusão de níveis de escolarização básica, passa pela superação de dificuldades diversas, que envolvem fatores intra e extra escolares. Pereira (2018), ao pesquisar as causas da baixa conclusão em instituição mineira de EJA, concluiu que há uma série de fatores extraescolares de ordem econômica, social e familiar que dificultam a permanência dos alunos. Estes estão associados a fatores intraescolares de caráter pedagógico, como currículos de EJA baseados em matrizes curriculares para formação de crianças e adolescentes, falta de formação específica de professores e de material didático próprio para EJA. Di Pierro (2005, p. 1118) considera que “a crônica escassez de recursos financeiros e a falta de preparo específico dos professores”, afeta de forma aguda a educação de jovens e adultos.

Para Nacif et al. (2016) uma das razões que justifica o elevado número de adultos sem escolarização básica é a falta de um atendimento adequado desse público pela EJA. Costa (2011) usa uma metáfora interessante para ilustrar o percurso seguido pelos alunos de EJA. A autora compara a vida desses alunos a uma grande corrida, na qual eles são os corredores e a escola o ponto de partida; no caminho, muitos desistirão ou desanimarão e apenas alguns concluirão todo o percurso.

Indicadores da Educação de Jovens e Adultos demonstram que são muitos os que nem iniciam a corrida, e muito menos os que cruzam a linha de chegada. Essa afirmação baseia-se em dados que mostram que mais de 7% da população brasileira de 15 anos ou mais é analfabeta e 53,9% da população a partir de 25 anos não concluiu a escolarização básica (IBGE, Pnad 2017).

Como desafios para a modalidade permanecem o fato de o campo da educação de adultos continuar fragmentado; não haver planejamento financeiro adequado; faltarem abordagens que deem conta da diversidade social, cultural e outras que permeiam a EJA; ser necessário ampliar a focalização das políticas de EJA para além da alfabetização; haver ausência de mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas implementadas.

No Ceará, a EJA é ofertada nos formatos presencial e semipresencial, inclusive para jovens e adultos em situação de privação de liberdade (SEDUC, 2018). Possui ainda uma das maiores matrículas de EJA integrada à educação profissional do nordeste, com indicadores acima do nacional (BRASIL, 2018). Apesar disso, mantém uma elevada taxa de analfabetismo – 14% de sua população a partir de 15 anos – e escolaridade média da população de 18 a 29 anos que não chega a 10 anos de estudo (Ibid). As oportunidades de escolarização para jovens e adultos no estado são viabilizadas em turmas de EJA presenciais, as quais funcionam em escolas regulares e em escolas de educação profissional; e nos Centros de Educação de Jovens e Adultos, que ofertam educação em formato semipresencial. Além disso, há a possibilidade de certificação por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja.

Esta pesquisa concentrou-se no âmbito do Ceja João da Silva Ramos, no interior do Ceará, instituição que enfrenta o desafio de diminuir o número de alunos que abandonam o Centro antes de concluir os estudos. O elevado número de alunos que interromperam suas trajetórias escolares ao longo dos últimos quatro anos instigou a pesquisadora ao estudo do assunto, sendo o abandono escolar o objeto dessa pesquisa. Assim, a pesquisa investigou os fatores que contribuem para a baixa permanência dos estudantes que matriculam-se no referido Ceja e culminou com a proposição de ações que podem contribuir para o aumento do número de discentes que permanecem na instituição até a conclusão dos cursos de ensino fundamental e/ou médio.

A pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro apresenta um panorama do histórico da EJA no Brasil, destacando as garantias legais de sua oferta, os percursos de avanços e retrocessos pelos quais passou e os desafios que se impõem à Educação de Jovens e Adultos em termos de acesso e permanência. Nesse capítulo, insere-se ainda, o cenário de oferta de EJA no Ceará, dissertando sobre as oportunidades de acesso ao ensino fundamental e médio em formatos presencial e semipresencial, além da EJA integrada à educação profissional, bem como sobre a demanda potencial no estado e o alcance das políticas implementadas. Na terceira seção desse capítulo, encontra-se descrito o Ceja João da Silva Ramos, incluindo suas características pedagógicas, administrativas, o público atendido pela escola e elementos que podem influenciar nos indicadores de baixa permanência registrados nesse Ceja. No segundo capítulo, encontra-se uma seção dedicada à revisão da literatura sobre o histórico da EJA no Brasil e no Ceará, as peculiaridades dessa modalidade, as dificuldades enfrentadas em sua oferta e as perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos no país. A segunda seção descreve o percursos metodológico da pesquisa e a terceira seção apresenta a análise dos dados coletados

por meio dos questionários aplicados a alunos e professores. Nessa seção, procura-se responder a questão “Que ações a gestão escolar pode implementar para aumentar a permanência dos alunos na escola?”.

A pesquisa possibilitou a delimitação de fatores intra e extraescolares que contribuem para a ocorrência do problema da baixa permanência na escola. Assim, o terceiro capítulo traz um Plano de Ação Educacional, o qual se baseia nas evidências constatadas na pesquisa e propõe ações que revertam o problema da baixa permanência dos alunos no Ceja João da Silva Ramos.

1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E CEARÁ: PANORAMA HISTÓRICO DA OFERTA, ACESSO E PERMANÊNCIA

No transcurso deste capítulo, será apresentado um panorama do histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, englobando as garantias legais da oferta dessa modalidade, as dificuldades em se implementar políticas públicas que atendam às necessidades de escolarização do público de EJA, de modo a contemplar seus interesses e perspectivas, o cenário da Educação de Jovens e Adultos no Ceará e o Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos, lócus da pesquisa.

A Educação de Jovens e Adultos é definida como

todo processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as redirecionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade. (UNESCO, 2010, p. 5)

Costa (2014) afirma que, embora a instrução primária conste na primeira constituição brasileira como direito público e gratuito, níveis básicos de instrução permanecem como um desafio. O cenário para educação de jovens e adultos apresentou melhores perspectivas com a garantia de educação para todos na Constituição de 1988, no entanto, segundo Di Pierro (2005), a EJA foi marginalizada a partir da década de 1990 devido à focalização de políticas neoliberais no ensino fundamental para alunos de 7 a 14 anos.

Na década seguinte, a inclusão da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, abriu possibilidades de melhorias para a modalidade, tirando a EJA da “invisibilidade” (GOUVEIA apud GOUVEIA, 2015, p. 54) a que esteve sujeita no período do Fundef.

Contudo, a inclusão da Educação de Jovens e Adultos no mecanismo de financiamento dos fundos não foi suficiente para superar os desafios da modalidade. A ineficiência de políticas para EJA se reflete em problemas como a diminuição do número de matrículas (CHAVES, 2017; NACIF, et al. 2016), especialmente no período 2007-2014, e os altos indicadores de abandono nessa modalidade, possivelmente um dos principais indícios da pouca eficiência das políticas implementadas para a educação desse público. Por ser a baixa permanência dos alunos no Ceja João da Silva Ramos o objeto desta pesquisa, convém melhor delimitar as expressões abandono e evasão escolar.

O abandono escolar pode ser definido como

Abandono de curso ao término de um ano letivo. Desistência de atividades escolares por parte do aluno. A desistência supõe afastamento do estabelecimento de ensino, não-atendimento às exigências de aproveitamento e de assiduidade e não-solicitação de transferência para outro estabelecimento². (INEP, 20-)

Carmo (2011) considera o abandono um problema presente em todo lugar onde exista educação escolar, resultado de uma escola seletiva e excludente que não abarca as culturas de massa e produz como resultado o fracasso e a evasão. O Thesaurus Brasileiro de Educação (INEP, 20-) apresenta como definição de evasão escolar “O mesmo que deserção escolar. 1. Fenômeno que expressa o número de educandos de um grau de ensino ou de uma série escolar, que abandonam definitiva ou temporariamente a escola”. Distingue-se do abandono, pois, no caso da evasão, o aluno não volta a matricular-se no ano seguinte. Em comum os termos indicam a não permanência de alunos na escola ao longo do ano letivo, problema enfrentado pela EJA, conforme será demonstrado ao longo desse capítulo. Ceratti (2008), compreende o termo “evasão escolar” como fracasso escolar do aluno e da instituição educacional. A autora menciona que as causas do fracasso escolar estão relacionadas a três determinantes: psicológicos, socioculturais e institucionais.

No caso da Educação de Jovens e Adultos, esses fatores são potencializados pelo público constituído de pessoas que não concluíram os estudos na idade apropriada ou não tiveram oportunidade de estudar. No primeiro caso, são cidadãos que tiveram dificuldades de manter-se no sistema regular de ensino. O segundo caso, inclui pessoas que nunca fizeram parte de um sistema escolar e demonstram dificuldades em inserir-se em um meio, a escola, do qual nunca fizeram parte.

Assim, na tentativa de refletir sobre a baixa permanência no Ceja João da Silva Ramos, este capítulo está dividido em três seções. A primeira apresenta um panorama da EJA no Brasil, com um breve histórico das políticas que a delimitaram ao longo de algumas décadas, bem como dados que evidenciam o desafio da oferta dessa modalidade de ensino e da permanência nos sistemas escolares dos que neles ingressam; a segunda trata das políticas de EJA no Ceará e das especificidades da oferta de oportunidades educacionais para jovens e adultos nesse estado; a última seção retrata o Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos com evidências que demonstram as dificuldades que a instituição enfrenta para oferecer uma educação de qualidade, a qual deve refletir-se na diminuição do abandono escolar e consequente

² Esta definição consta no Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/thesaurus-brasileiro-da-educacao>.

elevação do número de alunos que concluem as etapas da educação básica disponíveis nessa escola.

1.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos representa uma demanda da sociedade brasileira que perdura por décadas. Trata-se de uma modalidade, cujas políticas educacionais mais expressivas iniciaram-se a partir da Constituição Federal de 1988 (CERATTI, 2007), sem contudo, produzir efeitos no que se refere à erradicação do analfabetismo e ao aumento adequado de oportunidades de aprendizagem para o público jovem e adulto não escolarizado na idade própria. Mesmo quando o acesso é possibilitado, taxas de abandono e fracasso desses alunos retratam as dificuldades em se ofertar educação de qualidade para esse público.

Embora no campo das ações de fomento à melhoria da educação pública, a Educação de Jovens e Adultos não tivesse status de prioridade, houve avanços no âmbito da legislação para essa modalidade. A garantia constitucional de educação básica pública e gratuita para todos que não tiveram acesso a ela na idade adequada (BRASIL, 1988), e importantes movimentos internacionais, certamente, influenciaram a produção de um cenário mais favorável à EJA.

Di Pierro (2010) faz uma retrospectiva das ações que impulsionaram essas políticas de EJA a partir da década de 1990, começando com a Conferência Mundial de Jontiem, quando firmou-se o compromisso de reduzir em 50% o analfabetismo e proporcionar maiores oportunidades de aprendizagem para jovens e adultos. Em meados da mesma década, a Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI divulgou o relatório Jacques Delors que reafirmava o direito de todos ao acesso à educação. Conforme Ceratti (2007) a V Conferência Internacional para Educação de Adultos (Confintea), corroborou o texto da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e “utiliza uma concepção ampliada de formação de pessoas adultas que compreende uma variada gama de processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada passível de ser adquirida ao longo da vida” (CERATTI, 2007, p. 8).

No Brasil, o Plano Decenal de Educação de 1994 fixou metas para a Educação de Jovens e Adultos, além disso, a oferta de EJA foi garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, onde reafirmou-se o direito de jovens e adultos a um ensino básico adequado às suas peculiaridades e a obrigação do poder público de oferecê-lo gratuitamente na forma de estudos e exames supletivos (BRASIL, 2002).

Apesar de todas esses compromissos e garantias legais, segundo Di Pierro (2010, p. 941), “No decorrer da segunda metade da década de 1990 (...) o território concreto da formulação e implementação das políticas governamentais no Brasil mostrou-se bastante problemático para a EJA”. Entre os motivos dessa problemática, pode-se mencionar a prioridade dada ao ensino fundamental pelas políticas educacionais do período. A década da educação foi a década dos investimentos na universalização do ensino fundamental, especialmente, para crianças de 7 a 14 anos. A EJA, excluída dos investimentos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – Fundef (DI PIERRO, 2010), continuou como uma política para cumprimento de dispositivo constitucional, sem que houvesse grande interesse dos governos federais, estaduais e municipais em investir na expansão dessa modalidade.

No início da década seguinte, anos 2000, o cenário educacional vislumbrou uma considerável perspectiva de aumento das políticas para Educação de Jovens e Adultos quando da aprovação da Lei nº 10.172/01, que aprovou o Plano Nacional de Educação com vigência de 10 anos. No texto dessa lei, a EJA figurou como uma das prioridades, por meio da

2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres. (BRASIL, 2001, p. 6)

Embora ao longo de suas 26 metas para EJA, o PNE 2001-2010 contemplasse o acesso à Educação Básica para quem não o teve na idade apropriada e para aqueles que deixaram a escola sem concluir os níveis básicos de escolaridade, e que além disso, reconhecesse a necessidade de investimentos financeiros (BRASIL, 2001), os vetos presidenciais interpostos ao plano, inviabilizaram o cumprimento dessas metas, pois, como afirma Ceratti (2007, p. 11) “não há como implementar políticas efetivas de EJA sem os recursos financeiros que traduzem a vontade política, em práticas de qualidade”.

O PNE em questão objetivava alfabetizar 10 milhões de brasileiros em 5 anos. Meta não atingida. Segundo Anderson Moço (2010), entre 2001 e 2008 o analfabetismo caiu de 13% para 10%, o que representa apenas uma média de 1,5 milhão de pessoas. Ainda hoje, 17 anos depois

e com outro Plano Nacional de Educação vigente, o analfabetismo segue em patamares elevados no país. Di Pierro (2010) considera que a ineficiência das políticas públicas em sanar o problema secular do analfabetismo é um indicador do insucesso de políticas para EJA. A autora afirma que:

[...] é preciso considerar que a motivação e a mobilização para os estudos na idade adulta relacionam-se não só às exigências de formação da vida cotidiana e à quantidade e qualidade das oportunidades de atendê-las, mas também aos horizontes de mudança socioeconômica e nas estruturas de poder, o que depende de políticas participativas e redistributivas que transcendem a esfera educacional. (PIERRO, 2010, p. 954)

A partir de 2003, no entanto, “o governo brasileiro assumiu um novo discurso em prol da alfabetização de jovens e adultos, à qual consagrou maior investimento federal” (DINIZ; MACHADO; MOURA, 2014, p. 647). Indício dessa maior atenção é a inclusão da EJA no Fundeb, que substituiu o Fundef. De acordo com Carvalho (2014, p. 636)

Ao incluir todas as etapas e modalidades que compõem a educação básica, o Fundeb acabou favorecendo a EJA, que resultou, portanto, inclusa neste novo fundo, algo que não ocorria antes. Tal inclusão trouxe um novo alento para esta modalidade educativa. Afinal, ter-se-ia, a partir deste momento, uma garantia de recursos para os municípios ou estados que resolvessem cumprir com suas obrigações e manter ou abrir novos cursos de EJA, em todo o país.

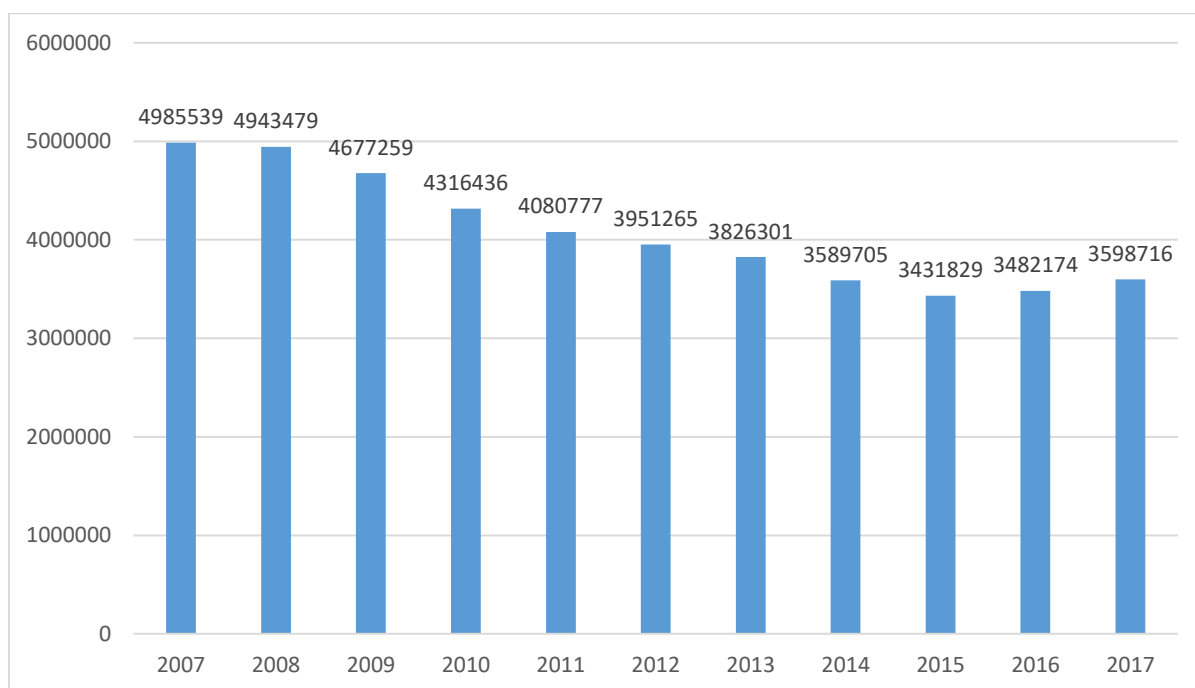
A inclusão da EJA no Fundeb acenou com a possibilidade de melhorias nesse campo, pois, embora continuasse secundarizada, na primeira década do séc. XXI adquiriu maior projeção, sendo incluída nos mecanismos de financiamento e programas de assistência aos estudantes (DI PIERRO, 2010). Entretanto,

A inclusão da EJA como modalidade sujeita a financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em que pese ter gerado uma esperança inicial de expansão da modalidade, não surtiu os efeitos esperados ao longo desses anos de vigência do fundo. Pelo contrário, a diminuição de matrículas pode estar ligada à redução da oferta de turmas, o que possivelmente esteja relacionado ao baixo fator de ponderação (0,8) e ao tratamento não isonômico entre a EJA e o ensino regular. (CHAVES, 2017, p. 136)

Assim, apesar de melhorias nos investimentos, a Educação de Jovens e Adultos permaneceu com baixo atendimento em relação à demanda do público potencial e sem ser alvo de ações de monitoramento da qualidade dos cursos ofertados pelo país. Nacif et al. (2016) demonstram que a partir de 2007 houve redução nas matrículas de EJA, exatamente quando

esperava-se um aumento nesse número devido à inclusão da modalidade no Funded. Ribeiro, Catelli Jr. e Haddad (2015) mencionam que a diminuição de matrículas em EJA é por vezes atribuída, por muitos gestores, à falta de interesse pela escola por parte de jovens e adultos com baixa escolaridade. No entanto, para os autores, a eficácia de políticas para EJA pode ser influenciada por maiores estímulos dessas políticas em termos de qualidade e chamada do público interessado, além de mobilização de movimentos da sociedade civil em prol de mais e melhores oportunidades de escolarização para jovens e adultos. Dados mais recentes mostram que essas matrículas voltaram a subir em 2016 e 2017, no entanto, distante dos números do início da série considerada, conforme mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Matrículas em EJA no Brasil de 2007 a 2017



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Nacif et al (2016, p. 102) e em planilhas do Censo Escolar de 2015 a 2017.

Um dos motivos que justifica esse crescimento pode ser a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei ° 13.005/2014. O PNE traz três metas diretamente relacionadas à Educação de Jovens e Adultos – a meta 8, que trata da elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos para 12 anos, destacando o público formado pelas populações do campo e das regiões que apresentam menores taxas de escolaridade do país, pelos que fazem parte do grupo dos 25% mais pobres da população, além de equiparar a escolaridade média entre os declarados negros e não negros; a meta 9, que visa à redução do analfabetismo funcional e erradicação do analfabetismo absoluto; a meta 10 estabelece a oferta

de educação profissionalizante integrada a uma parte das matrículas da Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2014).

Com isso, o Estado assume um grande compromisso com as políticas de EJA, o que, no entanto, tem sido colocado em prática de forma mais lenta do que o proposto. De acordo com o relatório do 2º ciclo 2018-Inep (BRASIL, 2018), os indicadores da meta 8 estavam em torno de 10,2, 8,5 e 8,4 anos de escolaridade para os segmentos populacionais considerados; o indicador da meta 9 revela que a taxa de alfabetização é de 93%, distante dos almejados 100% de alfabetizados e o analfabetismo funcional está em 16,6% quando se almeja 9,2% em 2024; sobre a meta 10, o relatório informa que o país oferta apenas 1,5% de matrículas na EJA médio integrada à educação profissional, enquanto a meta para 2024 é de 25%. Os dados demonstram o tamanho do desafio para que sejam ampliadas as oportunidades de acesso à Educação de Jovens e Adultos e com qualidade. Apesar dos avanços das duas últimas décadas em termos de garantias legais, ainda há muito para que esses direitos sejam efetivados. Chaves (2017, p. 141) afirma que

É preciso (...) que o poder público assegure a todos os cidadãos (pois esse é o termo utilizado pela Constituição) o acesso a programas de alfabetização e de EJA. Infelizmente, não é o que acontece, pois uma combinação de queda de matrículas, desinteresse na oferta por parte dos sistemas de ensino e baixa demanda por parte da população tem produzido um decréscimo nas matrículas de EJA.

O autor mostra que há mais de 78 milhões de pessoas com 18 anos ou mais que não concluíram a educação básica (CHAVES, 2017). Dados do Inep (2017) evidenciam que a EJA fundamental e médio somaram 3.598.716 matrículas naquele ano. Ou seja, o acesso à essa modalidade da educação ainda está muito aquém de contemplar todo o público para o qual ela se destina.

O grande número de brasileiros sem concluir a educação básica demonstra que a oferta de EJA ainda não atinge a demanda real por essa modalidade. É um problema que não se restringe ao pouco investimento em políticas de EJA, visto que a inclusão dessa modalidade no Fundeb melhorou as condições de oferta, mas não de sucesso, conforme demonstrado nos relatórios intermediários das metas do PNE.

Para Di Pierro (2010, p. 940), é “flagrante o insucesso das políticas públicas frente à meta de superação do analfabetismo, mencionada na Constituição Federal e nos compromissos assumidos pelo país em fóruns internacionais”. A tabela 1 mostra dados do relatório de monitoramento das metas do PNE, realizado pelo Inep que evidenciam essas constatações.

Tabela 1 – Monitoramento das metas do PNE

METAS RELACIONADAS À EJA	META	1º ciclo- 2016	2º ciclo – 2018
META 8 - Elevação de escolaridade da população de 18 a 29 anos	12 anos de escolaridade	10,1	10,2
META 9 - Alfabetização de jovens e adultos	100%	92%	93%
META 10 – EJA integrada à educação profissional	25%	3%	1,5%

Tabela elaborada pela pesquisadora a partir de dados do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle – Simec/MEC. (2018)

Em 2017, 11,5 milhões de pessoas eram analfabetas e 51% da população com 25 anos ou mais possuía apenas o ensino fundamental completo (IBGE, 2017). Não investir em acesso e permanência na Educação de Jovens e adultos é condenar essa população a perpetuação de uma injustiça social que possui variadas origens e razões. Para Cury (BRASIL, 2000, p. 5)

[...]a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas (BRASIL, 2000, p. 5)

Dezoito anos após o parecer de Cury, a dívida continua alta, visto que, conforme demonstrado anteriormente, as matrículas nessa modalidade estão longe de atender o público potencial de EJA e tanto a dificuldades de acesso quanto de permanência são questões que impossibilitam sua oferta com qualidade.

Em concordância com as políticas nacionais de enfrentamento dos problemas que envolvem a oferta de EJA, o Ceará apresenta iniciativas que visam atender sua população jovem e adulta sem instrução e escolarização básica. A seção a seguir, apresenta uma descrição do cenário da EJA no estado, abordando as políticas públicas implementadas para atender a essa demanda e os desafios enfrentados no que se refere a acesso e permanência dos alunos nos cursos disponibilizados.

1.2 TRAJETÓRIAS DA EJA NO CEARÁ

A análise de documentos e legislações que regulamentam a oferta de matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ceará permite concluir que o estado atende o que preceitua a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e pareceres e resoluções relacionados à EJA que delas provieram. A lei estadual que dispõe sobre essa modalidade é a

Resolução CEE nº 438/2012. O documento, em concordância com a definição da Unesco (2010), concebe, em seu art. 1º, § 3º a Educação de Jovens e Adultos

[...] como o processo de aprendizagem, formal ou informal, em que sujeitos diversos desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais ou as redirecionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade.(CEARÁ, 2012, p. 1)

Ao encontro dessas concepções, a Lei Estadual nº 16.025, de 30 de maio de 2016, que instituiu o Plano Estadual de Educação, assim como no Plano Nacional de Educação, apresenta três metas diretamente relacionadas à EJA. A meta 8 prevê a elevação da escolarização da população de 18 a 24 anos para 12 anos de estudo, no mínimo; a meta 9, trata da elevação das taxas de alfabetização, erradicação do analfabetismo absoluto e redução do analfabetismo funcional e a meta 10 propõe a oferta de Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional (CEARÁ, 2016). Sobre a meta 8, dados do relatório 2018 do Inep, demonstram que o estado encontra-se com uma média de 9,6 anos de escolarização (BRASIL, 2018); a taxa de alfabetização é de 85,8%, ainda distante da meta intermediária de 90% e da erradicação que deverá ser alcançada daqui a seis anos; quanto a meta 10, o estado registra um percentual de 4,5% das matrículas de EJA integrada à educação profissional, que embora distante dos 25% projetados para 2024, destaca o estado em relação ao nordeste e ao Brasil, os quais atingiram apenas, 3% e 1,5% da meta 10 do PNE. (Ibid).

Assim como em âmbito nacional, a Educação de Jovens e Adultos no Ceará não alcança todo o seu público potencial e, apesar de alguns avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido até que se atinjam as metas projetadas no PEE. Prova dessa afirmação são os números que evidenciam a elevada taxa de analfabetismo no estado, consideravelmente acima dos números da esfera federal, como se observa no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo no Brasil, Nordeste e Ceará

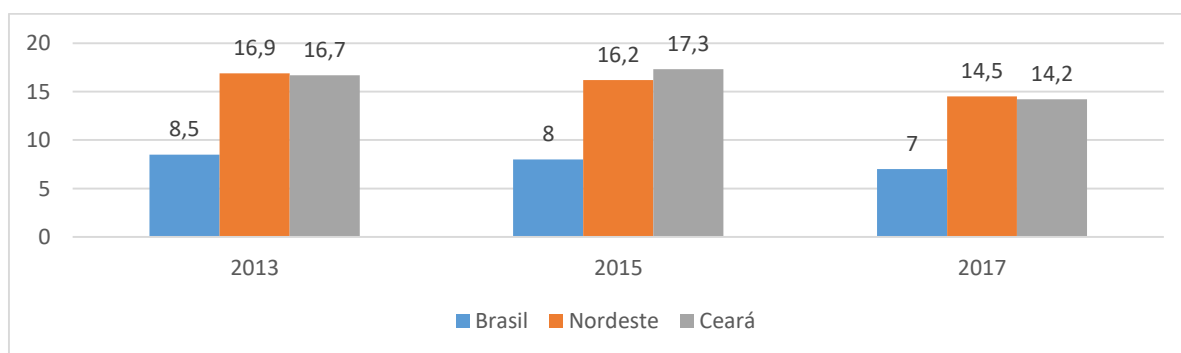


Gráfico elaborado pela pesquisadora com base em dados do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle – Simec/MEC. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>. (2018)

A Alfabetização de Jovens e Adultos – AJA é um desafio que persiste no cenário estadual. O Nordeste concentra o maior número de analfabetos do país, com uma taxa de 14,5% da população de 15 anos ou mais (IBGE, 2017), pouco mais que o dobro da média registrada no país. Compartilhando dessa realidade, o Ceará possui 14,2% de analfabetos dentre a população mencionada (PNAD, 2017) e a 6ª colocação no ranking do analfabetismo dos nove estados da Região Nordeste. Apesar desses indicadores elevados e de registrar crescimento no número de analfabetos em 2015, o estado diminuiu esse número em três pontos percentuais em 2017, ou seja, em dois anos reduziu o número de analfabetos em ritmo maior do que o Brasil em quatro anos, o que revela resultado positivo de ações nesse âmbito de educação, as quais podem ser resultado da implementação do PEE 2016- 2024, já que este estabelece 13 estratégias para atingir a meta 9. A primeira dessas estratégias enfatiza a intenção do governo estadual em cumprir o que preconizou, ao comprometer-se a

[...] estruturar e implementar uma política pública para o enfrentamento, de forma efetiva e eficiente, do analfabetismo absoluto e funcional no Estado, em regime de colaboração com a União e os municípios, no prazo máximo de 2 (dois) anos, após aprovação do Plano. (CEARÁ, 2016, p. 9).

O PEE/CE prevê em seu art. 6º que até o final de 2024 o estado deverá promover duas conferências estaduais de educação, com intervalo de quatro anos entre elas, com vistas a avaliar, monitorar e viabilizar ajustes e revisões do Plano. Tendo em vista a instituição do PEE/CE em 2016, a primeira conferência deverá acontecer em 2020, assim não há publicações que permitam uma análise do que tem sido feito no sentido de cumprir as metas estabelecidas. Nos sítios eletrônicos oficiais, não há informações sobre a política mencionada de enfrentamento ao analfabetismo absoluto e funcional do estado.

Outra evidência do limitado alcance das políticas públicas para EJA, inclusive no Ceará, é o número de matrículas inferior ao da demanda. A tabela 2 representa esses números, e evidencia que nos últimos três anos as matrículas em EJA são crescentes, mas avançam lentamente.

Tabela 2 – Pessoas com 14 anos ou mais sem instrução de acordo com a PNAD 2015, 2016 e 2017

PESSOAS COM 14 ANOS OU MAIS SEM INSTRUÇÃO/PNAD CONTÍNUA/ ³						
ANO	UF	População total nessa faixa etária	Sem instrução		Matrículas em EJA	
			Nº obs.	percentual	Nº obs.	percentual
2015	BRASIL	164.955.000	15.421.000	9,3%	3.431.829	22,2%
	NORDESTE	44. 475.000	7.197.000	16,1%	1.357.493	18,8%
	CEARÁ	7.043.000	1.249.000	17,7%	162.683	13%
2016	BRASIL	166.269.789	10.555.474	6,3%	3.482.174	32,9%
	NORDESTE	44.804.686	5. 274. 099	10%	1.330.079	25,2%
	CEARÁ	7. 117,015	893.027	12,5%	165.264	18,5%
2017	BRASIL	168.136,322	9.741.423	5,7%	3.598.716	36,4%
	NORDESTE	45.443.435	5. 064. 495	11,1%	1.415.594	27,9%
	CEARÁ	7. 247,494	818. 184	11,2%	169.164	20,6%

Tabela elaborada pela pesquisadora com base em dados da PNAD Contínua 2015, 2016, 2017 e da Sinopse Estatística da Educação Básica do Inep. (2018)

A Educação de Jovens e Adultos no Ceará é ofertada nas modalidades presencial e semipresencial. Sua organização é de responsabilidade da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem – CODEA, por meio da área de Diversidade e Inclusão Educacional da Seduc. Conforme consta no site da Secretaria Estadual de Educação (CEARÁ, 2018), o formato presencial acontece em escolas da rede estadual, em estabelecimentos penais e nos centros de medidas socioeducativas do estado. Nestes dois últimos casos, em parceria com a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus) e com a Secretaria de trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), respectivamente. O semipresencial é ofertado nos Centros de Educação de Jovens e Adultos, instituições destinadas exclusivamente à EJA nesse formato.

Além das modalidades EJA presencial no âmbito das escolas regulares e da EJA semipresencial nos Cejas, o estado oferta, desde 2016, a “EJA + Qualificação”, a qual

[...] propõe uma reorganização da oferta da modalidade EJA com alternativas metodológicas que adéquem tempos pedagógicos e espaços de aprendizagem aos interesses, necessidades e saberes dos sujeitos da EJA, construindo perspectivas de qualificação profissional (CEARÁ, 2017, p?).

Essa proposta está relacionada à estratégia 10.6 do PEE, que trata do compromisso estadual em

[...] expandir e assegurar as matrículas na EJA nas redes públicas, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores à educação

³ Segundo o Dicionário de Indicadores Educacionais do Inep, a taxa de analfabetismo é calculada considerando a população de 15 anos ou mais. A tabela inclui os de 14 anos pelo fato da Pnad Contínua trazer as informações mencionadas apenas para essa faixa de idade e para a faixa a partir de 25 anos.

profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade e qualificação profissional da população adulta. (CEARÁ, 2016, p. 9)

O público-alvo dessa política são jovens e adultos entre 18 e 29 anos que concluíram apenas o ensino fundamental ou iniciaram o ensino médio e o abandonaram, e egressos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Possui carga horária de 1600h, sendo 1.200h destinadas à Base Nacional Comum⁴ e 400h à qualificação profissional, especificamente, nas áreas de informática e técnicas administrativas e de vendas. No ano em que teve início a implementação, o governo ofertou, para EJA+Qualificação, 1.500 vagas distribuídas por 14 municípios; em 2017 e 2018 foram 6.500 vagas em 72 municípios do estado. Para Chaves (2017, p. 141) “A integração da EJA com a educação profissional é uma submodalidade que obteve crescimento e um caminho a ser seguido para ampliar as oportunidades de capacitação e de aprendizado ao longo da vida”. Como mencionado anteriormente, os dados do Ceará no que diz respeito à integração entre EJA e educação profissional estão acima do dados do Brasil, ambos relacionados à meta 10 de seus respectivos planos de educação, contudo, distante de alcançar a meta de 25%, como mostra a tabela 3.

Tabela 3 – Situação da meta 10 do PNE – Brasil e Ceará

	META PREVISTA	SITUAÇÃO ATUAL
BRASIL	25%	1,5%
CEARÁ	10,5%	4,5%

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora (2018) com informações Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – Simec/MEC.

Além da baixa matrícula em relação à demanda por EJA, outro problema que esta modalidade enfrenta é a baixa conclusão. A respeito disso, o Ceará segue a perspectiva nacional e regional de reduzido número de alunos que concluem os cursos de Educação de Jovens e Adultos. Esse baixo número de concluintes revela tanto o abandono escolar nessa modalidade quanto a dificuldade que os alunos têm de concluir no tempo apropriado, mesmo não abandonando a escola. A Tabela 4 indica a matrícula nessa modalidade e mostra os indicadores de baixa conclusão no país, no Nordeste e no Ceará.

⁴ A Base Nacional Comum é o termo que a Secretaria usa no documento de apresentação da proposta de EJA com qualificação profissional, possivelmente para distinguir os conteúdos do currículo comum dos conteúdos da parte profissionalizante. Não, necessariamente, faz referência ao documento da Base que seria aprovado posteriormente.

Tabela 4 – Número de matrículas e concluintes de EJA no Brasil, Nordeste e Ceará

	BRASIL			NORDESTE			CEARÁ		
	Mat.	Concluintes		Mat.	Concluintes		Mat.	Concluintes	
		Nº abs.	%		Nº abs.	%		Nº abs.	percentual
2014	3.653.530	681.260	18,6	1.465.862	245.462	16,7	183.777	3.415	18%
2015	3.431.829	667.537	19,4	1.357.493	253.500	18,6	162.683	27.970	17%
2016	3.482.174	676.240	19,4	1.330.079	266.611	20	165.264	32.543	19%

Tabela elaborada pela pesquisadora com dados do E-sic/Inep, 2018.

Acerca do tempo adequado para conclusão dos cursos de EJA, a Resolução CEE nº 438/2012, baseada na Resolução CNE/CEB nº 3/2010 (BRASIL, 2010), determina que:

Art. 5º A duração e carga horária dos cursos na modalidade EJA serão estabelecidas na proposta pedagógica a ser aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, respeitados os mínimos seguintes: I) primeiro segmento do ensino fundamental, presencial, incluindo a alfabetização, com duração mínima de dois anos;
 II) segundo segmento do ensino fundamental, com duração mínima de dois anos e carga horária mínima de 1.600 horas;
 III) ensino médio, com duração mínima de um ano e meio, com carga horária mínima de 1.200 horas;
 IV) educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio, com duração de 1.200 horas destinadas à educação geral, cumulativamente com a carga horária mínima para a respectiva habilitação profissional de nível médio; [...] (CEARÁ, 2012, p. 5)

As cargas horárias e durações definidas se referem a EJA presencial e semipresencial, no entanto, a Resolução estabelece a possibilidade desses tempos serem reduzidos no caso de comprovada capacidade dos alunos de avançarem nos estudos, conforme preceitua o art. 24, inciso II, alínea c, da LDB (Ibid).

O estado apresenta outra possibilidade de avaliação de aprendizagem com o fim de avanço de estudos, aproveitamento e/ou conclusão do Ensino Médio e Ensino Fundamental, por meio de adesão ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. A Secretaria de Educação do Estado habilita os Cejas como entidades certificadoras de aprovados no Encceja, e a emitir declarações de proficiência, no caso de aprovações parciais (CEARÁ, 2018). Contudo, segundo informações da 4ª Crede, não há um indicador estadual dos resultados desses exames e nem do número de pessoas certificadas por esse meio.⁵

⁵ Informações sobre o monitoramento dos resultados do Encceja pela Seduc foram solicitadas à 4ª Crede, via e-mail e contato pessoal. A resposta foi que o estado apenas acompanha e orienta os Cejas no processo de certificação.

Semelhante ao que ocorreu no Brasil, mas não de maneira idêntica, conforme mostra o gráfico 3, o Ceará apresenta uma oscilação nas matrículas de EJA, entre 2007 e 2017⁶, com quedas desses números constantes até 2010, e um movimento de oscilação entre aumento e diminuição nos anos que compreendem 2011 e 2015. Nos anos seguintes, percebe-se aumento nas matrículas entre 2016 e 2017, o que também segue uma tendência nacional, conforme mostrado na seção anterior, no entanto, sem voltar aos números de 2014, o que demonstra dificuldade do estado em consolidar uma política de EJA que supere os desafios da modalidade no que concerne ao acesso à educação escolar pelo público potencial da Educação de Jovens e Adultos.

Gráfico 3 – Matrículas em EJA no Ceará – 2007/2014

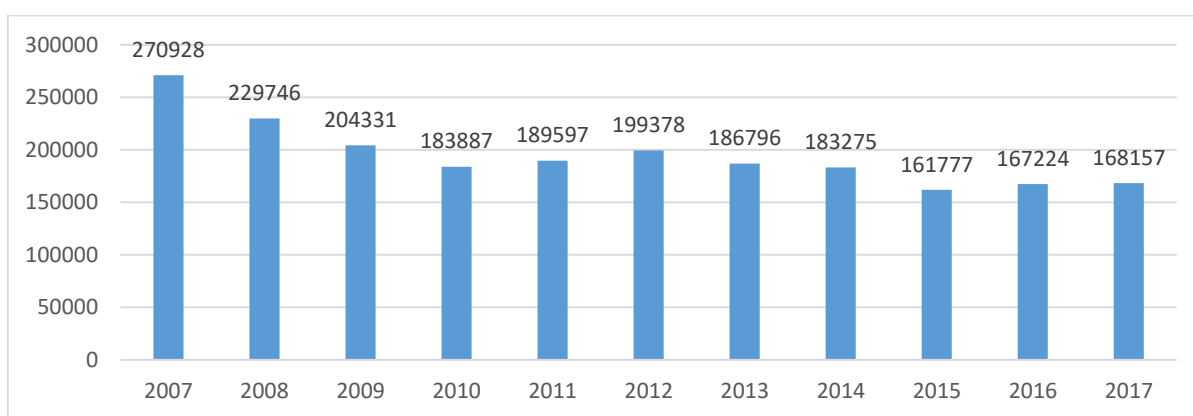


Gráfico elaborado pela pesquisadora com dados da Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação – COAVE. (2018)

Ribeiro, Catelli Jr. e Haddad (2015) constataram que vários fatores de ordem cultural, política-institucional, pedagógica e de demandas sociais contribuíram para a diminuição de matrículas em EJA, mesmo após a previsão de recursos no Fundeb. Segundo os autores, na dimensão cultural, pode-se considerar que a sociedade brasileira e o poder público não reconhecem a EJA, efetivamente, como um direito. A segunda dimensão diz respeito à carência de uma institucionalidade específica para o público jovem e adulto, bem como a terceira, que refere-se a questões pedagógicas também específicas, considerando que, geralmente, são padronizadas para toda a educação básica e não há um tratamento político-pedagógico direcionado para as características do público de EJA; a quarta dimensão que contribui para a limitação das políticas de EJA, é a questão das demandas sociais, normalmente, vista como uma

⁶ Os dados disponibilizados pela Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação – COAVE, consideram a série 2007 – 2017.

predisposição individual para a busca por escolarização, e que para os autores deve ser incentivada pela sociedade organizada. Para eles

[...] deve ser analisada a demanda social por EJA no Brasil, não apenas como somatória das disposições individuais para estudar e aprender dos jovens e adultos subescolarizados, mas como a demanda social politicamente organizada que categorizamos como a quarta dimensão de fatores que afetam a afirmação da EJA como política voltada para a promoção da igualdade e dos direitos humanos. (RIBEIRO, CATELLI JR., HADDAD, 2015, p. 43)

O debate acerca desses fatores exige um aprofundamento que extrapola os limites desta pesquisa pela complexidade que envolve o público que demanda a Educação de Jovens e Adultos. Interessa mencionar, que o Ceará caminha em política que visa contornar esses fatores com iniciativas de melhor institucionalização da EJA, superação da desvalorização do público jovem e adulto, culturalmente, responsabilizado por sua baixa instrução, promoção de formações continuadas para professores que lecionam em turmas de EJA da rede estadual e para os docentes dos Cejas, as quais englobam temas como educação ao longo da vida, aspectos pedagógicos da educação de jovens e adultos, currículo, mundo do trabalho, dentre outros temas importantes para essa modalidade de ensino (CEARÁ, 2018).

Dados do censo escolar 2017 mostram que o estado registrou uma matrícula de 168.588 alunos na modalidade EJA, incluindo as redes municipal, estadual, federal e privada, como ilustra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Matrículas em EJA no Ceará – 2017, por rede de ensino

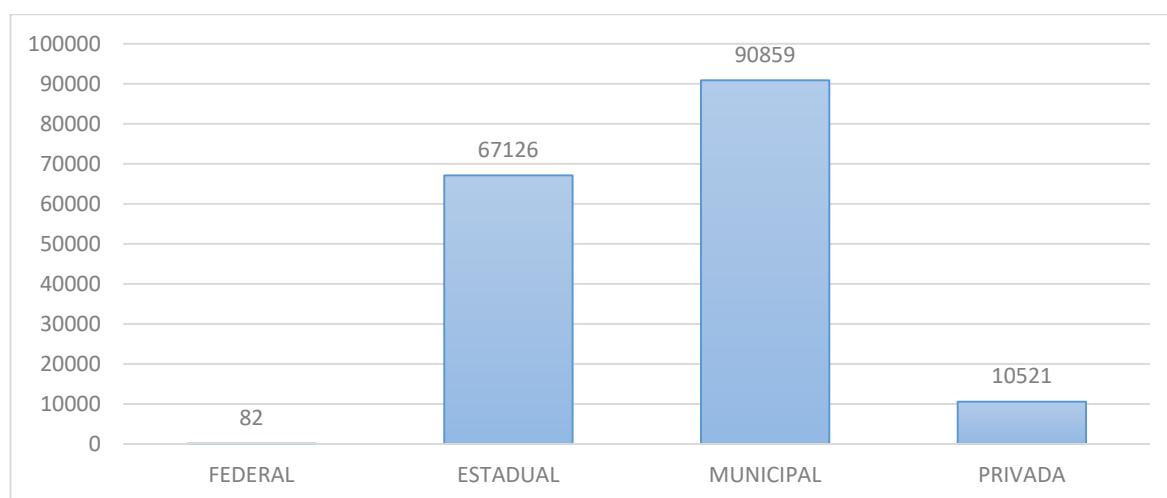


Gráfico elaborado pela pesquisadora a partir de dados da Sinopse estatística do Censo Escolar Ceará 2007 – 2017 – COAVE.

Destas matrículas, a rede estadual deteve 42.757 no formato semipresencial, ofertadas nos Cejas, e 24.369 no presencial, ou seja, quase 40% das matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Ceará é absorvida pela rede estadual de ensino e a maior parte das matrículas no semipresencial pertencem a essa rede.

O estado possui mais de 3 milhões de pessoas acima de 14 anos sem instrução e com ensino fundamental incompleto e 712 mil cidadãos a partir de 25 anos que não concluíram o ensino médio (PNAD, 2017), enquanto a matrícula total em EJA em 2017 foi de 168.588 alunos (CEARÁ, 2017), ou seja, o público atendido representa em torno de 4% do público EJA.

É importante ressaltar que esta defasagem no atendimento ao público potencial de EJA não é um problema somente de oferta. Ribeiro, Catelli Jr. e Haddad (2015, p. 17) consideram que “a concorrência indesejável de programas voltados ao mesmo público, como o ProJovem, ou ainda o novo impulso dado à certificação via exames devido à criação do Encceja” são hipóteses para a queda de matrículas na modalidade mesmo após os investimentos do Fundeb. Os autores apontam ainda que

Os estudos realizados no âmbito da proposta de trabalho da Ação Educativa apoiada pelo Inep indicam (...) que a problemática é mais complexa: remete aos valores e às concepções que animam as políticas públicas e sua disposição para atrair a demanda por meio de busca ativa e oferta de conteúdos e condições adequadas aos educandos jovens e adultos e à capacidade de não somente sobrepor diferentes formatos, mas de integrá-los num todo que responda às necessidades e às expectativas de um público muito diverso em termos de faixa etária, experiência de vida, inserção no mercado de trabalho e pertencimento regional, de gênero e racial. A história da EJA ensina que a demanda potencial não se transforma em demanda real sem que haja estímulo por parte das políticas públicas, tanto por meio da oferta de serviços de qualidade quanto pela busca ativa daqueles que podem ser beneficiados por eles. (RIBEIRO, CATELLI JR., HADDAD, 2015, p. 17-18)

Embora apresente diminuição do número de analfabetos entre 2015 e 2017 e apresente políticas públicas de acesso à EJA, o Ceará precisa avançar em estratégias que aumentem a matrícula e melhorem a qualidade da educação do público de EJA, visto ainda possuir um dos mais altos índices de analfabetismo do país, estando entre os 13 que não atingiram a meta intermediária do PNE (IBGE, 2017), e uma grande população sem concluir níveis básicos de escolarização. Desta forma, melhorar as oportunidades educacionais para a população de jovens e adultos parece ser um grande desafio para o governo estadual. O percentual de 19% de concluintes na modalidade, comprova que ofertar, garantir o acesso e aumentar o sucesso de quem ingressa, ao reduzir os indicadores de baixa permanência, são metas que o Estado deve perseguir, afinal, dos jovens e adultos que buscam escolarizar-se por meio dos programas de

EJA ofertados no Ceará, 81% não atingem ou têm dificuldades de atingir os objetivos que os conduziram para a escola.

A criação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos representam uma estratégia do estado para aumentar o acesso do público de EJA que tem dificuldade de frequentar uma escola regular. Reiterando afirmações anteriores, esses Centros ofertam Educação de Jovens e Adultos na modalidade semipresencial e são instituições exclusivas de EJA. Ribeiro, Catelli Jr. e Haddad (2015), destacam como questões de institucionalidade que comprometem a qualidade da educação de jovens e adultos

[...] as condições precárias do atendimento que ainda predominam na EJA: espaços inadequados, educadoras e educadores mal pagos e com limitada formação e identidade com a modalidade, a descontinuidade, a falta de oportunidades concretas para os educandos e educandas continuarem os estudos. (RIBEIRO, CATELLI JUNIOR, HADDAD, 2015, p. 42)

Os Cejas são espaços destinados exclusivamente à Educação de Jovens e Adultos, obedecendo aos mesmos critérios de composição de núcleo gestor e de seleção de professores das demais escolas regulares da rede estadual, não havendo distinção de salários, por exemplo. Essa lotação é orientada por portarias anuais. A última, publicada em 2017, descreve como atribuições dos professores dos CEJAs:

a) realizar o atendimento individual aos estudantes do ensino fundamental anos finais e ensino médio; b) desenvolver um trabalho integrado com os professores de sua área, de forma a não comprometer o atendimento do estudante, na eventual ausência do professor de determinado componente curricular da área (CEARÁ, 2017, p. 2).

Assim, espera-se que os docentes de cada área sejam preparados para atender todos os componentes curriculares de sua área de lotação, embora lotados nas disciplinas de suas formações, de modo a garantir o atendimento a todo aluno que vier à escola, em qualquer um dos três horários de funcionamento.

A carga horária de cada área também é definida nessas portarias. Esses documentos estabelecem uma proporção para cada área do conhecimento, de acordo com a carga horária total das disciplinas. Esta carga horária total é determinada pelo número de matrículas que cada Ceja realiza. A Portaria nº 1.451/2017 determinou que

A distribuição da carga horária dos professores será organizada por área do conhecimento, considerando a seguinte proporcionalidade em relação à carga

horária total: a) Linguagens: 32%; b) Ciências Humanas : 26%; c) Ciências da Natureza: 26%; d) Matemática: 16% (CEARÁ, 2017, p. 3).

A respeito da organização curricular dos Cejas, em 2015, a Secretaria de Educação/Diversidade e Inclusão Educacional, enviou para os Centros um documento intitulado “Orientações operacionais para os Centros de Educação de Jovens e Adultos-Ceja”, no qual reitera o disposto em regulamentações nacionais e estaduais a respeito da carga horária e duração dos cursos e determina que a carga horária obrigatória de cada nível de ensino deve estruturar-se de modo que 20%, no mínimo, seja presencial e 80%, no máximo, a distância. O documento esclarece que

A carga horária presencial (20%), é destinada a atividades ministradas pelos professores, para complementação dos estudos dos educandos sobre temas específicos, realização das avaliações, seminários interdisciplinares, oficinas e outras estratégias pedagógicas previstas no planejamento do professor para atender as necessidades de aprendizagem dos alunos.

A carga horária a distância (80%), é aferida mediante avaliações em cada etapa/módulo estudado (CEARÁ, 2015).

A oferta de matrícula em qualquer período do ano, a flexibilidade nos horários de estudos para os alunos, o funcionamento dos Centros durante três turnos diários e ao longo de todo o ano (CEARÁ, 2012), buscam oportunizar o acesso à educação aos cidadãos que atendem aos pré-requisitos legais. No entanto, apesar dessas estratégias, a variação, nem sempre positiva, nos números de matrículas denota que o desafio de alcançar o público potencial de EJA, persiste. O Gráfico 5 demonstra a variação de matrícula nesses Centros na última década, que segue tendência semelhante à EJA no estado.

Gráfico 5 – Matrículas nos Centros de Educação de Jovens e Adultos da rede estadual do Ceará, de 2007 a 2017

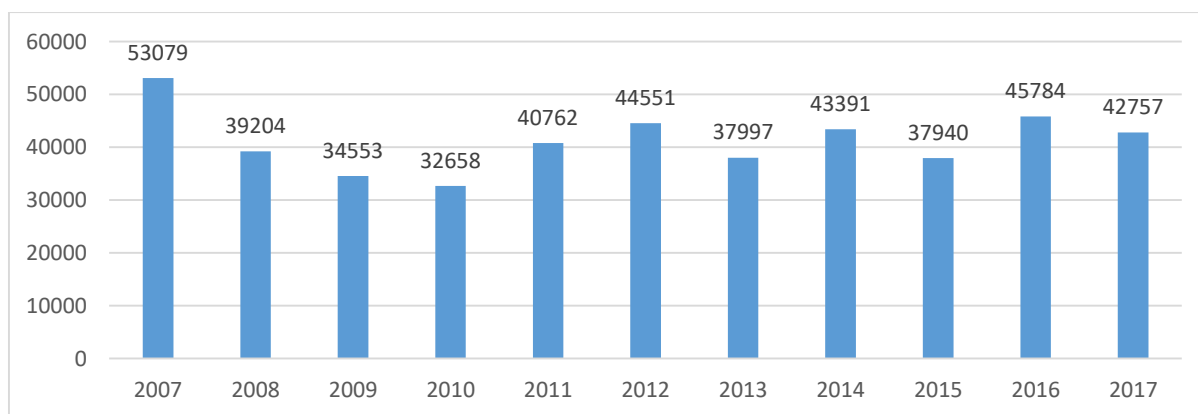


Gráfico elaborado pela pesquisadora a partir de dados da Sinopse estatística do Censo Escolar Ceará 2007-2017 – COAVE.

Conforme discutido anteriormente, vários fatores podem influenciar o decréscimo das matrículas em EJA. No caso específico dos Cejas que ofertam o ensino semipresencial, é possível que haja um reflexo do cenário da EJA no estado, contudo, é difícil delimitar as causas dessa variação de matrículas sem estudos aprofundados que embasem essa discussão. A política estadual de implementação da “EJA+Qualificação” pode ser uma hipótese para a redução que se vê de 2016 para 2017. Já foi mencionado neste texto que Chaves (2017) considera o baixo fator de ponderação para recebimento dos recursos do Fundeb e o tratamento “não isonômico” entre EJA e ensino regular como fatores que contribuíram para a diminuição nessa modalidade após 2007. Essas questões podem ter interferido no caso do Ceará. Considerando o que aconteceu na 4ª Crede, coordenadoria a qual a pesquisadora está vinculada, uma das possibilidades pode estar relacionada ao fato de que até 2014 o Ceja atendia no formato presencial e todo o público acima de 18 anos era direcionado para matricular-se nesses centros, principalmente, para cursar o ensino médio. A exclusividade de oferta no semipresencial é mais recente, desde 2015, e há alunos que preferem matricular-se em escolas regulares, movidos pela crença de que se aprende melhor no ensino presencial. Essas são suposições, já que não há fontes formais onde se adquiram essas informações.

Em junho de 2018, os Cejas registraram uma matrícula de, aproximadamente, 47 mil alunos no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio (CEARÁ, 2019), segundo informações adquiridas no Sistema Integrado de Gestão Escolar – Sige escola, ou seja, maior número em 10 anos, mas ainda menor que 2007.

A próxima seção apresenta uma descrição do Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos. Aborda singularidades do Centro, seus percursos na área pedagógica e administrativa e suas dificuldades para garantir a permanência dos alunos que nele se matriculam.

1.3 O CASO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JOÃO DA SILVA RAMOS

O Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos localiza-se em Camocim – CE, município do interior do Ceará que conta uma população de 63.408 pessoas (IBGE, 2018). O município possui 58 escolas, 50 públicas e 8 da rede privada. Estas

instituições atenderam em 2018 uma população de 12.280 crianças e jovens, da creche ao ensino fundamental, 2.899 alunos do ensino médio e 1.124 estudantes de EJA⁷.

Quando trata-se de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos na escola, o município possui bons indicadores, com taxa de 97,8% dessa população matriculada ou com ensino fundamental completo (BRASIL, 2018). No entanto, conforme ilustra-se na tabela 5, ao considerar os números de jovens de 15 a 17 anos cursando ou que concluíram a educação básica o indicador é menor, já que 80,5% desses jovens estão na escola ou concluíram a educação básica. Ao se levar em conta os jovens na faixa etária mencionada cursando o ensino médio, a taxa é menor ainda, ou seja, uma grande parte dessa população não está na série considerada adequada, ou está fora do sistema de ensino.

Tabela 5 – Percentual da população de 15 a 17 anos que está cursando ou concluiu a educação básica

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou concluiu a educação básica		
Brasil	Ceará	Camocim
85,1	83,1	80,5
Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa		
Brasil	Ceará	Camocim
66,8	68,2	48,8

Fonte: Elaborada pela pesquisadora com base em dados do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle – Simec/MEC. (ANO)

Em 2010, o município contava 43.027 pessoas acima de 14 anos (IBGE, 2010). Destas 11.339 eram analfabetas, ou seja, 26% da população na faixa de idade de 15 anos ou mais, enquanto o Ceará possuía uma taxa de analfabetismo de 18,7% para a população da mesma faixa (CEARÁ, 2014). Naquele ano, em Camocim, havia 684 alunos matriculados em EJA, assim apenas 6% do público potencial de EJA estava matriculado na modalidade. Com esse número, o município reflete uma tendência nacional e estadual de universalização da educação básica para pessoas de 4 a 17 anos, conforme indicadores de monitoramento do PNE (BRASIL, 2018), mas com número reduzido de matrículas em EJA.

Os dados demonstrados indicam que é grande a demanda por EJA em Camocim. Em 2018, segundo dados do censo, o município registrou nessa modalidade 1.124 alunos. Destes, 50 estavam matriculados na rede municipal e os demais na rede estadual, sendo 1004 no Ceja João da Silva Ramos e 70 alunos na EJA+Qualificação, ofertada na escola de educação

⁷ Dados coletados no site www.qedu.org.br.

profissional localizada na cidade. Tendo em vista o exposto, conclui-se que a matrícula em EJA realizada no município é pequena em relação ao número de pessoas que poderiam requerê-la.

Nesse cenário de baixa matrícula, o Ceja João da Silva Ramos destaca-se como a única escola a ofertar exclusivamente a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A escolha do município para implantação de um dos 33 Cejas que existem no Ceará, demonstra o reconhecimento, por parte do estado, da vulnerabilidade educacional nessa região.

A próxima subseção apresenta um histórico do Ceja João da Silva Ramos e uma descrição da estrutura física da instituição.

1.3.1 O Ceja João da Silva Ramos: breve histórico

O Ceja João da Silva Ramos foi criado pelo decreto nº26.143, de 09 de fevereiro de 2001 (CEARÁ, 2001) e oferta educação de jovens e adultos, na modalidade semipresencial, nos segmentos anos finais do ensino fundamental e médio. Além disso, o Centro conta com uma sala de recursos multifuncionais, onde um professor realiza atendimento educacional especializado.

Além de destinar-se “às pessoas que não dispõem de tempo para frequentar turmas presenciais em escolas regulares” (CEARÁ, 2018, p. 28), o Ceja atendia jovens e adultos em situação de privação de liberdade, com aulas presenciais que ocorriam na cadeia pública do município. Desde 2016, essa oferta inexistiu devido uma rebelião que destruiu o local onde aconteciam as aulas.

Segundo dados do Sige Escola, em 2017, a instituição registrou uma matrícula de 1.253 alunos. Desse total, 568 matriculados no ensino fundamental e 685 concluintes do ensino médio. Em 2018 foram 1.133 matriculados e em 2019 há 968 alunos, número que deve aumentar até consolidar-se a matrícula inicial e pode continuar aumentando ou diminuir ao longo do ano, tendo em vista que a escola não possui um calendário fechado para ingresso de estudantes, consoante o disciplinado na Portaria nº 1305/2018, que estabeleceu as normas para matrícula de 2019 e determina que as matrículas no Ceja estejam disponíveis em qualquer período do ano (CEARÁ, 2018). Do número de matriculados nesse ano, 28 são da Educação Especial, que recebem atendimento na sala de AEE – Atendimento Educacional Especializado. A escola possui um professor com formação para atuar nesse espaço. Alguns desses alunos são incluídos e recebem atendimento individual no semipresencial, mas a maioria tem limitações intelectuais, cognitivas, que os impede de serem incluídos. O objetivo do ambiente é facilitar a inclusão para que os alunos possam concluir as etapas de escolarização básica.

O Projeto Político Pedagógico da instituição, atualizado em 2016, apresenta como missão da escola

Oferecer uma Educação de qualidade, pautada nos princípios de uma democracia participativa, comunitária, cristã e ambiental, tornando-se um espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de sua plena cidadania. (CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS, 2016, p. 10)

O PPP do Ceja expõe os objetivos para cada modalidade, as concepções de ensino, aprendizagem e avaliação, princípios, valores e toda uma contextualização teórica que deve nortear o processo de educação ministrado, direcionado para a valorização das experiências dos educandos e uma formação integral para o exercício da cidadania. Para finalizar a discussão teórica, o documento traz os objetivos gerais da instituição, assim explicitados:

O CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS objetiva sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar.

- Proporcionar ao educando um saber qualificado tendo em vista a ampliação de suas habilidades, potencialidades e de sua trajetória estudantil e social.
- Dinamizar técnicas do trabalho pedagógico, garantindo o sucesso do educando de forma a construir cidadãos bem informados e competentes.
- Identificar normas e processos que intensificam ou dificultam o exercício cotidiano da democracia na escola, analisando o desenvolvimento de alunos, pais, professores e funcionários nos momentos de tomadas de decisão para que possam conduzir ações em busca de um bem comum. (CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS, 2016, p. 37)

A escola está localizada no centro da cidade, funciona em um prédio antigo, mas com uma estrutura física grande, conforme vê-se na tabela 6.

Tabela 6 – Estrutura física do Ceja João da Silva Ramos

Salas de aula	10	Sala da direção	1	Depósito de merenda	1
Biblioteca	1	Sala de professores	1	Laboratório de informática	1
Almoxarifado	1	Cozinha	1	Depósitos	2
Secretaria	1	Pátio coberto	1	Banheiros (funcionários)	2
Banheiros (alunos)	2	Sala do AEE	1	Sala de projeção	1
LEC	1	Quadra coberta	1		

Fonte: Documento Diagnóstico Ceja – 2011/2015.

Embora algumas dessas instalações não funcionem adequadamente, especialmente, por falta de equipamentos, como é o caso do laboratório de informática, que encontra-se com 3 computadores funcionando, trata-se de uma estrutura favorável ao atendimento de seu público.

Nem todas as salas de aula são utilizadas por não serem necessárias, visto que o atendimento é organizado por área de conhecimento, assim há uma sala para cada área, onde ficam os professores que atendem individualmente por disciplina, estando dois ou três professores por turno. As salas são amplas, comportam quatro mesas utilizadas pelos professores durante os atendimentos; os alunos permanecem nas salas somente enquanto estão recebendo orientações. A área externa, corredores e pátio, possui mobiliário para acomodar os estudantes enquanto aguardam seus atendimentos. A média de atendimento é de 15 a 20 alunos por turno, em cada área. Há ainda uma sala destinada à aplicação das avaliações.

A próxima subseção descreve a estrutura organizacional da escola, seu quadro de professores e funcionários que colaboram para o funcionamento da instituição.

1.3.2 Estrutura organizacional do Ceja: o corpo docente e demais colaboradores

O Regimento Interno do Ceja João da Silva Ramos considera, no art. 6º, que a escola

[...] proporcionará oportunidades educacionais apropriadas para a escolarização dos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, mediante cursos em nível de Fundamental e Médio, objetivando a continuidade e qualificação do educando para o trabalho. (CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS, 2016b, p. 4)

Para a efetivação dessa determinação, o Centro conta com um núcleo gestor formado por um diretor e uma coordenadora escolar, 22 professores lotados por áreas do conhecimento, uma professora de 30h no Serviço de Assessoramento Pedagógico - Sasp, um professor lotado na Sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado, uma intérprete de Libras, dois professores efetivos que somam 80h na biblioteca, dois professores com 20h lotados no Laboratório Educacional de Informática. Além destes há uma equipe de funcionários que colaboram com o funcionamento do Centro, como se demonstra na tabela 7.

Tabela 7 – Funções exercidas no Ceja e quantidade de profissionais

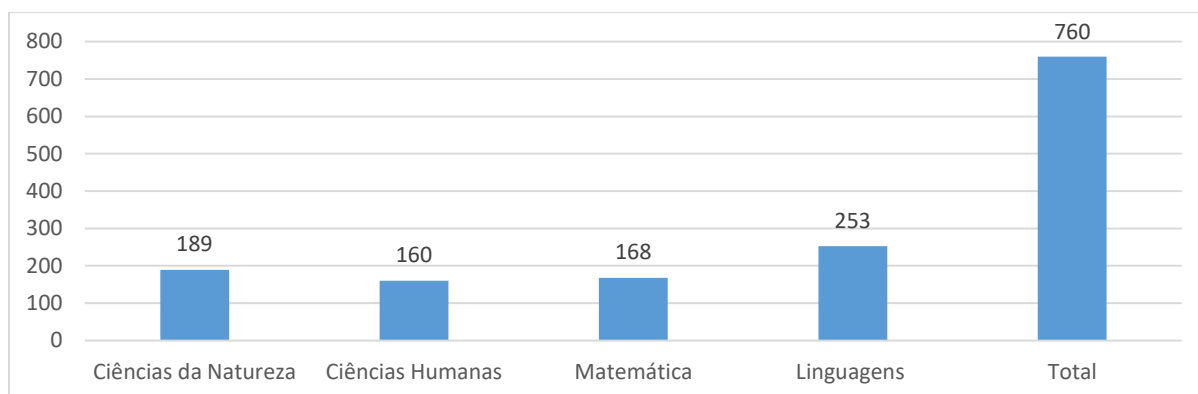
Funções	Quantidade
Diretor	1
Coordenadora escolar	1
Secretária	1
Assessor financeiro	1
Professora lotada no Sasp	1
Professor (a) orientador (a)	22
Professor (a)lotado (a) na biblioteca	2

Professor lotado no LEI	2
Professor lotado no LEC	1
Professor de Educação Especial	1
Intérprete de Libras	1
Funcionários que colaboram na recepção	2
Funcionários que colaboram nos serviços gerais	4
Porteiro	1
Merendeira	1
Vigilante noturno	3

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2019).

Esse quadro de profissionais é responsável por manter a escola funcionando desde 7h até às 22h, de segunda a sexta-feira, todos os meses do ano. Esse funcionamento ininterrupto provoca carências de pessoal nos meses em que há algum profissional de férias, já que não há substituições. Há ainda, algumas situações que provocam carência de pessoas, isso porque a instituição possui dois ambientes para os quais não existe lotação específica: a Sala de Avaliação, para onde os alunos são encaminhados pelos professores para realização de provas, e a recepção, onde o discente é recebido e direcionado para atendimento com professores. No primeiro caso, é feita uma escala de horários entre alguns professores, que ficam responsáveis pela aplicação de avaliações, registro de resultados dos alunos, zelo pelo banco de provas e gabaritos. São cinco docentes que dividem suas atividades entre atendimento dos alunos e Sala de Avaliação. Muitas vezes, esse necessário remanejamento da função de atender os discentes, prejudica o serviço educacional prestado pela escola, já que diminui a quantidade de professores nas salas de aula, o que prolonga a espera dos alunos pelo atendimento e faz com que alguns prefiram ir embora sem tirar suas dúvidas, além de comprometer a qualidade do atendimento individual, que precisa ser aligeirado. No segundo caso, a única auxiliar administrativa da escola e uma funcionária dos serviços gerais com desvio de função realizam as ações do ambiente.

A lotação dos professores obedece a orientações constantes na portaria da SEDUC/CE nº 1.391/2018 que normatizou a lotação para 2019. Embasada nesse documento, a carga horária de atendimento semanal no Ceja João da Silva Ramos está distribuída conforme o gráfico 6.

Gráfico 6 – Carga horária semanal dos professores do Ceja por área do conhecimento em 2019

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em informações coletadas em documentos da secretaria do Ceja João Ramos (2019).

Como mencionado acima, a escola funciona, ininterruptamente, de janeiro a dezembro, das 7h às 22h. A lotação de professores e funcionários em todos esses horários é um desafio para a gestão escolar. Em 2018, isso não foi possível, segundo o gestor, por falta de professores. Contudo, desde fevereiro de 2019, todos os turnos estão em funcionamento, com pelo menos um professor nos horários de menor atendimento. Essa ininterruptibilidade do atendimento é uma determinação da Secretaria de Educação do Ceará, expressa no site da Seduc⁸. Devido a isso, também não há férias escolares no mês de julho, já que o Ceja não pode parar o atendimento aos alunos. Assim, é realizada uma escala de férias para os professores: uma parte sai entre junho e julho, e a outra parte entre julho e agosto. Nesses períodos os alunos são informados da diminuição no quadro de docentes e os horários intermediários (12h às 13h e 17 às 18h) não são ofertados, mas há atendimento nos três turnos.

1.3.3 Organização curricular da escola: material didático e avaliação

A respeito da estrutura pedagógica dos segmentos ofertados, o ensino fundamental conta com oito componentes curriculares e o ensino médio com treze componentes. A organização curricular desse Ceja apresenta uma lacuna relacionada à definição de uma carga horária para cada disciplina e para o curso em geral. Conforme dito na seção anterior, os Centros, de acordo com o documento “Orientações operacionais para os Centros de Educação de Jovens e Adultos-Ceja”, devem estabelecer uma carga horária mínima de 20% presencial, e máxima de 80% a distância. No Ceja João Ramos, essas determinações constam no seu PPP, porém não existe

⁸ Secretaria de Educação do Ceará – Seduc-Ce. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/37/2018/08/acoes_programas_servicos_ok.pdf.

uma carga horária definida para as disciplinas, embora haja uma exigência mínima de frequência de três atendimentos para que o aluno possa fazer avaliação. No mais, o processo pedagógico é balizado pelo cumprimento dos módulos e cadernos, sem uma delimitação de carga horária para esse material. Em 2018, a Seduc disponibilizou no Sige Escola um novo modelo de certificados, em que constam a carga horária para cada disciplina. Desse modo, a escola deve organizar sua estrutura pedagógica com base nessas novas definições.

O ensino fundamental é ministrado com base em módulos e o ensino médio em cadernos divididos em unidades. O material do ensino fundamental tem 21 anos e a maior parte do médio tem mais de dez anos. Trata-se de apostilas próprias para EJA e enviadas à escola pela Seduc/CE. Em 2015, a instituição recebeu livros didáticos do programa PNLD EJA. De acordo com a direção da escola, esses livros foram escolhidos em um encontro realizado na capital do estado, Fortaleza, com representações de professores de todos os Cejas. Quando foram entregues na escola, a coordenadora iniciou a implementação do material, organizando grupos de professores para elaboração de provas baseadas nesses livros. No entanto, segundo o diretor, a coordenadora deixou a função antes da conclusão desses trabalhos e ele, ao considerar críticas que os professores fizeram aos conteúdos constantes nos livros didáticos, resolveu, em conjunto com o corpo docente, permanecer com o material antigo, justificando que os livros eram menos apropriados do que as apostilas e módulos utilizados na escola. Com isso, os livros do PNLD ficaram armazenados em uma sala da instituição e uma parte do material do Ensino Médio foi doado para a Escola Estadual de Educação Profissional localizada no município, a qual oferta a EJA+qualificação. As propostas curriculares para os segmentos ofertados, as quais constam no PPP da escola, estão de acordo com o material que decidiu-se continuar utilizando. Como trata-se de módulos e cadernos produzidos há algum tempo, há informações desatualizadas ou ultrapassadas, as quais são atualizadas pelos professores durante o atendimento aos alunos.

O processo avaliativo é realizado por meio de provas aplicadas na sala de avaliação, estas seguem um padrão de questões de múltipla escolha acerca dos conteúdos que constam nos módulos e cadernos estudados. Este é o único instrumento de avaliação utilizado na escola. Sua organização se dá por uma divisão didática dos módulos e cadernos. Desse modo, no caso do ensino fundamental, é aplicada uma ou duas provas para cada módulo, dependendo da quantidade de conteúdos propostos em cada um. Para o ensino médio, são reunidas unidades para a delimitação das avaliações. Por exemplo, o caderno 1 de língua portuguesa possui 13 unidades, para as quais são realizadas três provas: unidade 1 a 4; 5 a 9; 10 a 13. A cada três atendimentos, que podem ocorrer em um mesmo dia, porém em turnos diferentes, o aluno pode solicitar a realização da prova. Além da avaliação, o aluno pode requerer junto ao professor a

realização de uma atividade que vale 1 ponto, utilizado tão somente se o discente obtiver nota 5 na prova, para que com o acréscimo desse ponto atinja-se a nota 6, mínima para aprovação. A escola não realiza um acompanhamento sistemático dessas atividades, assim não há dados de quantos alunos beneficiam-se desse instrumento para serem aprovados. Caso não atinja a média 6, o estudante deve ser atendido pelo menos mais três vezes, em um período mínimo de 48h, para ter direito a fazer avaliação novamente.

Realizada a descrição da estrutura pedagógica do Ceja e do modelo avaliativo que a escola utiliza, a seção seguinte aborda aspectos relacionados às normas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

1.3.4 Funcionamento escolar: do acolhimento ao atendimento individualizado dos alunos

Ao matricular-se no Ceja João Ramos, os alunos são acolhidos pela professora do Sasp, em uma reunião realizada, semanalmente, com os estudantes novatos para orientações a respeito do funcionamento da escola, de seus direitos e deveres como alunos e do ensino semipresencial. Caso não possa comparecer, é agendado um horário com a mesma profissional para o repasse das informações. Após essa reunião, os alunos escolhem a disciplina com a qual querem iniciar e recebem o módulo ou caderno de estudos que vão utilizar. O Regimento Interno determina que os discentes podem cursar até duas disciplinas simultaneamente, porém, só têm essa opção a partir do primeiro módulo ou caderno concluído. Outra informação importante para os alunos diz respeito ao cancelamento de sua matrícula, caso fique 60 dias sem comparecer à escola, podendo reativá-la a qualquer momento (CEARÁ, 2018). Nesse caso, o estudante continua a partir do módulo ou caderno que estudava quando deixou de frequentar a escola.

Os alunos não precisam agendar atendimento e um turno após a reunião, já podem receber orientações com os professores. À medida que chegam, devem dirigir-se à recepção para serem encaminhados a um dos professores da disciplina que estiverem cursando. Assim os alunos solicitam suas pastas e informam a disciplina para qual desejam atendimento; o profissional da recepção leva essa pasta até um dos professores disponíveis para atendimento. Esse professor registra em um instrumental padrão, constante na pasta individual dos estudantes, todo o processo de atendimento: a disciplina ministrada, o tempo de orientação, o módulo/caderno, conteúdo e avaliação, quando ocorre.

Ao realizarem a última avaliação de um módulo ou caderno e ser aprovado, os alunos devem comunicar na recepção e solicitar a troca do seu material didático, pois o estudante recebe um módulo/caderno por vez.

Concluída a última disciplina do ensino fundamental ou médio, o discente solicita na secretaria seu certificado e tem um prazo de 30 dias para recebê-lo. No ano letivo de 2017, 103 alunos foram certificados. Em 2018, foram 221 jovens e adultos concluintes do ensino fundamental e médio. Esse aumento de alunos que concluíram pode estar relacionado a um maior acompanhamento pedagógico, visto que no ano anterior não havia coordenador escolar na instituição; acompanhamento individualizado dos alunos com maiores dificuldades de aprovação; organização da rotina diariamente, de modo a evitar horários sem nenhum professor devido a faltas não comunicadas; revisão do banco de avaliações para substituição de questões com erro ou com enunciados complexos. Christophe et al (2015), citando Pin, afirmam que “Uma evidência, por mais robusta que seja, não é uma prova” (PIN, apud CHRISTOPHE et al, 2015, p. 17). As hipóteses mencionadas certamente não são nem ao menos robustas, mas indicam algumas ações implementadas na escola no ano de 2018 que podem estar associadas a conclusão de um maior número de alunos em comparação ao ano anterior.

Delineado o contexto escolar, a próxima subseção expõe algumas evidências a respeito da não permanência de alunos no Ceja João da Silva Ramos e de fatores que podem estar associados a essa realidade.

1.3.5 Baixa permanência no Ceja: algumas evidências e possíveis fatores internos associados ao fenômeno

A Educação de Jovens e Adultos, conforme mencionado em seções anteriores desta pesquisa, enfrenta desafios que incluem o acesso e a permanência dos alunos. No Ceja João da Silva Ramos são ofertadas matrículas para todos que buscam completar suas escolarizações básicas, no entanto, a baixa permanência é um fato que desafia a instituição ano após ano e configura um indício de fracasso escolar. Tendo em vista as maiores possibilidades de atuação da escola sobre fatores internos, esta subseção abordará situações associadas a esses fatores que podem ter alguma interferência nos indicadores de abandono escolar.

Apesar do aumento no número de concluintes citado anteriormente, a não permanência seguiu em 2018 os elevados indicadores de anos anteriores, o que faz dessa questão um dos principais desafios para a instituição. O gráfico 7 apresenta uma série que demonstra o percentual de alunos que abandonaram os estudos no Ceja. Os dados evidenciam a existência do problema na instituição e sua evolução ao longo do tempo considerado.

Gráfico 7 – Número de alunos que abandonaram os estudos no Ceja João da Silva Ramos nos anos de 2014 a 2018

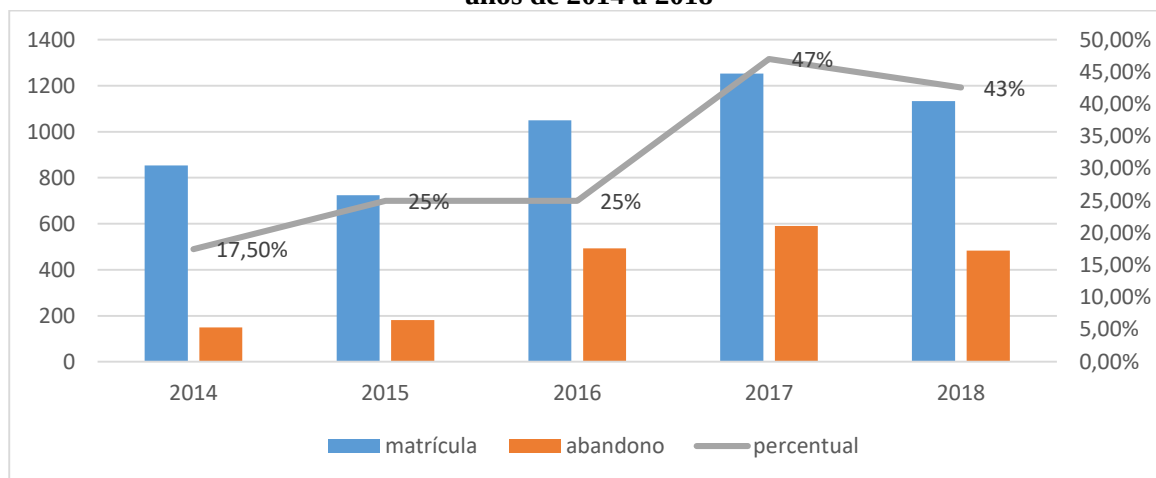


Gráfico elaborado pela pesquisadora com dados da secretaria escolar. (2018)

O gráfico mostra que a baixa permanência é elevada em 2014 e cresce até 2017, quando mais que dobra em relação ao ano inicial. Em 2018, há uma diminuição, mas continua alta, com quase metade dos alunos matriculados ao longo do ano não frequentando até o fim do ano letivo.

Com base no cenário exposto, este estudo de caso parte de algumas observações com o intuito de compreender os fatores associados à baixa permanência dos alunos no Ceja João Ramos.

A primeira delas relaciona-se à infrequência docente, que no primeiro semestre de 2018, período em que a pesquisadora ingressou na instituição, constava em torno de 50% de professores com pelo menos uma falta por mês. Cogitou-se a possibilidade de que a ausência de professores, a qual dificulta ou impossibilita o atendimento aos alunos, desestimularia alguns estudantes a continuar frequentando a escola. É importante mencionar, que a instituição estava há mais de um ano sem coordenação escolar e a chegada de uma coordenadora permitiu um maior acompanhamento da rotina docente e diminuiu, embora não significativamente, o número de faltas, conforme mostra-se na tabela 8.

Tabela 8 – Infrequência docente nos meses de fevereiro a setembro de 2018

Mês	Nº de professores com falta	Nº de faltas	Faltas sem justificativa
Fevereiro	19	35	13
Março	15	32	----
Abril	16	38	17
Maio	13	39	17
Junho	15	32	11

Julho	3	3	0
Agosto	11	28	4
Setembro	15	28	2

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora com informações disponibilizadas pela secretaria escolar (2018).

Embora a escola continue a registrar muitas ausências, houve uma redução considerável de faltas sem justificativa, o que favoreceu a (re)organização de horários, de modo que se garantisse o atendimento de todas as disciplinas.

A segunda observação é o fato de não haver professores com formação adequada para trabalhar com o público de EJA. A maioria fez um curso de formação continuada a distância, promovido pela Seduc/CE em parceria com o Centro de Educação a Distância do Ceará, o que favorece as reflexões sobre a educação destinada ao público de jovens e adultos, no entanto, não é suficiente para mudar práticas da educação regular arraigadas nos docentes com formação inicial para educação básica. O método avaliativo, as estratégias de ensino, a (não) seleção de conteúdos, são uniformizados aos moldes do ensino regular e não dão conta da diversidade do público atendido, o que pode afastar o aluno, especialmente, aqueles que abandonaram o sistema regular de ensino. Por outro lado, há professores experientes no Ceja João Ramos, 20% dos docentes tem mais de 10 anos na instituição e 65% tem entre 2 e 5 anos que ingressaram na escola. Os demais estão de 5 a 10 anos no Ceja.

O material didático também é considerado um elemento que interferiria no abandono ou evasão escolar. Trata-se de um recurso didático muito deteriorado, tanto do ponto de vista físico quanto de alguns conteúdos, especialmente o do Ensino Fundamental. Segundo relatos de professores, durante as reuniões semanais com a coordenadora – pesquisadora deste trabalho – muitos alunos consideram os textos de difícil compreensão, com conteúdos distantes de suas realidades, além do mais, há dificuldades na leitura e compreensão dos textos explicativos, cujas letras nem sempre são legíveis, comprometidas pela ação do tempo e pelo uso por muitos alunos. Ainda assim, os professores consideram que os livros didáticos do PNLD 2014 apresentavam problemas maiores, por serem limitados em conteúdos e seções de explicação.

À medida que a pesquisadora adquiriu maior conhecimento do campo onde se desenvolveu a pesquisa, outras hipóteses surgiram. Uma delas é o sistema de avaliação escolar. Essas avaliações são elaboradas pelos professores das disciplinas sem uma periodicidade definida. Uma análise do banco denotou que há provas elaboradas há anos, um exemplo, são provas de inglês que estão no banco desde 2002. Assim, percebeu-se que não há uma renovação constante desses instrumentais. Tampouco há diversificação dos métodos avaliativos, de modo

a possibilitar aos alunos formas variadas de serem avaliados. Essa unificação da avaliação, associada a aplicação de provas com problemas de elaboração, resulta em reprovação, o que pode ser um motivo pelo qual alguns alunos desestimulam-se a continuar no Centro.

Uma coleta de dados nos registros contidos no livro de resultados da Sala de Avaliação, realizada pela professora do Sasp, permitiu concluir que há um elevado número de reprovações. Dados do ano letivo de 2018 mostram que 31% das provas realizadas na EJA Fundamental resultaram em reprovação e 24,5% das avaliações da EJA Médio tiveram o mesmo resultado. No Ensino Fundamental, matemática registrou quase 45% de reprovações; no Ensino Médio, química liderou a situação com 35,5%. O gráfico 8 evidencia o número de reprovações por disciplina no período considerado.

Gráfico 8 – Percentual de reprovações por disciplina⁹– Ensino Fundamental e Médio/ janeiro a dezembro de 2018

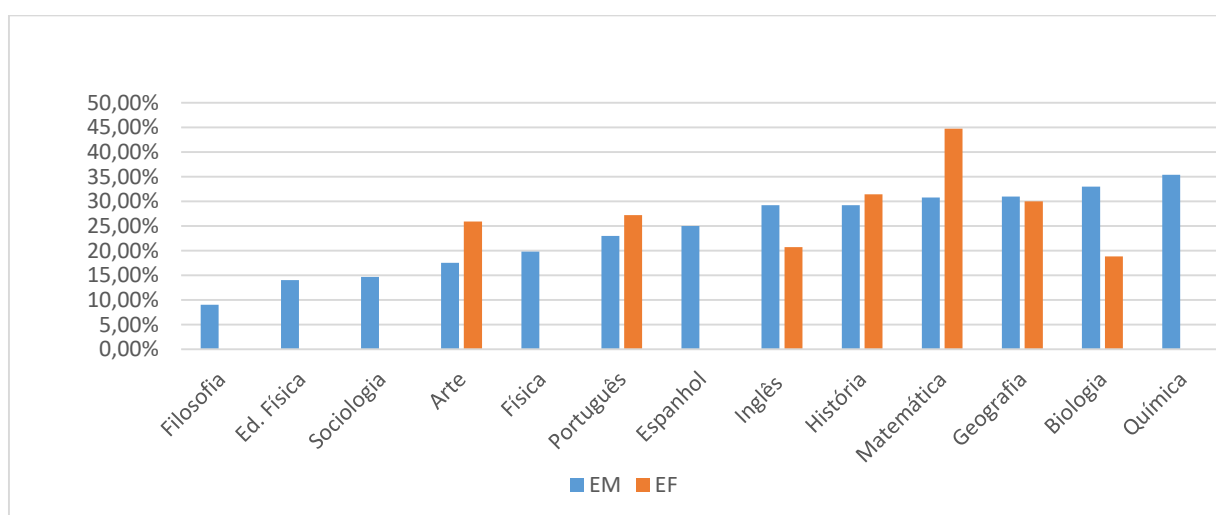


Gráfico elaborado pela pesquisadora a partir de dados coletados nos registros realizados na Sala de Avaliações do Ceja João da Silva Ramos (2018)

A reprovação é um indicador de fracasso escolar que pode resultar em abandono do sistema de ensino. Ela denuncia um desempenho ruim que desestimula os alunos a permanecerem na escola (SILVA FILHO e ARAÚJO, 2017).

Outra questão que surgiu ao longo do trabalho da pesquisadora nessa instituição está relacionada a aspectos administrativos da gestão, com possível impacto nos problemas de ordem pedagógica.

Rezende (2016) reflete que a depender do papel exercido pela gestão escolar a influência de fatores externos no processo de aprendizagem pode ser potencializada. Christophe et al

⁹ O dado da disciplina de Ciências do Ensino Fundamental foi colocado no gráfico junto com o de Biologia, por serem componentes curriculares semelhantes, com nomenclaturas diferentes de uma etapa para outra, e mais passível de estabelecer-se uma comparação.

(2015) concordam que a gestão escolar é imprescindível para a eficácia escolar, tendo uma participação efetiva no desempenho acadêmico da escola.

No caso do Ceja João da Silva Ramos, conforme já mencionado, a equipe gestora esteve incompleta por quase um ano e meio, sem coordenadora escolar. A ocupação dessa função tem sido dinâmica na escola. Desde 2012, quatro profissionais assumiram e abandonaram a função. Durante este tempo, pelo menos duas vezes a escola ficou um ano ou mais sem coordenação. Esse fato, dificulta a consolidação de um projeto pedagógico com execução contínua.

A instituição é gerida há, aproximadamente, dez anos pelo mesmo gestor. Para os quatro primeiros anos, o diretor passou por processo seletivo de provas e foi eleito pela comunidade escolar. Após esse primeiro mandato, processo semelhante o elegeu para mais 4 anos. No início do ano de 2018, um processo seletivo deveria eleger um novo diretor. O atual não pôde se candidatar novamente, pois de acordo com a Lei Estadual nº 13.513, só é permitido ao diretor uma recondução consecutiva e duas alternadas. No entanto, o processo eletivo não ocorreu porque não se cumpriu o que indica o art. 6º, do Decreto nº 32.426, o qual determina que “§5º Haverá eleição somente nas escolas em que estiverem cadastrados, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pais, mães ou responsáveis por aluno menor de 16 (dezesseis) anos.” (CEARÁ, 2017, p. 1). Diante da inviabilidade da eleição, a Crede optou por reconduzir o gestor ao cargo para uma gestão de mais 4 anos. Após a nomeação, o diretor completou o núcleo gestor com uma nova coordenadora. A partir dessa complementação da equipe gestora, a escola tem enfrentado muitos desafios para integrar o grupo de professores e funcionários em prol de um projeto pedagógico que melhore os indicadores de certificação e abandono escolar.

Alguns desses desafios para a gestão da escola concentram-se em sua capacidade de construir um bom clima escolar, além de identificar e intervir em outros fatores internos que resultem em melhores condições de ensino e aprendizagem. Evidências do clima escolar negativo é o descumprimento de normas da instituição, como cumprimento integral dos horários por professores e funcionários, é comum profissionais saírem durante o expediente para resolverem problemas pessoais fora da escola e sentirem-se incomodados quando são repreendidos. Verifica-se na rotina escolar relações conflituosas que envolvem funcionários, alunos e docentes; falta de confiança na capacidade da gestão de mediar esses conflitos e de tomar decisões justas, isso se verifica pelo fato de que muitos problemas que envolvem conflitos, questões pedagógicas ou administrativas não serem comunicados à gestão, que muitas vezes toma conhecimento de situações desse tipo por meio de terceiros.

A gestão escolar tem papel relevante para a realização de um trabalho pedagógico de qualidade, o qual, no caso do Ceja, deve manifestar-se pelo aumento do número de alunos que se matriculam e concluem suas escolarizações.

O perfil vulnerável dos discentes torna o desafio para a gestão ainda maior, pois, impossibilitada de agir sobre os fatores extraescolares, tem o papel de agir sobre os fatores intraescolares, de modo a reduzir os impactos dos primeiros sobre os jovens e adultos que buscam formação na escola.

Dourado et al. (2007) afirma que uma escola eficaz é resultado do trabalho de sujeitos engajados pedagógico, técnico e politicamente. É papel da gestão escolar promover esse engajamento, de modo que a escola funcione em prol de um ensino de qualidade.

O trabalho de engajar todos os atores da comunidade escolar não é uma tarefa fácil, principalmente, em uma instituição em que os alunos não cumprem horários, grande parte é maior de idade e com muitas ocupações extraescolares. Trata-se de um corpo discente composto por perfis variados de pessoas, que matriculam-se na instituição estimuladas por motivos diversos.

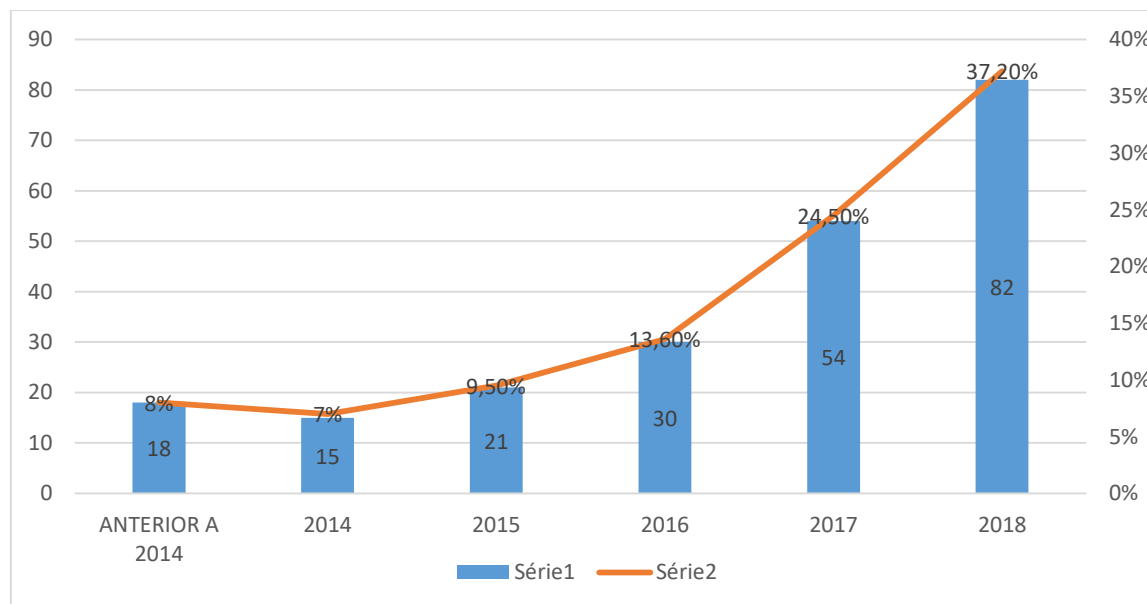
Análise nos documentos escolares de 220 alunos matriculados no Ensino Médio em 2019, indica que o grupo de idade predominante tem entre 18 e 23 anos, com 41,3% do total. É um público constituído por homens e mulheres, em grande parte, trabalhadores, com pouco tempo para estudos domiciliares, que frequentam uma instituição de ensino semipresencial, a qual pressupõe que os alunos dediquem-se aos estudos fora da escola.

Esse grupo de idade composto por jovens com menos de 30 anos faz parte de uma geração que teve mais possibilidade de acesso à escola do que gerações anteriores, ou seja, são pessoas que trazem uma trajetória escolar interrompida em algum momento. Isso pode ser suposto com base no fato do Ceja ofertar escolarização a partir da segunda etapa do ensino fundamental, ou seja, o normal é que os alunos busquem essa escola para dar continuidade aos estudos e não para iniciar suas vidas escolares. Embora a escola preveja em seu Regimento Interno a possibilidade de classificação de estudos para aqueles que não podem comprovar escolarização, a demanda por esse direito é muito pequena.

Com essas informações pretende-se mostrar que os jovens e adultos que se matriculam no Ceja João da Silva Ramos, por alguma razão, saíram do sistema regular de ensino e podem continuar vulneráveis a descontinuidade dos estudos por necessidade de trabalhar, por dificuldades cognitivas, por questões familiares ou mesmo por desinteresse que os impede de persistir.

Pesquisa nas pastas dos alunos matriculados em 2018 no ensino médio e que abandonaram a escola no mesmo ano evidenciou que 38% tiveram suas primeiras matrículas há dois anos ou mais, como se verifica no gráfico 9.

Gráfico 9 – Ano de matrícula dos alunos que abandonaram em 2018



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

São alunos que, tendo em vista o tempo que se matricularam inicialmente, certamente não mantêm frequência constante e, por isso, podem colaborar com a busca de evidências sobre os motivos que dificultam suas permanências na escola em um percurso constante até a conclusão.

O Ceja João da Silva Ramos é uma instituição que assim como outras de Educação de Jovens e Adultos demanda um público com expectativas, necessidades e experiências diferentes da escola de educação básica regular. Nesse Ceja, conforme descrito nesta seção, a baixa permanência é um problema recorrente e, por isso, tema desta pesquisa. O capítulo seguinte descreve os caminhos percorridos na tentativa de compreender-se os fatores associados a essa baixa permanência e traz uma análise dos resultados da pesquisa de campo realizada com esse propósito.

2 ANÁLISE DOS FATORES INTRA E EXTRAESCOLARES QUE CONTRIBUEM PARA A BAIXA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS

Este capítulo apresenta uma análise dos fatores internos e externos que colaboram para o elevado número de alunos que matriculam-se no Ceja João da Silva Ramos e não permanecem ao longo do ano letivo.

Para a compreensão e interpretação dos fatores identificados, o capítulo está estruturado de modo a expor uma discussão teórica baseada nas contribuições de pesquisadores do tema Educação de Jovens e Adultos, como Sérgio Haddad, Maria Clara Di Pierro, Roberto Catelli Jr., Márcia Rodrigues Neves Cerrati, dentre outros que apresentam estudos sobre o assunto e a proporcionar entendimento acerca dos caminhos metodológicos que a pesquisa seguiu. Além disso apresenta análises acerca dos dados coletados na pesquisa de campo.

Assim, a primeira seção apresenta uma revisão da literatura sobre o tema da permanência dos alunos na EJA, com ênfase nos fatores associados ao abandono escolar na modalidade. A segunda seção descreve o percurso metodológico da pesquisa, que inicia com estudo da bibliográfica e culmina com a coleta e análise dos dados. A terceira seção trata da análise dos dados coletados e das inferências que eles permitem fazer, para que, embasado nos resultados possa-se propor um Plano de Ação Educacional que vise diminuir os indicadores de baixa permanência no Ceja João Ramos.

2.1 FATORES QUE INFLUENCIAM NA BAIXA PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação Pública brasileira é constituída por uma soma de políticas que se desenvolvem ao longo de décadas, registrando progressos, especialmente em termos de acesso de crianças e adolescentes à escola, mas também sendo exemplo de ineficiência para ofertar oportunidades educacionais de qualidade para todos, o que inclui jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica na idade considerada apropriada.

A este estudo interessa compreender as razões implicadas nos elevados indicadores de evasão e abandono escolar na EJA. Assim, esta seção se aterá a discussões acerca das dificuldades que o público de EJA encontra para se manter na escola, objetivando compreender por meio de revisão da literatura sobre o tema, os fatores associados a descontinuidade de estudos na Educação de Jovens e Adultos.

A EJA no Brasil está situada em contexto marcado pela dificuldade dos alunos manterem uma trajetória escolar contínua, o que faz do abandono e evasão alguns dos maiores problemas enfrentados pela modalidade. Klein e Freitas (s/d), afirmam que “Diversas razões de ordem social e, principalmente, econômica concorrem para a evasão escolar dentro da EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola”. Além destas, certamente, razões de ordem institucional e didático-pedagógica também contribuem para esse cenário.

Tavares Júnior (2017) afirma que ainda se “(re)afirmam e (re)produzem” na sociedade brasileira algumas de suas características mais negativas: a desigualdade econômica e social, a injusta distribuição de oportunidades, a baixa produtividade e tantas outras que mazecam a população. Essas mazelas terminam por serem reafirmadas no sistema educacional, que reproduz as desigualdades presentes na sociedade. Segundo o autor, a compreensão do insucesso escolar no Brasil é um grande desafio, no entanto, ele afirma que “o fracasso escolar em nossa sociedade tem cor, raça e renda: é majoritariamente pobre, morador das periferias, não branco e estudantes de escolas públicas”. (TAVARES JÚNIOR, 2017, p. 115).

A vulnerabilidade socioeconômica do público que frequenta a EJA, corrobora as considerações de Tavares Júnior. Essa vulnerabilidade é mencionada por Andrade, Esteves e Oliveira (2009), os quais realizaram pesquisa a respeito dos percursos escolares de alunos do Programa Projovem e concluíram que estes possuem o perfil dos alunos de EJA. Tratam-se, de modo geral, de

[...] jovens caracterizados por indicadores, entre outros, de cor/raça em que a parda/negra predomina; de renda baixa, tanto familiar quanto individual; de oportunidades de formação e inserção no trabalho precárias; de acesso limitado a bens de consumo; e de redes de sociabilidade restritas. Tais indicadores são bastante compatíveis com os comumente observados entre os alunos da EJA, os quais reproduzem as principais características das populações situadas nos estratos mais empobrecidos da sociedade brasileira. **No que diz respeito à sua trajetória escolar, em particular, são sujeitos marcados por desigualdades e discriminações [...] que se combinam e se potencializam, produzindo diferentes graus de vulnerabilidade, cujos efeitos culminam na recorrência de situações de entrada e saída nas redes de ensino, repetência, abandono precoce, desinteresse pelos estudos etc.** (ANDRADE, ESTEVES e OLIVEIRA, 2009, p. 86 – grifo meu).

Oliveira (1999) considera que os alunos de EJA tem um traço cultural de “excluídos” da escola regular e conhecer aspectos dessa exclusão é relevante para delinear as especificidades do público da educação de jovens e adultos e assim, pensar currículos e práticas que sejam significativos para esses estudantes.

O público excluído da escola por meio do acesso precário, da reprovação – que muitas vezes resulta em abandono –, da evasão, é uma parte considerável do público que mais tarde será alvo das políticas de Educação de Jovens e Adultos. Assim, o fracasso da escola de educação básica configura um dos motivos da necessária oferta de EJA.

Nacif et al. (2016) afirmam que o crescente número de pessoas adultas sem a escolaridade adequada tem duas causas básicas: “1) o fluxo de pessoas que chegam à vida adulta (aos 18 anos) sem completar nível fundamental ou básico e que evade a escola, e 2) a falta de um atendimento adequado desses jovens, adultos e idosos pela EJA.” (2016, p. 100).

Segundo Soares et al (2015), muitos autores concordam que o processo de abandono escolar inicia ainda nos anos iniciais do ensino fundamental, portanto, além de serem necessárias medidas que combatam esse problema desde o início da educação básica, deve-se pensar em ações mais efetivas para que os alunos que retornam ao sistema regular de ensino, não o abandonem novamente (SOARES et al. 2015).

Os autores apresentam uma pesquisa que, embora não se dirija ao caso específico da EJA, revela aspectos importantes da evasão escolar no Brasil. Aspectos esses que podem ser relacionados à baixa permanência de jovens e adultos no Ceja João da Silva Ramos. A pesquisa baseia-se em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para os anos de 2001 a 2008 – foram elaboradas análises com informações individuais e familiares de pessoas nascidas de 1987 a 1992, acompanhando a trajetória escolar desses indivíduos; e da Pesquisa sobre Abandono Escolar/MG (PSAE), acerca de alunos cursantes e não cursantes do ensino médio de 46 escolas públicas de Minas Gerais.

A análise dos dados conduz à conclusão de que a defasagem escolar é um fator que influencia o abandono futuro, reduzindo em 61% o risco de permanência (SOARES ET AL, 2015, p. 767). Este é um dado preocupante, já que a defasagem é característica essencial dos alunos de EJA, é como se estes já se matriculassem com grande risco de não permanecer. Isso acarreta para a escola uma responsabilidade maior de oferecer oportunidades educacionais que não reproduza a escola regular tradicional. Outros fatores preponderantes são a gravidez na adolescência e dificuldades em todas as matérias do currículo (SOARES ET AL, 2015, p. 770).

No caso da EJA, esses fatores também podem influenciar para que os alunos não concluam os cursos de ensino fundamental e médio. A dificuldade em todas as matérias do currículo, como citado pelos autores, por exemplo, é um fator extraescolar que pode estar associado ao abandono no CEJA João Ramos, já que vários alunos não conseguem apreender os conteúdos no tempo restrito do atendimento individual, considerando que este Centro atende no modelo semipresencial.

Se a repetência ao longo da vida escolar reduz as possibilidades de permanência nas escolas regulares, nos CEJAs isso torna-se um fator inerente a esses Centros, pois a natureza da modalidade que ofertam indica a abrangência de um público que em algum momento repetiu de ano, desistiu dos estudos ou não teve acesso à educação na idade apropriada.

Os efeitos da reprovação são alvo de muitas pesquisas que indicam seu impacto negativo sobre a autoestima dos estudantes e o aumento das possibilidades de reprovações futuras (BARROS; MENDONÇA, 1998). Considerando essa constatação, o público da EJA está sujeito em grande medida a maiores chances de interromperem suas trajetórias escolares quando retornam à escola, pois parte desse público vivenciou a experiência da retenção na educação básica regular e poderão vivenciá-la no retorno ao sistema escolar. Tavares Júnior e Costa (2018, p. 93), concluem que “ser reprovado praticamente dobra a chance de o aluno querer sair da escola”. Assim, a reprovação pode ser um fator que influencia o abandono escolar no Ceja, já que nesses Centros matriculam muitos alunos que apresentam um histórico de reprovação, repetência e abandono do sistema de ensino básico regular.

Questões raciais estão presentes em grande medida na delimitação do perfil de indivíduos que vivenciam trajetórias de fracasso escolar no Brasil. Correa, Bonamino e Soares (2015) concluem que a maior parte dos repetentes na primeira etapa do ensino fundamental são meninos e negros. Hasenbalg e Silva (1990) indicam que pretos e pardos são suscetíveis a níveis de escolaridade menores do que pessoas brancas com a mesma origem socioeconômica e que esse fato está relacionado a processos discriminatórios no “âmbito da educação formal”.

Se a literatura permite concluir que o fracasso escolar no Brasil tem um perfil, é possível também supor, ao menos parcialmente, um perfil de alunos que frequentam a EJA. A partir disso, o empenho em promover um ensino de qualidade para os jovens e adultos que se matriculam em tal modalidade de ensino, deve refletir em ações e atitudes pedagógicas que minimizem os efeitos da reprovação e das condições socioeconômicas e culturais a que estes alunos estão expostos.

De acordo com o mencionado no capítulo 1 desse trabalho, Ceratti (2008, p.3) compreende a expressão “evasão escolar” como “resultado do fracasso escolar do estudante e da própria instituição escolar”. Assim, independente dos fatores associados a desistência dos alunos em estudar, seja essa situação conceituada como evasão ou abandono, a escola que registra altos números desses problemas fracassa em não conseguir manter seus estudantes até a conclusão, compartilha da responsabilidade nesse resultado e deve procurar meios para combater o problema e proporcionar para seu público uma educação de qualidade.

Sobre o que seria essa qualidade, a autora apresenta dois conceitos: um refere-se à “produtividade escolar”, tratada como conclusão do curso pelo aluno e apropriação do saber científico e sistematizado que o possibilitariam constituírem-se como cidadãos (VASCONCELOS, apud CERATTI, 2008); o outro conceito é o de “ideal pedagógico”, definido como “o trabalho centrado na perspectiva da formação de: ‘homens críticos, livres e criativos até mesmo a partir de condições sociais, políticas e econômicas adversas’” (AZANHA apud CERATTI, p. 15).

Considerando esses conceitos, é difícil associar uma boa produtividade escolar à EJA, tendo em vista os números de não conclusão dos que se matriculam na modalidade. O ideal pedagógico talvez seja perseguido por muitas instituições, mas os percalços no caminho tornam o alcance desse ideal um grande desafio. Problemas como desconsideração pela escola das especificidades do público da EJA, o rodízio de professores, que compromete a implementação de uma proposta pedagógica, apatia e desinteresse dos docentes em combater o problema da evasão, disciplinas muito distantes da realidade dos alunos, contribuem significativamente para a manutenção de altos índices de evasão na EJA (CERATTI, 2008). Esses índices comprometem a produtividade escolar e distanciam as escolas do ideal pedagógico descrito.

Como pode-se depreender pelo exposto, o fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos está relacionado a diversos fatores. A autora menciona questões internas ao ambiente escolar, no entanto, há fatores externos que também contribuem para esse fracasso.

Rezende (2016) separa os fatores associados ao desempenho escolar em dois grandes grupos: fatores externos ou extraescolares e fatores internos ou intraescolares. O autor afirma que esses grupos são formados por vários elementos e destaca dentre os fatores extraescolares as condições socioeconômicas como um forte elemento que compromete a aprendizagem. De acordo com Dourado et al (2007, p. 14)

Estudos e pesquisas mostram que as dimensões extraescolares afetam sobremaneira os processos educativos e os resultados escolares em termos de uma aprendizagem mais significativa, daí porque tais dimensões não podem ser desprezadas se queremos efetivamente produzir uma educação de qualidade para todos.

Por outro lado, elementos internos como estrutura e características da escola, condições e atuação da gestão, PPP, integração e participação da comunidade, avaliação, clima organizacional (Ibid) são relevantes para a promoção de uma educação de qualidade.

Assim, a compreensão da baixa permanência dos alunos da EJA, passa pela compreensão de fatores intra e extraescolares que, em alguma medida, influenciam a ocorrência

dessa situação. Fatores externos ao ambiente escolar são dimensões que não devem ser desconsideradas quando se analisa situações relacionadas à qualidade da educação (DOURADO et al, 2007). Para os autores (Ibdi), essas dimensões dizem respeito à determinações e possibilidades das camadas populares de superarem suas condições de vida. No mesmo sentido, Cavalcante et al (2017, p. 236) definem os fatores extraescolares como aqueles que

[...] fazem alusão ao cenário fora do contexto escolar que o aluno está inserido, ou seja, faz referência ao cenário socioeconômico que é responsável por fome, moradias precárias, falta de saneamento básico, dificuldade de acesso à escola e tudo que o discente é privado de ter por pertencer à classe oprimida.

O conhecimento e compreensão dos contextos de vida dos educandos são relevantes para que as escolas que ofertam EJA sejam capazes de pensar estratégias que possibilitem maior produtividade do processo de ensino-aprendizagem, tornando a escola um espaço mais democrático no sentido de exercer um trabalho pedagógico que atenda as demandas de seu público. Os autores defendem a importância desses fatores para o fracasso escolar, que de acordo com eles, está diretamente ligado à repetência e à evasão. Para eles, situações extraescolares estão relacionadas ao cenário socioeconômico, o qual resulta em diversos fatores que interferem na trajetória escolar dos sujeitos, como “difícil acesso às escolas, fome, trabalho infantil e ausência familiar são reflexos da desigualdade social (...) e influenciam grandiosamente no aproveitamento escolar do indivíduo” (CAVALCANTE et al. 2017, p. 240-241).

Contribuindo com os estudos acerca do tema, Faria (2013), analisa o problema da baixa permanência de alunos no contexto de uma escola de Belo Horizonte que oferta Educação de Jovens e Adultos. A autora, citando Silva, destaca como fatores externos que interferem na evasão escolar de modo geral: fatores socioeconômicos e socioculturais dos educandos, fatores de financiamento público adequado às escolas com decisão democrática para a sua utilização e transparência financeira e administrativa, compromisso dos gestores centrais, ingresso por concurso público, condições de trabalho, conhecimento e domínio de processos de avaliação que reorientem as ações. São situações potencializadas na EJA, visto que, conforme razões já expostas, é uma modalidade carente de políticas e investimento público.

Dissertando sobre fatores associados ao abandono em um Centro de Educação de Jovens e Adultos no formato semipresencial, Borges (2004) aponta como elementos que interferem na descontinuidade dos estudos dos alunos, bem como na oferta de um ensino de qualidade para esse público, a não obrigatoriedade de frequência, a falta de formações para os professores que

atuam nessa modalidade, o atendimento individual que não permite a socialização dos alunos com o ambiente escolar, a LDB não especificar as responsabilidades do estado com a EJA de qualidade, limitando-se ao seu caráter compensatório. São, quase majoritariamente, fatores internos ao ambiente escolar, com maiores possibilidades de intervenção das instituições para resolvê-los. Fatores intraescolares relacionam-se à metodologias, programas, atitudes de toda a equipe escolar (CAVALCANTE et al. 2017) para promover uma educação de qualidade, apesar das condições adversas dos estudantes.

Como fatores internos que interferem nessa qualidade, Faria (2013) menciona

A organização do trabalho pedagógico e gestão da escola; os projetos escolares; as formas de interlocução da escola com as famílias; o ambiente saudável; a política de inclusão efetiva; o respeito às diferenças e o diálogo como premissa básica; o trabalho colaborativo e as práticas efetivas de funcionamento dos colegiados e/ou dos conselhos escolares (SILVA, apud, FARIA, 2013, p. 72)

Apesar dessa interferência de elementos internos e externos na decisão de jovens e adultos de abandonarem o sistema escolar, Ceratti (2008) demonstra que professores e alunos atribuem as causas do abandono escolar a fatores externos e não consideram aspectos pedagógicos como influenciadores do problema. Isso pode ser um indicador de uma certa naturalização do fracasso escolar, sendo que a culpa, tende a ser externa: “da família, da pobreza, do baixo capital cultural, da falta de infraestrutura (doméstica, escolar, urbana, etc.)” (TAVARES JÚNIOR, 2017, p. 119). No caso das instituições que ofertam Educação de Jovens e Adultos, esses aspectos são ainda mais determinantes, considerando um público com idade para inserir-se no mercado de trabalho, sendo que conciliar trabalho e estudo pode ser uma dificuldade; elevado número de jovens e adultas mães, que muitas vezes possuem filhos pequenos e não têm com quem deixá-los para ir à escola; o fato de serem cidadãos que por diversos motivos, em algum momento de suas vidas deixaram a escola sem concluir o ensino básico, podendo apresentar maior dificuldade em se adequar às exigências do ensino formal.

Implicadores externos diminuem as possibilidades de uma escola atuar para diminuir indicadores de abandono e evasão escolar, no entanto, não se deve negar as possibilidades de ação dessas instituições para melhorar a qualidade do serviço educacional que prestam e, nem tão pouco, eximi-las de suas responsabilidades pedagógicas com o compromisso de manter os alunos que nela matriculam-se até a conclusão. A escola, por meio dos profissionais envolvidos no processo educativo, pode estudar seus problemas e se organizar para resolvê-los (CERATTI, 2008). Conforme explicitado por Cury no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, “o perfil do aluno da

EJA e suas situações reais devem se constituir em princípio da organização do projeto pedagógico dos estabelecimentos” (BRASIL, 2000, p. 36).

A desconsideração das especificidades do público da EJA é abordado por estudiosos como um dos entraves ao sucesso dessa modalidade, situação que é possível ser revertida, ao menos parcialmente, por meio de uma ação didática coletiva, que reflita “sobre as formas adequadas de se trabalhar na EJA, principalmente quanto ao perfil dos alunos, os objetivos e a função da escola.” (CERATTI, 2008, p. 21)

Um fator importante para essa ação didática é repensar o currículo. Segundo Haddad (apud BORGES, 2004, p. 6) o “currículo para EJA deveria estar centrado na prática social, no trabalho e na metodologia de ensino-aprendizagem adequado ao amadurecimento e experiência do aluno”. Sobre o assunto, Fontoura (2017) cita uma fala significativa de Catteli Júnior, para quem “o resultado de currículos ou abordagens inadequados na EJA pode ser a evasão – um dos grandes problemas enfrentados pela modalidade” (FONTOURA, 2017). Catteli Júnior afirma que

A desistência tem a ver com três coisas, pelo menos: problemas de trabalho, de moradia ou de localização da escola, e o próprio currículo. No caso do currículo, às vezes porque a escola tem um horário extenso demais, ou um modelo de aula em que o aluno não acredita. Aí, ele simplesmente vai embora. (CATTELI JÚNIOR, apud, FONTOURA, 2017)

O que se depreende das políticas curriculares para EJA é que a dificuldade em se melhorar as condições pedagógicas das escolas que ofertam a modalidade partem de uma fragilidade nacional em relação a aspectos pedagógicos da Educação de Jovens e Adultos. Diretrizes curriculares para EJA foram publicadas há dezoito anos, discutidas no Parecer de relatoria de Carlos Roberto Jamil Cury, no qual reitera-se que os currículos de EJA devem pautar-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio, sem contudo, reproduzi-las, mas recontextualizá-las.

Assim, sobre os conteúdos a compor os currículos, “a regra metodológica é: descontextualizá-los da idade escolar própria da infância e adolescência para, apreendendo e mantendo seus significados básicos, recontextualizá-los na EJA” (BRASIL, 2000, p. 61). Essa orientação está implícita no texto da Base Nacional Comum Curricular, já que não contempla, especificamente, a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2018).

Um problema dessas orientações para recontextualização é não se considerar que grande parte dos professores que lecionam na EJA não receberam formação inicial para atuar na modalidade, ou seja, não estão preparados para essa ação de construir um currículo apropriado,

tendo como base orientações para educação básica. Com isso, é possível que apenas reproduzam-se currículos da educação regular. A publicação de parâmetros e diretrizes específicas, abriria maiores possibilidades de produzirem-se currículos mais próximos das demandas de aprendizagem dos jovens e adultos que matriculam-se na EJA. Outro indício da mencionada fragilidade dessas políticas é a falta de material didático. Em 2011, a EJA foi incluída no Programa Nacional do Livro Didático, o que se repetiu em 2014, porém não houve mais edições desse PNLD desde então. Ribeiro enfatiza que

há uma grande falta de materiais didáticos de apoio, de estudos e pesquisas sobre essa modalidade educativa, tendo os educadores de enfrentar com poucos recursos sua tarefa. A história da educação de jovens e adultos no Brasil chega à década de 90, portanto, reclamando a consolidação de reformulações pedagógicas que, aliás, vem se mostrando necessária em todo o ensino fundamental. (2001, p. 33).

A afirmação da autora continua válida quase duas décadas depois, como é possível perceber pelo exposto anteriormente.

Outro elemento da dimensão intraescolar que pode interferir nos resultados educacionais é a gestão. Lück (2009) ressalta a importância das equipes gestoras sob a liderança do diretor na construção de uma escola de qualidade. A autora afirma que as equipes de gestão exercem papel administrativo e pedagógico e contribuem para formação da cultura e ambiente escolares, devem ser também “mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente” (LÜCK, 2009, p. 22). Em instituições de educação para jovens e adultos, a existência de uma gestão escolar com as características citadas possibilita maiores chances de sucesso dos alunos. Habilidades de mobilizar e estimular, importantes em qualquer etapa do processo de escolarização, adquirem relevância no âmbito da EJA, no qual as dificuldades de permanecer na escola parecem ganhar contornos mais desafiadores para alunos e profissionais que atuam na modalidade.

Christophe et al. (2015) citam não ser possível mudar práticas pedagógicas sem que haja mudanças nas práticas de gestão. Consoante o discutido anteriormente, a minimização dos impactos de elementos externos sobre o sucesso escolar dos alunos em qualquer etapa da educação básica requer a realização de um trabalho qualificado dentro das instituições de ensino. Cabe à gestão a condução desse trabalho, que no caso da EJA requer atitudes, procedimentos, estratégias diferentes dos requeridos pela escola de educação de crianças e adolescentes. Lück considera que

A gestão escolar constitui uma dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, se observa a escola e os problemas educacionais globalmente e se busca, pela visão estratégica e as ações interligadas, abranger, tal como uma rede, os problemas que, de fato, funcionam e se mantêm em rede. (LÜCK, 2009, p. 24)

Com base nas afirmações da autora, pode-se concluir que a função de gestores demanda conhecimento, formação, sensibilidade para perceber as fragilidades da escola, pensamento estratégico para promover ações que resultem em aprendizagens satisfatórias, liderança para conduzir toda a comunidade escolar em prol de objetivos comuns. Lück (ibdi) enfatiza a necessidade de formação de gestores escolares e o desafio que isso representa para os sistemas de ensino.

Considerando o exposto, a baixa permanência na educação de jovens e adultos está associada a diversos fatores tanto intra quanto extraescolares. Situações de ordem social e econômica (KLEIN e FREITAS, s/d; REZENDE, 2016, ANDRADE, ESTEVES e OLIVEIRA, 2009; SILVA apud FARIA, 2013); falta de financiamento público adequado (SILVA apud FARIA, 2013); defasagem escolar, gravidez na adolescência, dificuldades de aprendizagem (SOARES et al., 2015) são fatores externos que comprometem a escolarização dos alunos. Embora nem todos esses autores façam referência especificamente à EJA, certamente, fatores que resultam em fracasso escolar, e neste caso, fala-se em abandono e evasão, estão associados não apenas à escola regular, como também aos percursos de jovens e adultos quando retornam ao sistema de ensino. Afinal, na maioria dos casos, os alunos que retornam são os jovens que abandonaram pelas razões mencionadas.

Dourado et al. afirmam que

É extensa a lista de elementos que podem ser considerados indispensáveis para uma educação escolar eficaz, assim como são profundos e diversificados os aspectos que podem levar a uma compreensão consistente da problemática, em razão da multiplicidade de significados do que seja uma *boa educação* ou uma escola de qualidade (DOURADO et al, 2007, p.10).

Certamente nesta lista de elementos consta o não abandono escolar, a permanência até a conclusão, pois sem isso, a educação escolar fica fragmentada, inacabada, não é possível pensar em eficácia se o aluno não conclui as etapas de escolarização.

Além dos fatores extraescolares, questões internas ao ambiente escolar também contribuem para a desistência dos alunos. Falta de um tratamento pedagógico que considere as especificidades do público de EJA, troca de professores, pouco engajamento dos docentes em

ações que combatam o abandono (CERATTI, 2008); Currículo adequado às demandas do público de EJA (HADDAD apud BORGES, 2004; CATELLI JR. apud FONTOURA); falta de formação de professores para atuar na modalidade, ausências de espaços de socialização nos casos de ensino semipresencial com atendimento individual (BORGES, 2004), são fatores intraescolares que podem comprometer a produtividade escolar e resultar em abandono e evasão.

Geglio et al. (2012, p. 55) resume as causas do abandono, dissertando que

[...] o cansaço causado pelas horas de trabalho diário, a ausência de estrutura social, como, por exemplo, transporte de qualidade, falta de perspectiva com os estudos, conteúdos e metodologias de ensino distantes da realidade, escolas sem estruturas e recursos materiais, professores despreparados para lidar com esse público, entre outros aspectos, formam um amálgama de motivos que impulsionam o jovem para fora da escola.

Certamente, todos os elementos considerados nesta seção dizem respeito a importantes fatores que ajudam a refletir sobre as causas da descontinuidade dos estudantes de EJA. A compreensão dessas razões que influenciam os alunos a interromper suas trajetórias escolares possibilita à escola planejar ações que revertam o quadro do abandono escolar.

O percurso metodológico dessa pesquisa foi delineado de maneira a embasar a compreensão dos fatores associados à baixa permanência dos alunos no Ceja e encontra-se descrito na seção seguinte.

2.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é um estudo de caso de natureza qualitativa, o qual toma como ponto de partida o diagnóstico de um problema situado em um Centro de Educação de Jovens e Adultos, ambiente de trabalho da pesquisadora. O problema diz respeito à baixa permanência dos alunos no Ceja João da Silva Ramos e o estudo visa identificar fatores externos e internos associados ao abandono escolar na instituição.

De acordo com André (1984, p. 52):

Os estudos de caso pretendem retratar o idiossincrático e o particular como legítimos em si mesmos. Tal tipo de investigação toma como base o desenvolvimento de um conhecimento idiográfico, isto é, que enfatiza a compreensão dos eventos particulares (casos). O ‘caso’ é assim um ‘sistema

delimitado', algo como uma instituição, um currículo, um grupo, uma pessoa, cada qual tratado como uma entidade única, singular.

Cada caso guarda suas particularidades, determinadas por contextos, público envolvido, políticas implementadas e experiências do próprio pesquisador. Freitas (2002, p. 26) afirma que “o pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações. Ele se ressignifica no campo”. O estudo de caso, possibilita a compreensão e interpretação das nuances que interferem em questões locais, embora sejam semelhantes a outras realidades.

Assim, partindo da intenção de identificar fatores que contribuem para a não permanência dos alunos no Ceja João da Silva Ramos até a conclusão da etapa de escolarização para a qual se matricularam, esta pesquisa segue um percurso metodológico que inicia com investigação bibliográfica sobre o tema Educação de Jovens e Adultos, em concordância com o que afirma Fonseca (2002, p. 31) ao considerar que “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Buscou-se compreender desde os embasamentos legais que garantem a oferta de EJA no Brasil até as perspectivas e desafios que envolvem a modalidade, dentre estes, com destaque para a dinâmica resultante da busca de jovens e adultos por escolarização básica e as dificuldades que eles têm em continuar estudando.

A conceituação de estudo de caso como um exame profundo e sistemático de uma instância, deixa implícita a necessidade de um contato “estrito e prolongado” do pesquisador com a situação pesquisada (ANDRÉ, 1984). Com intuito de estreitar esse contato entre a pesquisadora e seu objeto de estudo, associada ao estudo bibliográfico, procedeu-se a uma análise de planilhas, gráficos e tabelas com dados sobre matrículas e público que demanda vagas em EJA, tanto na esfera nacional, quanto regional e estadual. Além disso, foram realizadas pesquisas em documentos escolares como livros de matrícula, planilhas de frequência de alunos e professores, dentre outros.

Freitas sugere a necessidade de imersão no campo para “familiarizar-se com a situação ou com os sujeitos a serem pesquisados” (2002, p. 28). Essa imersão visa buscar respostas para o problema que norteia essa pesquisa. Diante disso, após as pesquisas realizadas, fez-se necessário uma maior familiarização com os sujeitos alvo desse estudo e suas motivações para interromperem seus percursos escolares. Tratam-se dos alunos que demonstram interesse em completar a escolarização básica, mas mantêm-se em um ciclo de abandono e retorno à escola. Na busca pela compreensão do que motiva esse fenômeno, a fala de outros indivíduos foram consideradas, a saber, os docentes que estão em interação constante com os alunos, o que lhes

permite conhecer, ainda que com limites, os anseios e dificuldades das pessoas que se matriculam no Ceja João da Silva Ramos.

O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário, tanto para alunos quanto para professores. Conforme Gil (2008, p. 121), o questionário é uma

[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Para este estudo de caso, a escolha desse instrumento foi pertinente devido às possibilidades de sua abrangência e a vantagem de garantir o anonimato e não expor os pesquisados à influências ou aspectos pessoais do pesquisador (GIL, 2008). Como a pesquisadora é coordenadora escolar na instituição, é relevante que alunos e professores estivessem o mais à vontade possível para responderem, fidedignamente, as perguntas. Considera-se que o questionário garante maior liberdade para os respondentes falarem sobre os aspectos que lhes foram indagados.

O instrumento aplicado aos alunos foi elaborado de modo a identificar elementos que permitissem traçar um perfil do público que não mantém uma trajetória escolar contínua na escola, e elementos associados ao abandono escolar no Ceja. Desse modo, foi construído com com o intuito de traduzir em questões os objetivos da pesquisa (GIL, 2008). Para isso, o questionário aplicado aos alunos foi estruturado em cinco blocos que abordaram informações pessoais, sobre família, trajetória escolar e fatores extra e intraescolares que podem influenciar o processo de escolarização. Foram utilizados questões abertas, fechadas e dependentes, elaboradas de forma clara, com uso de vocabulário simples, de modo a não dificultar a compreensão dos participantes.

O público de alunos constituiu-se daqueles que registraram movimento de abandono e retorno ao Ceja e estão frequentando em 2019. A opção de ter como respondentes os discentes que estão frequentando a escola, deveu-se a dificuldades em localizar os alunos por telefone ou visitas domiciliares, visto que grande parte dos números de telefones que constam nas pastas dos discentes não têm sinal e os endereços são em bairros diversos, alguns com a presença de atividades ilícitas (como tráfico de drogas), além de serem distantes, o que demandaria muito tempo para que aplicação pudesse ser concluída. A busca pela identificação e compreensão dos fatores associados ao abandono nessa escola, certamente, pode ser exitosa com a participação dos alunos que abandonaram mas voltaram a frequentar, pois o que se busca compreender são

as causas desse abandono independente dos motivos que os fizeram retornar. Inicialmente, foi realizado um diagnóstico de 119 alunos matriculados em 2019 com histórico de abandono na instituição. Devido ao curto tempo para realização da pesquisa, optou-se por aplicar os instrumentos com os alunos que frequentaram a escola entre a segunda e a terceira semana do mês de maio, período delimitado para a pesquisa. Nesse período, a pesquisadora identificou dentre os alunos que vieram à escola, aqueles que tinham o perfil definido para os respondentes. Foram identificados 81 alunos, aos quais foram repassadas informações acerca da pesquisa. Após isso, esses discentes foram convidados a responder o questionários, sendo que dois recusaram-se sob a alegação de não terem interesse em participar. Assim, os questionários foram aplicados com 79 alunos. Os dados foram tabulados em uma planilha do excel e constituíram os elementos de análises para se compreender os fatores associados ao abandono escolar no Ceja João Ramos.

Além dos alunos, participaram da pesquisa os 22 professores orientadores do Ceja. Com exceção de uma professora, o grupo é formado por docentes com mais de 2 anos na instituição e possuem importante conhecimento acerca do funcionamento da escola com suas fortalezas e fragilidades, bem como das especificidades do público que se matricula no Centro. Devido a quantidade de professores, optou-se pela aplicação de questionário, já que entrevista individual demandaria um tempo maior tanto para aplicação quanto para tabulação das respostas. Além disso, a relação coordenadora x professores (as) poderia comprometer as respostas, pois como apresenta Gil (2008, p. 110) “a influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado” configura uma desvantagem desse tipo de instrumento.

A seção seguinte trata dos fatores externos e internos que contribuem para a baixa permanência na Ceja João da Silva Ramos. Apresenta os resultados da pesquisa de campo da qual participaram professores e alunos da instituição.

2.3 FATORES INTRA E EXTRAESCOLARES ASSOCIADOS À BAIXA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS

Os alunos que matriculam-se no Ceja estão sujeitos a muitas situações que, possivelmente, dificultam sua permanência na escola. Segundo consta no PPP da instituição, a situação econômica dos alunos é variada, no entanto, a maioria é de baixa renda, um grande número é chefe de família, dona de casa, mães, o que requer da escola cuidados como: acolher,

motivar e mantê-los na escola apesar dos problemas enfrentados (CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS, 2016, p. 7).

Esse perfil de aluno apresenta muitos desafios para se manter estudando: conciliar trabalho e estudo, muitas vezes trabalho, família e estudo, e terminam por produzir um indicador elevado de abandono na escola. Segundo Rezende (2016), fatores externos são fundamentais para o desempenho dos alunos, mas não definem, exclusivamente, suas trajetórias escolares. Assim, o abandono escolar, também pode estar associados a questões internas do espaço institucional; estas, de acordo com o autor têm potencial para ampliar a influência daqueles ou minimizar essa influência sobre os alunos com maiores possibilidades de insucesso escolar. O Ceja, conforme delineado no seu PPP, reconhece esse potencial dos fatores internos e o papel da instituição na execução de trabalho que não negligencie as características de seu público e as dificuldades que os estudantes encontram para concluir a escolaridade básica.

Em reuniões realizadas pela equipe pedagógica, professores relatam as dificuldades que esses alunos têm em compreender as matérias e estudar em casa, ou por falta de tempo ou por falta de compreensão do material didático; mencionam que alguns alunos justificam pouca frequência mensal devido a distância da escola. No caso das mulheres, há também relatos sobre a dificuldade em conciliar atividades domésticas, principalmente, cuidar da casa e dos filhos. Há ainda relatos de sério déficit de aprendizagem, especialmente em leitura, o que compromete a autonomia para estudar, e desinteresse pela escola.

Nesses casos, fatores internos devem estar alinhados com as demandas específicas desse público, de modo a estimular seus aprendizados e sucesso escolar. Para esse alinhamento de ações é imprescindível um diagnóstico das fragilidades que a escola apresenta, que contribuem para a não permanência de muitos alunos.

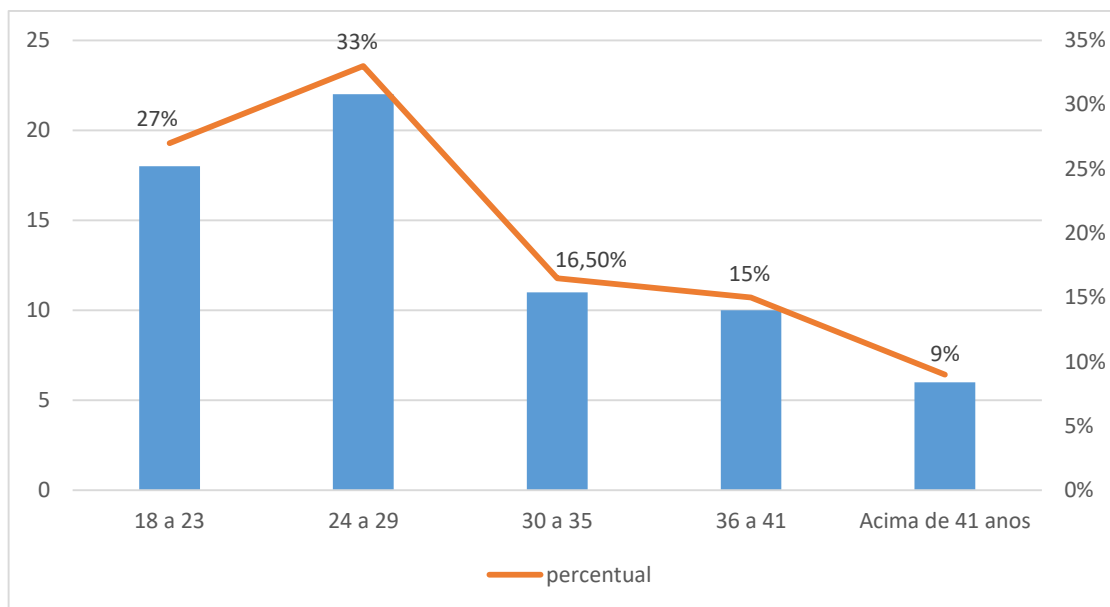
As subseções seguintes apresentarão uma análise dos fatores externos e internos associados ao abandono escolar no Ceja João da Silva Ramos, com base em pesquisa de campo, realizada por meio da aplicação de questionários a alunos que interromperam os estudos na instituição pelo menos uma vez, e aos professores orientadores lotados na escola.

2.3.1 Perfil dos alunos que interromperam os estudos no Ceja

Os alunos matriculados no Ceja João da Silva Ramos são, majoritariamente, jovens adultos com menos de 30 anos, tanto no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio. Pesquisa nas pastas de todos os alunos com matrícula em dezembro de 2018 identificou que 75% têm 30 anos ou menos e 53% são homens. Esse também é o grupo de idade em que está a

maior parte (60%) dos estudantes que abandonaram a escola e retornaram em 2019, conforme se verifica no gráfico 10.

Gráfico 10 – Idade dos alunos que abandonaram a escola e estão matriculados em 2019



Fonte: gráfico elaborado pela autora com dados de questionários aplicados aos alunos.

O gráfico demonstra o acesso de um público jovem à esta escola, uma tendência nacional de acordo com Carrano (2007). O autor considera que há evidências empíricas de que os jovens constituem um fenômeno estatisticamente considerável nas salas de EJA no país, o qual tem sido chamado de “juvenilização da EJA”. Em geral são pessoas que não lograram êxito na escola regular, o que se comprova pelo número de participantes da pesquisa que declarou ter frequentado instituição escolar antes de se matricular no Ceja (98,6%). Apenas um respondente declarou não ter frequentado o sistema regular de ensino.

A dificuldade para concluir os estudos na idade considerada adequada não está associada somente a oportunidades de oferta, mas a outros fatores de origens variadas, como os de ordem psicológica, socioculturais e institucionais, mencionados por Ceratti (2008). Os socioculturais parecem ser preponderantes, conforme se verifica na literatura sobre fracasso escolar. As respostas dos alunos às razões de terem abandonado a escola regular demonstra que fatores socioculturais e econômicos são as principais razões de terem deixado a escola, conforme se verifica na tabela 9.

Tabela 9 - Motivos pelos quais os alunos respondentes abandonaram a escola regular

Motivos para abandonar a escola	Quantidade de respostas
Aulas não eram interessantes?	1
Falta de condições financeiras.	2
Escola longe da sua casa.	3
Não gostava de estudar.	5
Mudança de cidade	5
Gravidez ou filhos pequenos	6
Tinha dificuldades em acompanhar as aulas.	10
Outro motivo	15
Trabalho	38

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados de questionários aplicados aos alunos.

Como pode-se perceber, o trabalho foi o principal motivo de abandono, seguido pela dificuldade de acompanhar as aulas. Sobre o primeiro, Cavalcante et al.(2017) consideram que a necessidade de trabalhar e gerar renda é um importante aspecto quando se analisa as causas do abandono escolar na infância e adolescência. Ressalte-se que este também é um forte motivador para que os estudantes retomem a vida escolar. A mesma pesquisa evidencia que 32% dos alunos que se matriculam no Ceja, o fazem com a intenção de conseguir um emprego melhor. Essa conclusão corrobora uma conclusão de Mourão (2017) de que os alunos abandonam e retornam à escola pelo mesmo motivo: o trabalho.

O segundo motivo mais citados pelos alunos, dificuldades em acompanhar as aulas, ratifica a pesquisa de Soares et al. (2015) sobre o abandono no ensino médio de Minas Gerais, que concluiu que o desinteresse, desmotivação e dificuldade em todas as matérias são fatores que aumentam a vulnerabilidade à desistência de estudar. Gravidez e possuir filhos pequenos também foram citados como importantes fatores que induzem ao abandono, especificamente por mulheres. Poucos alunos mencionaram a distância para escola, aulas desinteressantes, não gostar de estudar e falta de condições financeiras como situações que os motivaram a deixar a escola. Quinze alunos citaram outros motivos: dependência química (1); idade (1); problemas de saúde (1); “não pensar na vida” (1); desmotivação (1); vontade própria (10). Esse resultado demonstra a heterogeneidade de perfis e motivações do público de EJA. É necessário considerar-se que, embora haja similaridades, são pessoas com perfis e trajetórias de vida singulares (CARRANO, 2007), por isso é um equívoco ter um único tratamento didático e pedagógico para esse público. Um olhar atento sobre a EJA vislumbra a heterogeneidade dos

alunos. São homens e mulheres, jovens, adultos, idosos, grande parcela moradores de periferias, desempregados, pessoas em busca do primeiro emprego, que veem a escola como possibilidade de melhorar suas condições socioeconômicas e culturais (SILVA, 2009).

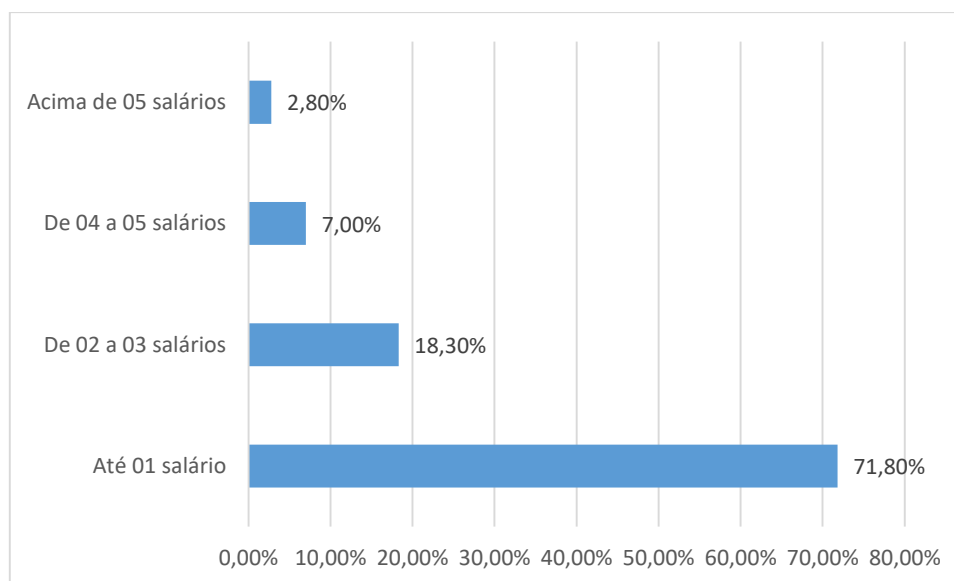
Outra dado do perfil do público de EJA que participou da pesquisa diz respeito ao gênero; 62% dos respondentes pertencem ao sexo masculino. Soares et al.(2015) afirmam que jovens do sexo masculino apresentam maior tendência ao abandono escolar na educação regular. Considerando a constatação dos autores, o fato de mais homens do que mulheres interromperem os estudos no Ceja, confirmam essa tendência também na escola pesquisada.

Em relação ao estado civil, 68,7% disseram-se solteiros, 27,3% declaram-se casados ou união estável, 2,7% é separado e 1,3% viúvo. Quanto a filhos, 51% dos respondentes são pais ou mães, quase a mesma quantidade dos que não têm filhos, no entanto, 21% dos que possuem filhos não moram com eles.

Outra evidência baseada na pesquisa com os alunos apresenta uma característica relacionada à renda e a características raciais do público com maior probabilidade de parar de estudar: são pobres, autodeclarados pardos ou negros. Esta é uma característica da maior parte do público de EJA, o que vai ao encontro da ideia de que o fracasso escolar atinge em maior escala pobres, não brancos e moradores de periferia (TAVARES JÚNIOR, 2017). Em consonância com essas conclusões, as respostas dos participantes demonstraram que apenas 11% se declararam brancos, 73,4% declararam-se pardos, 11,3% pretos, 1,2% se declarou indígena e o mesmo percentual declarou-se oriental. Como pode-se depreender, além de questões socioeconômicas, características raciais são delimitadas no público da Educação de Jovens e Adultos. Silva (2009, p. 68) pondera que

o campo da EJA possui como uma de suas características fundamentais **não somente o recorte socioeconômico e geracional, mas, também, o racial**. E mais, quando se discute a EJA como um direito, não se pode esquecer de que esse direito também está articulado à luta pelo direito à diferença. (grifo nosso)

Em relação à renda, o gráfico 11 ilustra as respostas do público da pesquisa e denota aspectos das condições socioeconômicas desse público.

Gráfico 11 – Renda familiar dos respondentes

Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora com dados da pesquisa de campo

Os dados confirmam que os alunos que interrompem suas trajetórias escolares no Ceja João Ramos têm uma situação econômica desfavorável, assim como a maioria dos alunos que procuram a Educação de Jovens e Adultos para completar suas escolarizações. A renda de até um salário mínimo que a maioria declarou é usada para o sustento de dois ou mais indivíduos, já que 66% dos participantes declararam morar com 1 ou 2 pessoas, sendo que 53% disse não trabalhar, ou seja, não contribuem com a renda familiar. Dos que trabalham, 78% são trabalhadores informais, com uma situação financeira instável, o que corrobora a consideração de Arroyo (2007) de que a maioria dos alunos de EJA estão trabalhando na informalidade, o que prejudica suas vidas escolares, pois se é difícil conciliar trabalho e estudo, quanto mais quando não se tem um horário fixo, situação de grande parte dos trabalhadores informais.

O acesso a bens de consumo é um outro indicador de renda desses jovens e adultos. Quase 90% dos respondentes afirmaram ter geladeira e TV em casa. Por outro lado, produtos como computador e carro foram mencionados por menos de 20% dos participantes da pesquisa. Além destes, a máquina de lavar aparece citada por 35% dos alunos. A tabela 10 demonstra o acesso dos alunos aos bens de consumo indicados na pesquisa.

Tabela 10 – Respostas dos alunos sobre bens de consumo

Bens de consumo	Quantidade de respostas	Percentual de alunos
TV	72	91,1%
Geladeira	71	89,8%
Rádio	44	55,6%

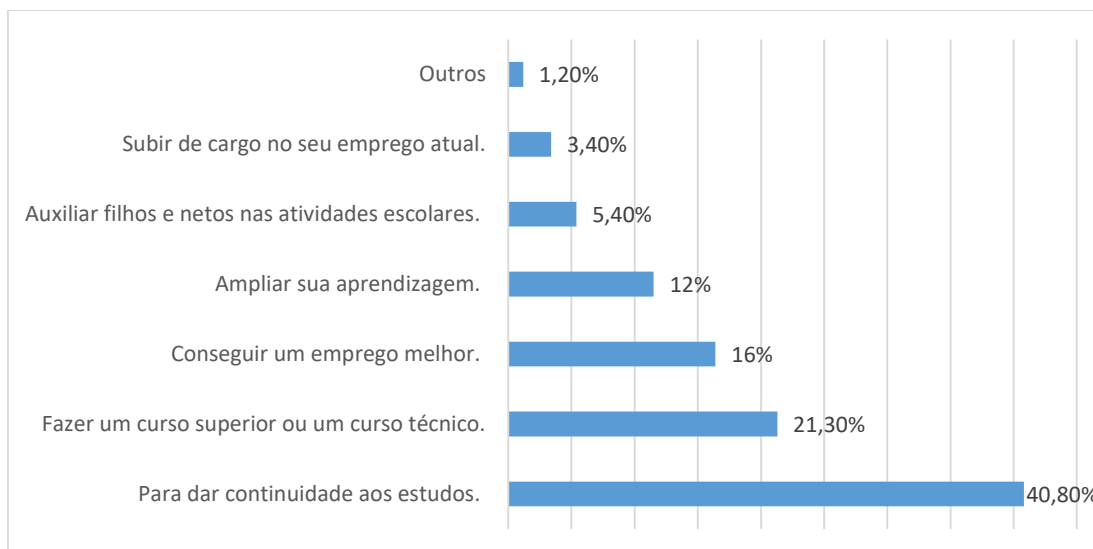
Vídeo/DVCD	34	43%
Máquina de lavar roupa	27	34,1%
Carro	15	18,9%
Computador	15	18,9%
Freezer/geladeira	12	15,1%
Freezer separado	7	8,8%

Fonte: quadro elaborado pela pesquisadora de acordo com os dados da pesquisa de campo.

A trajetória escolar desses alunos, anterior a suas matrículas no Ceja, apresentam dados importantes sobre a relação dos estudantes com a vida estudantil. A maior parte interrompeu os estudos na escola regular durante o Ensino Fundamental e mais de 70% entre a sétima e a nona série dessa etapa. A repetência escolar é outra característica relevante do público que respondeu a pesquisa, pois 57% dos participantes repetiram alguma série pelo menos uma vez enquanto frequentavam a escola regular. Di Pierro (2014) afirma que, além de atender outros perfis de alunos, a EJA funciona como um meio de aceleração de estudos para jovens em defasagem devido a reprovações e para os que foram “alijados” do sistema regular. Segundo Soares et al.(2015), a defasagem escolar diminui as possibilidades de permanência dos alunos. Assim, a evidência de que a maioria dos alunos que interrompeu suas trajetórias no Ceja repetiu em outras escolas, demonstra a vulnerabilidade desse público no que concerne a manter-se frequentando o Centro até concluírem. Além disso, 76,7% dos estudantes passaram mais de 2 anos fora do sistema escolar; destes, 44,6% levaram mais de oito anos para retornar a uma escola.

O perfil dos alunos matriculados no Ceja João da Silva Ramos é variado. As explicações destacam a maioria, mas isso não elimina a diversidade que compõe a escola, tanto quando fala-se em idades, condições socioeconômicas quanto em interesses que os motivam a deixar e a retornar à escola. Algo relevante de se destacar é o interesse pela aprendizagem que a grande maioria manifesta, apesar dos obstáculos às suas permanências.

O desejo de continuar seu percurso escolar, inclusive além da educação básica, está manifesto na fala de grande parte dos alunos respondentes, consoante o exposto no gráfico 12, o qual apresenta o percentual de respostas dos alunos a um item do questionário no qual poderiam indicar mais de uma resposta.

Gráfico 12 – Motivos que levaram os alunos a matricularem-se no Ceja

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Esses alunos necessitam de espaços, tempos e currículos que favoreçam suas aprendizagens e os motivem a continuar estudando. O desejo de concluir a formação básica os conduz à matrícula, o que acontece nesse percurso, muitas vezes apenas iniciado, é o que os levará ao abandono. Mourão (2017) considera que é importante conhecer o perfil desses estudantes e as dificuldades que os levam a interromper seus estudos na escola. Arroyo (apud HADDAD, 2007) apresenta o estudante da EJA como cidadãos que não são somente alunos, mas são também jovens evadidos ou excluídos da escola, os quais trazem trajetórias de exclusão social que precedem suas trajetórias escolares truncadas e “vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência” (ARROYO apud HADDAD, 2007, p. 15).

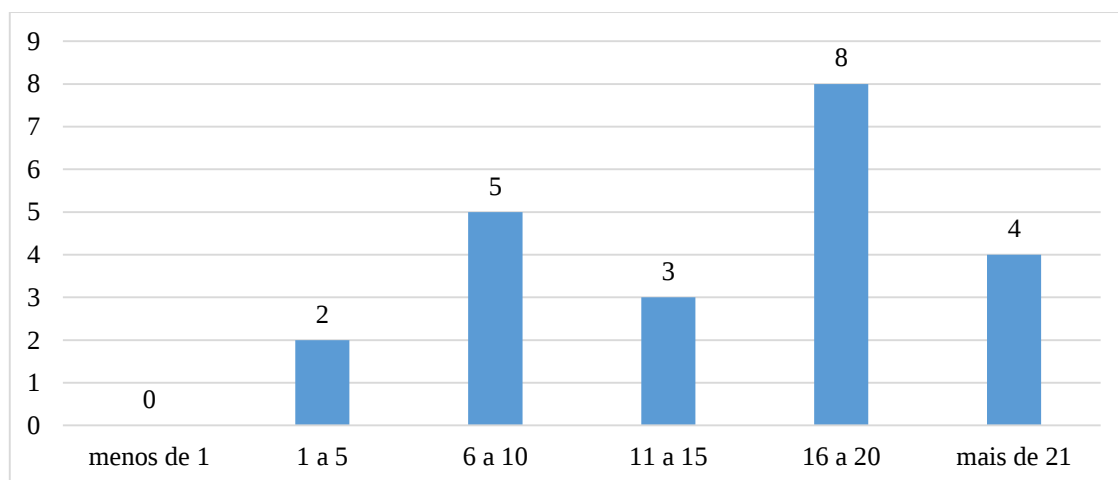
O perfil delineado pela pesquisa no Ceja guarda semelhanças com as considerações de Arroyo. Trata-se de um público formado pela maioria de jovens adultos com menos de 30 anos, com histórico de insucesso na escola regular e condições socioeconômicas desfavoráveis. Conhecer esse perfil e refletir sobre ele configura-se como um importante exercício que deve anteceder a elaboração de estratégias escolares que melhorem os percursos desses jovens no Ceja.

2.3.2 Perfil dos professores

Os professores são elementos centrais no processo de educação formal. Como indutores e mediadores de aprendizagem devem ter conhecimento e formação para exercerem a docência. Franco et al.(2007) mencionam a formação docente como importante fator associado à eficácia escolar. Por essa razão, é relevante para a compreensão das possíveis causas da baixa permanência no Ceja João Ramos, que se disserte sobre o perfil dos professores desse Centro de educação de jovens e adultos.

A pesquisa evidenciou que 77% (17) dos professores orientadores da escola são mulheres que, com exceção de uma, possuem uma trajetória de 2 anos ou mais na escola. Esse período de experiência é extensivo aos 23% (5) dos docentes que pertencem ao sexo masculino. A maioria tem entre 31 e 40 anos e está na profissão de 5 até mais de 21 anos, como se pode comprovar com o gráfico 13.

Gráfico 13 – Tempo de docência dos professores do Ceja João da Silva Ramos



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

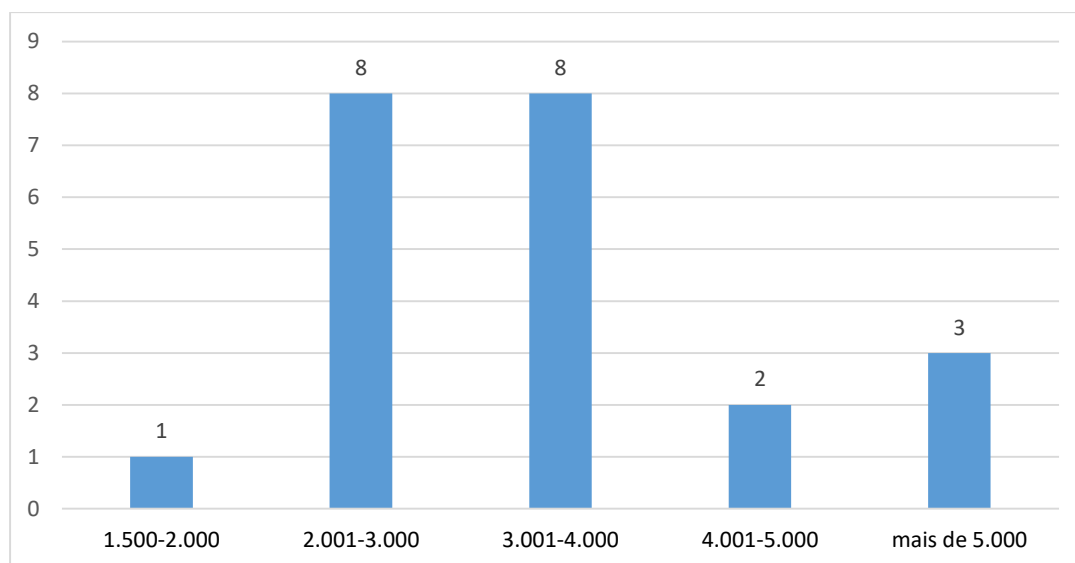
Considerando a importância da formação citada por Franco et al.(2007), o Ceja conta com 100% de seus professores com graduação na área de conhecimento em que atuam, 59% declarou possuir curso de Especialização e dois possuem mestrado em educação. No entanto, apenas 36,3% disse ter tido alguma formação em EJA durante o curso de graduação, o que demonstra a ausência de temas relacionados a essa modalidade nos cursos de formação de professores.

A necessidade de formação específica para os profissionais da EJA é reconhecida como um fator para a promoção de qualidade do ensino ofertado, constante nos compromissos para

qualidade expressos em documento aprovado na VI Confintea, no qual assume-se o compromisso de “melhorar a formação, a capacitação, as condições de emprego e a profissionalização dos educadores de adultos” (UNESCO, 2010, p.13). Essas necessárias formações não se referem tão somente a formação inicial, a continuada também é importante, especialmente, devido à lacuna deixada nos cursos de graduação. Embora menos da metade dos professores do Ceja João Ramos não tenha recebido formação específica para EJA durante a graduação, 86,3% declarou ter participado de curso de formação continuada na modalidade após o ingresso no Ceja.

Esse fato, associado ao tempo de experiência na escola aumenta as possibilidades do grupo de professores para realizar um bom trabalho docente, embora não seja uma garantia de que isso se efetive. O curso ao qual os professores se referem foi ofertado pela Secretaria Estadual de Educação, com carga horária de 200h, a distância. Dourado et al. (2007, p. 22) considera que “a qualificação docente é vista como uma importante variável no processo de efetivação do desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, na garantia de uma educação de qualidade”. A formação de educadores para EJA é um dos principais desafios das políticas públicas para modalidade (DI PIERRO, 2005). No caso dos docentes do Ceja João Ramos, há um processo de formação continuada iniciado, no entanto, é necessário que este seja contínuo, pois uma formação por melhor que seja não garante preparação integral para atuar numa modalidade tão específica quanto a EJA. Esse processo tem como personagem estratégico o coordenador pedagógico, pois é papel dele promover formação continuada para os docentes e estimular os estudos individuais desses profissionais (DI PIERRO, 2014).

Quanto à renda, com exceção de um, os professores declararam possuírem renda acima de dois salários mínimos. O assunto salário de professor é discutido em âmbito nacional como um problema histórico da categoria e pode ser um dos fatores que levam muitos docentes a possuírem carga horária de trabalho acima de 40h semanais e buscarem outras atividades para complementarem suas rendas. A má remuneração de professores é considerado um dos problemas institucionais que fragilizam a Educação de Jovens e Adultos (RIBEIRO, CATELLI JR, HADDAD, 2015). O gráfico 14 ilustra as respostas para este tópico da pesquisa.

Gráfico 14 – Renda declarada pelos professores

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

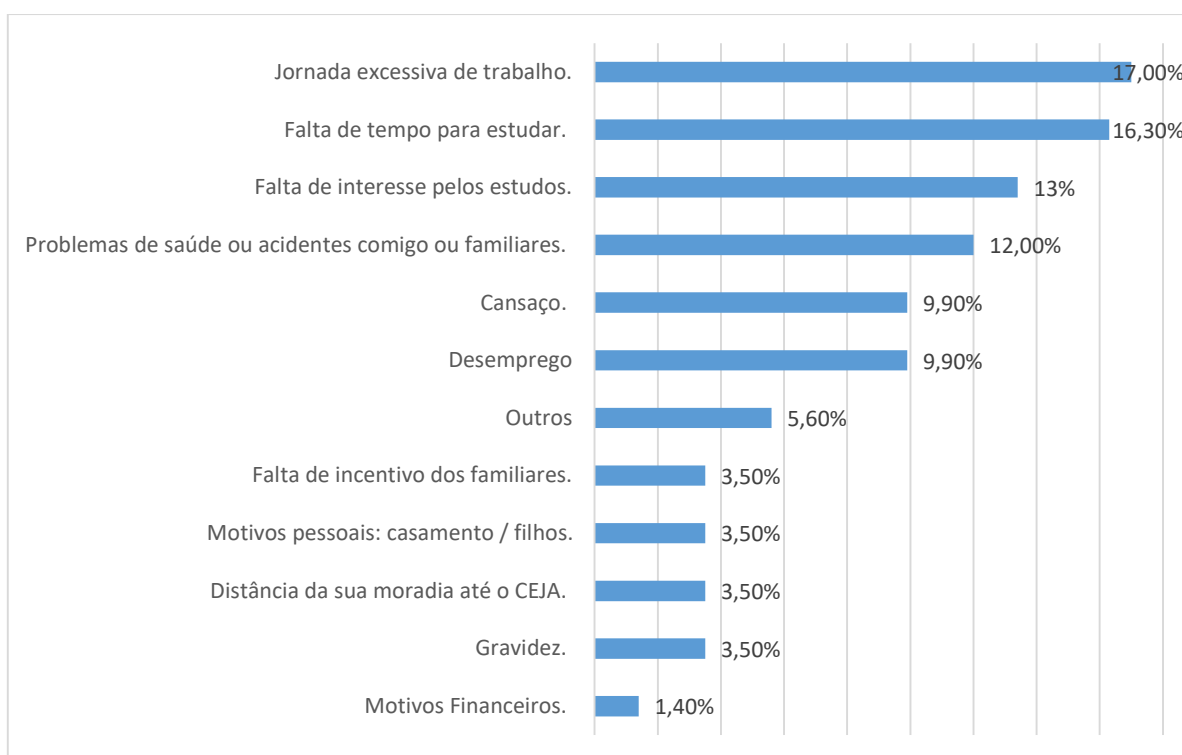
Parte do grupo exerce uma carga horária de trabalho de 60h semanais, levando em consideração os que possuem 40h no Centro e 20h em outras escolas, o que equivale 41% dos participantes da pesquisa. Outros 18% exercem outra atividade fora do magistério. Assim, mais da metade dos respondentes trabalham acima de 40h semanais e em outros lugares. Segundo Dourado et al. (2007) esse é um fator que pode interferir na eficácia escolar. O autor considera que a dedicação exclusiva a uma escola é importante para que se consiga resultados escolares mais positivos, já que estes podem se dedicar mais às atividades da instituição. Esta é uma questão sobre a qual a escola não pode interferir diretamente. De qualquer forma, fatores positivos como formação continuada e tempo de experiência na modalidade e na instituição, características de parte do grupo docente do Ceja, são relevantes elementos para a implementação de ações que elevem a continuidade de estudos dos alunos. É importante destacar ainda que todos os docentes declararam sentir-se preparados para atuar com alunos de EJA.

Demonstrado o perfil da equipe de professores, as próximas subseções abordarão os fatores intra e extraescolares que, na visão de alunos e professores, influenciam os indicadores de baixa permanência na instituição.

2.3.3 Fatores externos associados à descontinuidade dos estudos no Ceja João Ramos: visão de alunos

Vários fatores externos contribuem para a não permanência na escola e esse é o tema dessa subseção, na qual serão analisados aqueles que podem estar associados ao abandono escolar no Ceja João Ramos, tendo como referência os dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos alunos. O gráfico 15 mostra os fatores indicados na pesquisa com o percentual de respostas atribuídas a eles.

Gráfico 15 – Fatores externos associados a não permanência segundo alunos do Ceja



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como pode-se perceber, jornada excessiva de trabalho e falta de tempo para estudar foram os fatores mais mencionados pelos alunos. Ambos, estão relacionados, pois é possível que a falta de tempo decorra do trabalho excessivo. A trajetória escolar desses alunos, desde a educação básica regular, conforme demonstrado nessa pesquisa, indica o perfil de jovens que necessitam do trabalho e por isso abandonam a escola. Arroyo (2007) considera que os alunos da EJA estão próximos da pobreza, do subemprego, de situações de vulnerabilidade social.

A situação econômica dos participantes da pesquisa confirma que a maioria são pessoas de baixa renda, desempregados, trabalhadores sem carteira assinada. A tabela 11 retrata essas características.

Tabela 11 – Características socioeconômicas dos alunos participantes da pesquisa

Fatores socioeconômicos	Percentual de alunos respondentes
Renda familiar de até um salário mínimo	64,5%
Desempregados	53%
Trabalham sem carteira assinada	78,7%

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Faria (2013) e Rezende (2016) confirmam que fatores socioeconômicos são elementos externos que contribuem para o abandono escolar. Menos da metade dos alunos declarou que trabalha e, destes, menos de 20% tem emprego com carteira assinada. Ou seja, a situação econômica os torna mais vulneráveis ao abandono escolar, já que os estudos tendem a não ser uma prioridade nesses casos, porque é difícil conciliar as duas coisas. Para Di Pierro (2014, recurso online) “os jovens e adultos das camadas populares não acorrem com mais frequência às aulas porque a busca dos meios de subsistência absorve todo seu tempo”. Em consonância com essa afirmação, 64,7% dos alunos que declararam trabalhar, consideram o cansaço do trabalho um motivo para interromper os estudos. Essa situação de trabalhadores, como já mencionado, se associa a outro fator apontado pelos alunos como influentes no abandono escolar, que é a falta de tempo para estudar.

Em um sistema semipresencial, como é o caso do Ceja João Ramos, estudos domiciliares são um pressuposto para o sucesso escolar. Os alunos, geralmente, têm a suas disposições poucos minutos durante o atendimento individual, varia entre 15 a 30 minutos, já que a demanda por atendimento é grande na escola. Esses momentos com os professores devem ser utilizados para tirar dúvidas que os discentes possam trazer dos seus estudos individuais. Por isso, os estudantes que não estudam antes de vir a escola em busca de explicações acerca dos assuntos curriculares, denotam maiores dificuldades na apreensão dos conteúdos e ficam mais propensos a não obterem êxito nas avaliações. Inclusive a reprovação foi citada como um elemento que influencia o abandono por 26,5% dos respondentes.

Assim, a soma de diversas situações - trabalhar, ficar cansado para estudar, não ter tempo para estudos domiciliares ou para ir com mais frequência à escola, dificuldade de apreender conteúdos no tempo delimitado do atendimento, reprovação - funcionam como uma

cadeia causal, em que um fator vai resultando em outro até culminar no abandono. E como pode-se depreender, essa cadeia inicia com elementos externos que se associam a questões internas para resultar no fracasso escolar.

O terceiro motivo mais citado foi desinteresse pelo estudos. Essa é uma situação que mereceria um aprofundamento maior para sua compreensão, pois parece contraditório o cidadão buscar a escola para continuar sua trajetória estudantil e ao mesmo tempo não ter interesse nos estudos. Demonstra uma visão positiva da escola, mas ao mesmo tempo uma falta de motivação pessoal que, certamente, têm inúmeras causas, dentre elas podem estar a discrepância entre as necessidades dos alunos e o que a escola tem para lhes ofertar, ou o fato de não encontrarem na escola o horizonte de mudança que esperam, assim não têm interesse em permanecer.

Arroyo (2007) pondera que a falta de melhores perspectivas no mercado de trabalho traz problemas para educação, visto que esta sempre esteve vinculada a um projeto de futuro. Para o autor, o estudante de EJA precisa se preocupar com o presente, devido às condições econômicas, sociais e culturais em que vive; a escola que atende esse público deve focar suas ações pedagógicas nesse presente, com a oferta de um ensino mais voltado para questões do mercado de trabalho atual, por exemplo. Não se pode descartar que há (des)motivações pessoais para estudos, sobre as quais a escola não vai conseguir atuar. O que se coloca é a possibilidade da escola tentar minimizar o peso desses fatores sobre o abandono escolar.

Além dos fatores mencionados, os alunos indicaram outros. Problemas de saúde foi um fator apontado pelos participantes, em maior proporção do que o cansaço e desemprego. No item “outros” os alunos mencionaram a mudança de cidade como motivo para terem deixado de frequentar a escola. Filhos, casamento, gravidez, distância para a escola não aparecem como razões preponderantes para deixar de estudar. Uma hipótese para a pouca menção à gravidez é que algumas alunas citaram-na como uma razão para terem interrompido os estudos na escola regular, o que denota a possibilidade de chegarem ao Ceja já sendo mães e não considerarem que ter filhos seja um impedimento à frequência ao Centro. Dentre as mulheres respondentes, 23% mencionaram a gravidez ou o cuidado com os filhos como uma razão para terem saído da escola regular sem concluir a educação básica. Quando se trata da interrupção dos estudos no Ceja, somente 16% consideraram esse um motivo para interrupção na trajetória escolar.

A localização central da escola e o fato de ser uma cidade pequena pode ter colaborado para a constatação de que a distância para o Centro não é fator que tenha influenciado na interrupção dos estudos pela maioria. Percebe-se que os alunos de modo geral possuem razões

diversas para desistirem, não havendo um fator que possa ser destacado como um motivo para a maioria.

Além das razões sugeridas no questionários dos alunos, os respondentes citaram a mudança de cidade como causa da interrupção dos estudos no Ceja. Essa mudança pode estar associada, também, a questões econômicas, visto que, o município onde a escola está localizada é pequeno e oferece poucas oportunidades de emprego, o que induz seus cidadãos a procurarem postos de trabalho em outros lugares. Muitos jovens relatam essa problemática quando retornam à escola e isso, junto com outras situações evidenciadas, demonstra como o abandono escolar pode estar associado a fatores externos ligados a características socioeconômicas do público que frequenta a EJA.

Outros fatores que favorecem essa decisão de deixar a escola, segundo Rezende (2016), estão ligados, além de aspectos econômicos, a questões sociais e culturais. Essas questões incluem a influência das famílias sobre a formação do cidadão no seu aspecto social e cultural, considerando o pensamento de Bordieu de que as pessoas tendem a refletir valores, conhecimentos e comportamentos aprendidos no seio familiar (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002). Nacif et al. (2016, p. 97) afirmam que “é bem conhecida a alta correlação entre a baixa escolarização dos pais e a baixa escolarização dos filhos”.

Essas considerações encontram referências nos resultados dessa pesquisa, os quais denotam que, considerando o número de respondentes que declararam saber a escolaridade dos pais, mais de 70% dos pais e mães sabem ler, no entanto, 50% das mães e 54,2% dos pais, não concluíram a primeira etapa do ensino fundamental; apenas 17% das mães e 12% dos pais, completaram a educação básica; 3 mães concluíram ensino superior. Esses dados podem indicar uma correlação entre o baixo grau de escolaridade dos pais e a trajetória fragmentada dos filhos na escola.

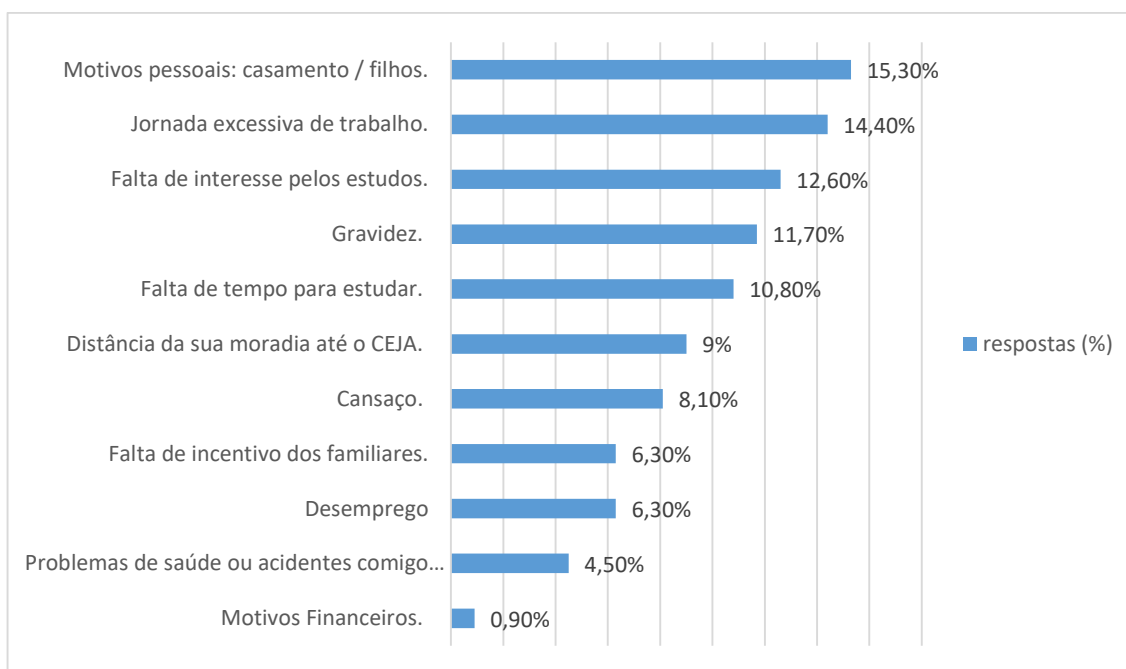
Assim, não há como se falar em um fator externo que determine o abandono ou evasão escolar, mas sim em vários fatores que dependendo das condições financeiras, sociais, culturais e familiares de cada aluno terão maior ou menor influência nos seus percursos escolares.

2.3.4 Fatores extraescolares associados à baixa permanência no Ceja João da Silva Ramos: visão dos professores

Os professores orientadores de aprendizagens do Ceja avaliaram como principais fatores externos associados ao abandono escolar motivos pessoais como casamento e filhos, jornada excessiva de trabalho e desinteresse pelos estudos. A visão dos docentes guarda semelhanças

com a dos alunos no que se refere ao segundo e terceiro fatores citados, mas traz uma grande diferença em relação ao abandono por motivos pessoais, já que enquanto este foi o motivo mais citado pelos docentes, para os alunos foi a nona resposta mais citada. O gráfico 16 mostra as respostas apontadas pelos professores como fatores externos que contribuem para a interrupção dos estudos na escola. Nesta questão do instrumento, os participantes poderiam identificar mais de uma resposta.

Gráfico 16 – Fatores externos associados ao abandono segundo os professores



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisado de acordo com dados da pesquisa de campo

A leitura do gráfico demonstra que outra diferença no ponto de vista dos professores em relação aos alunos é sobre o fator gravidez, que no grupo de discentes respondentes foi um elemento pouco citado como motivo de desistência após matrícula no Ceja.

Para os professores, distância para escola, cansaço, falta de incentivo dos familiares, problemas de saúde e motivos financeiros, interferem, mas não parecem ser determinantes para um grande número de alunos desistirem.

É possível inferir que, ao tratar-se de fatores externos que contribuem para a ocorrência dos indicadores de baixa permanência na escola, os professores consideram que há vários elementos que combinados ou não produzem esse resultado. Assim como os alunos, a questão socioeconômica que influenciou suas trajetórias escolares quando crianças ou adolescentes estudantes da escola regular, continua influenciando seus percursos na EJA, pois o trabalho ainda se constitui como um fator com poder de determinar as escolhas de muitos alunos que

não conseguem conciliar a jornada de trabalho com os tempos escolares, mas com a diferença de que nessa etapa da vida e da escolarização, o trabalho é também um motivo que os traz de volta à escola.

O papel da escola na busca por melhores resultados no que diz respeito ao abandono e evasão escolar é se fortalecer enquanto instituição educativa, em seus aspectos pedagógicos e administrativos, de modo a reduzir os impactos de todos os fatores mencionados sobre a continuidade da trajetória escolar do jovens e adultos que se matriculam no Centro. Dourado et al. (2007, p.14) afirmam que “estudos e pesquisas mostram que as dimensões extraescolares afetam sobremaneira os processos educativo”, mas a escola não pode negligenciá-las e sim encontrar caminhos para minimizar seus impactos, produzindo a produtividade escolar conceituada por Vasconcelos (apud CERATTI, 2008).

A próxima subseção disserta sobre os achados da pesquisa a respeito dos fatores intraescolares que podem interferir na interrupção da trajetória escolar dos alunos do Ceja João Ramos.

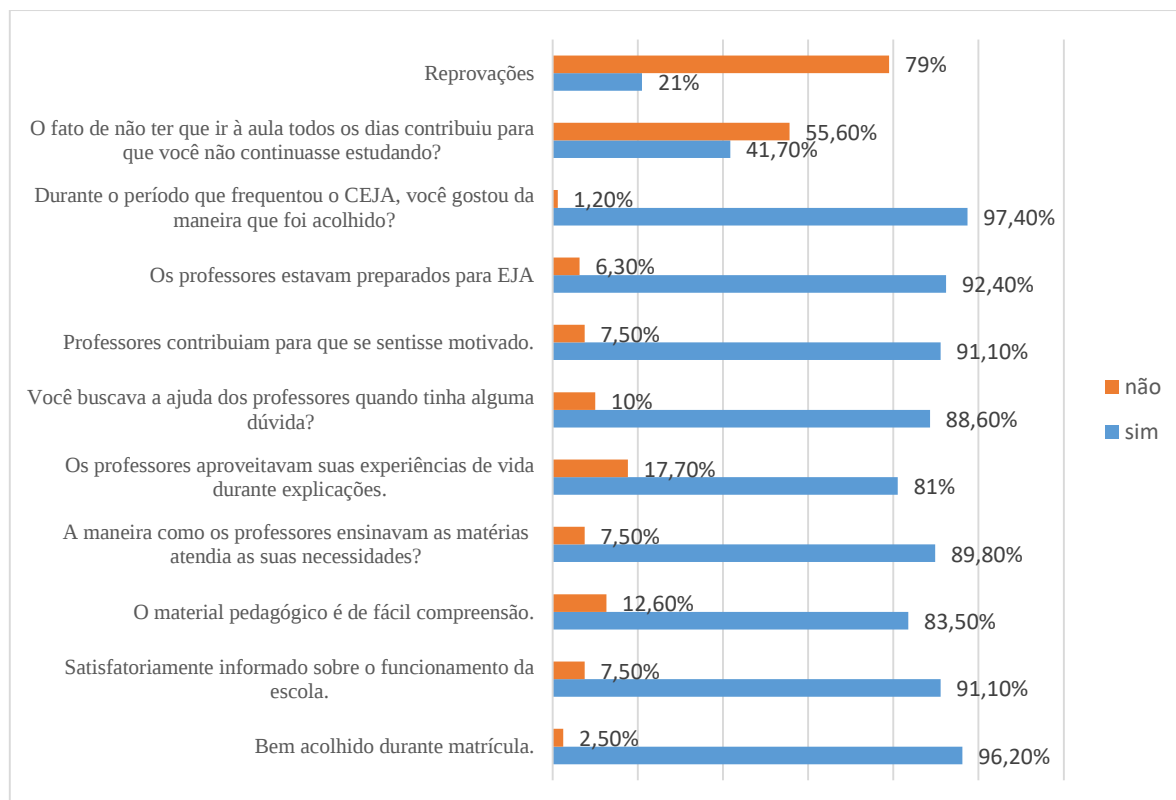
2.3.5 Fatores internos associados à descontinuidade dos estudos no Ceja João Ramos: visão dos alunos

As discussões estabelecidas até aqui demonstram os problemas enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos, expressos no número de alunos que não conseguem manter uma trajetória contínua de estudos escolares. Foram apresentados fatores externos ao ambiente escolar que terminam por ocasionar a não permanência dos alunos no Ceja ou influenciar suas decisões de parar de estudar. No entanto, além desses fatores há uma dimensão intraescolar que deve ser considerada ao se analisar esse problema.

Mesquita (2009) ao investigar fatores intraescolares relacionados ao desempenho escolar, destaca como principais fatores: organização e gestão, práticas pedagógicas e os professores, e clima escolar. São essas dimensões do trabalho escolar que serão analisadas nessa subseção, de acordo com a visão dos alunos, manifestas nos questionários respondidos.

Ao responderem questões a respeito de vários aspectos do ambiente escolar, as respostas dos participantes indicam que a maioria considera satisfatório o trabalho realizado na instituição, como se pode comprovar pelo gráfico 17.

Gráfico 17 – Fatores internos associados ao abandono no Ceja João da Silva Ramos na visão dos alunos



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As respostas dos alunos à pergunta se esses fatores contribuíram para que interrompessem os estudos na escola, evidenciam que a maioria, como dito acima, tem uma visão positiva da escola. Quesitos como acolhimento durante a matrícula e seu percurso na instituição, tem quase unanimidade de satisfação dos alunos. Mais de 90% concordam com a afirmação dos professores de que estes docentes estão preparados para trabalhar com Educação de Jovens e Adultos; mais de 96% consideram que foram bem acolhidos tanto durante a realização de suas matrículas quanto durante o período que frequentaram o Centro; 83,5% considera o material didático de fácil compreensão. Tudo isso denota a tendência dos discentes responsabilizarem fatores externos ao ambiente escolar como causa do abandono (Ceratti, 2008). Inclusive, é possível que uma parcela dos alunos atribuam as reprovações a fatores pessoais e não pedagógicos, já que admitem a reprovação (21%) como um fator de desmotivação para permanecer na escola, mas um número menor considera o material difícil (12%). É relevante considerar, no entanto, que as respostas também tenham a ver com os esforços da instituição em realizar um bom trabalho. Os únicos fatores que tiveram mais de 20% de insatisfação, fazem referência a reprovações e ao modelo semipresencial de ensino, no

qual não se exige frequência diária. Borges (2004) alerta sobre a não obrigatoriedade de frequência figurar como um elemento que favorece o abandono em um Centro de EJA no qual realizou pesquisa sobre o tema.

Apesar do resultado mostrado no gráfico, não se deve desconsiderar as opiniões dos alunos que manifestaram alguma insatisfação a respeito dos aspectos escolares avaliados. 17,7%, por exemplo, identificaram que os professores não aproveitavam suas experiências de vida durante as explicações. Esse é um dado importante a respeito do currículo escolar e da preparação dos docentes para lidar com o público de EJA. Embora os professores do Centro considerem-se preparados para atuar na modalidade, uma parte dos alunos não percebe o aproveitamento de seus saberes nos processos de ensino-aprendizagem da escola. Vários pesquisadores de EJA concordam que os currículos formatados para a infância e adolescência e aproveitados na Educação de Jovens e Adultos é um dos entraves ao sucesso da modalidade. Carrano (2007) disserta que a escola de EJA deve ser flexível e um caminho é “aprender a trabalhar com as experiências prévias dos jovens alunos, aliás, que estes sejam entendidos como sujeitos culturais e portadores de biografias originais” (CARRANO, 2007, p. 10). Já Faria (2013) chama atenção para a importância de se pensar a presença do idoso na EJA e construir currículos que atendam às suas expectativas.

Outras manifestações sobre fatores intraescolares tiveram 10% ou menos de respostas negativas, como percepção de que os professores não estavam preparados para lidar com o público de EJA, não se sentirem motivados pelos professores, não terem recebido informações suficientes sobre o funcionamento da escola ao matricular-se. Embora citados pela minoria, essas questões não devem ser desprezadas, pois dizem respeito a atitudes da escola que podem convergir para o abandono escolar. Iniciativas para a oferta de uma EJA com mais qualidade consideram questões como acolhimento, reconhecimento e valorização do público que busca a modalidade (DI PIERRO, 2014).

Importante destacar que 12,6% dos respondentes consideram que o material pedagógico utilizado não é de fácil compreensão. Esse é um aspecto crucial de qualquer modalidade de educação, no caso do formato semipresencial de ensino torna-se ainda mais problemático o uso de um material didático que dificulte estudos domiciliares. Andrade, Esteves e Oliveira (2009), citando Paiva, consideram que, além de outros elementos, o material didático apropriado é uma particularidade da EJA que deve ser observada.

A visão positiva sobre a escola demonstrada no gráfico 17, também é manifesta na fala de estudantes, quando questionados a respeito dos aspectos positivos da escola. Esta era uma

questão aberta do questionário e 76% dos participantes manifestaram-se. As respostas denotam satisfação com a instituição, como se pode comprovar pelas falas:

Professores educados e atenciosos, e incentivadores, gosto dos professores. (estudante 1)

Excelente atendimento, pontualidade de entrega de pastas e na aula, tudo bem cronometrado. (estudante 2)

Flexibilidade de horário, ótimo professores e núcleo gestor, o fato de não precisar ter uma certa faixa etária para estudar na escola. (estudante 3)

Os positivos porque o colégio não tem preconceito, que também aceita as pessoas que estão fora da faixa de idade que não terminaram. (estudante 4)

Além das falas dos alunos mencionados, de modo geral, os estudantes elogiaram a atenção e preparo dos professores (23,3%), funcionários (11,6%), funcionamento da escola nos três turnos (21,6%), acolhimento (13,3%), boa alimentação (6,6%), boa oportunidade para terminar os estudos (8,3%). Pelo menos um respondente mencionou como ponto positivo do Ceja o núcleo gestor, tempo adequado para alunos que trabalham, acolhimento à diversidade por não manifestar preconceitos, aproveitamento do conhecimento dos alunos.

Outra questão aberta solicitou que os alunos se manifestassem sobre aspectos negativos da instituição. Nesse caso, 41,7% dos participantes responderam. Como é possível perceber, menos do que sobre os pontos positivos, mas com falas importantes a respeito do funcionamento da escola. As respostas indicaram questões sobre acolhimento e atendimento, que precisam ser objeto de intervenção e acompanhamento do núcleo gestor da escola.

Já aconteceu que eu estudava bastante para prova e muitas vezes reprovava, as vezes por causa da pessoas que corrigiam errado. Tem pessoas ótimas na escola Ceja, como o diretor, algum professor, mas tem pessoas na escola que não merecem está aí, está ocupando o lugar de quem quem quer trabalhar. (estudante 5)

As apostilas as vezes são difíceis. As provas são muito difíceis. (estudante 6)

As vezes preciso esperar 45 minutos por um atendimento. (estudante 7)

As falas dos participantes revelam algumas questões que não constavam nas perguntas fechadas, como a reprovação devido a correções erradas na sala de avaliação e problemas com professores, como indica o estudante 5. O primeiro caso foi mencionado apenas por um aluno, no entanto, o segundo ponto foi citado por 10% dos estudantes que responderam a este item do questionário, o que deve ser alvo da atenção da equipe gestora, já que as relações entre os atores escolares, nesse caso entre professores e alunos, compõem o contexto inter-relacional do clima escolar, o qual faz diferença para uma educação eficaz (REZENDE, 2016).

As falas dos estudantes 6 e 7 fazem referência a reclamações que a pesquisadora presenciou algumas vezes como coordenadora do Ceja. São casos de provas em desacordo com as matérias estudadas, dificuldades em compreender os enunciados das questões, demora no atendimento. Essas situações isoladas podem não ser causa do abandono, mas a soma delas sim. Além destas, outras falas sugerem a existência de situações negativas para esses alunos: o ensino não ser formatado de modo presencial, exigência de três atendimentos para fazer prova, falta de algo que identifique alunos, funcionários e professores, como fardamento. De modo geral, são falas isoladas, mas que refletem a opinião ou vivências desses alunos na escola.

Os achados da pesquisa com os alunos evidenciam situações que fazem parte da rotina da escola e cada relato, representando a maioria ou não, deve ser considerado quando se pretende melhorar as condições da educação ofertada no Ceja.

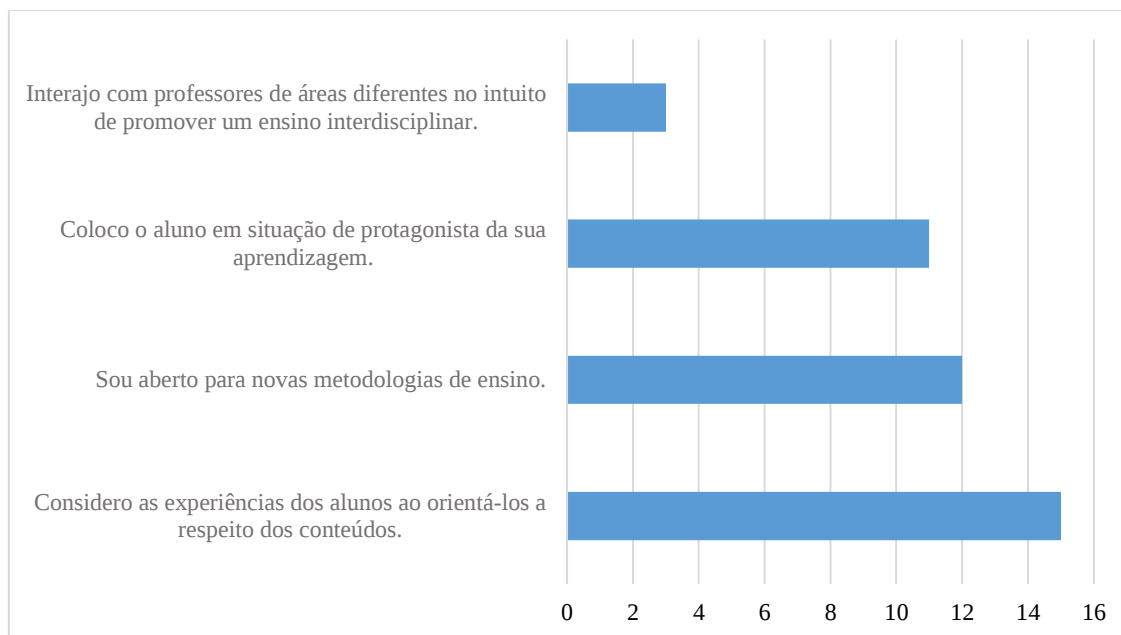
A próxima subseção apresenta a percepção dos professores acerca dos fatores intraescolares que podem comprometer a produtividade escolar e influenciar o abandono e/ou evasão.

2.3.6 Fatores internos associados à descontinuidade de estudos no Ceja João Ramos: visão dos professores

A subseção anterior mostrou uma análise sobre o olhar dos alunos acerca de fatores intraescolares que podem contribuir para suas decisões em interromper suas trajetórias escolares. Este tópico do trabalho visa evidenciar a percepção dos docentes acerca desse tema.

Inicialmente, os professores foram questionados a respeito de suas práticas didático-pedagógicas. Os docentes responderam que consideram-se preparados para atuar na modalidade e que pensam suas ações pedagógicas de acordo com as especificidades do público atendido, estimulam as potencialidades dos alunos e estão dispostos ao aperfeiçoamento de suas práticas docentes, conforme está demonstrado no gráfico 18.

Gráfico 18 – Respostas dos professores do Ceja João da Silva Ramos sobre suas práticas pedagógicas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nenhum docente considerou que explica, exclusivamente, os conteúdos dos módulos e cadernos de ensino. Como coordenadora da instituição, a pesquisadora observa que, na prática, os atendimentos são restritos a esses recursos, já que não é comum os professores solicitarem cópias de materiais complementares para os alunos, ou utilizarem outros recursos da escola para ampliar os conteúdos, como Laboratório de Ciências, de informática ou biblioteca. O fato da estrutura desses ambientes não oferecer grandes possibilidades, pois são limitados em recursos pedagógico-didáticos, certamente, influenciam na não diversificação de métodos de ensino.

Sobre o material didático, novamente nenhum docente mencionou a possibilidade dos estudantes desistirem devido ao nível de dificuldade desses materiais. Questionados se esse material é adequado para EJA, 59% considerou que sim, apesar de alguns docentes admitirem a necessidade de ajustes e atualização de conteúdos. Sobre o currículo, 75% dos docentes concordam que está adequado ao público atendido. Em contrapartida, houve uma manifestação dos outros 25% que discordaram da adequabilidade do currículo e de outra parcela que considera o material pedagógico inadequado.

O material (em parte) é desatualizado e a metodologia deveria ser mais dinâmica, com atividades interdisciplinares. (professor 1)

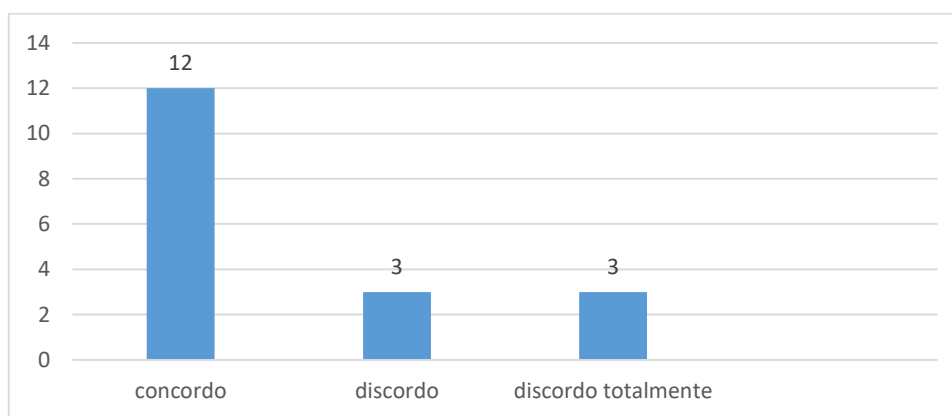
Os conteúdos deveriam ser mais atualizados e menos complexos. (professor 2)

Conteúdo voltado para a realidade do aluno. (professor 3)

Essas percepções de alguns professores são relevantes porque tratam de uma questão central quando se discute as fragilidades das políticas para EJA em relação a currículo, conforme discussões propostas por Borges (2004) e Fontoura (2017) a respeito da importância da associação entre currículo e práticas sociais, não infantis, quando se trata de Educação de Jovens e Adultos. A literatura acerca do tema converge para a constatação de que os currículos de EJA devem considerar dimensões do trabalho, já que parte considerável do público dessa modalidade é trabalhador ou está procurando emprego. Di Pierro (2014) diz que há um “fosso” separando as demandas de aprendizagem dos alunos trabalhadores de EJA e os currículos escolares. Além disso, Cury (BRASIL, 2001, p. 36) enfatizou em seu parecer que “O perfil do aluno da EJA e suas situações reais devem se constituir em princípio da organização do projeto pedagógico dos estabelecimentos”. Mesmo que timidamente, alguns professores reconhecem a necessidade de se pensar o currículo praticado na escola e considerar questões significativas para os alunos na hipótese de uma reformulação desse currículo. Considera-se que a manifestação de algumas opiniões dos professores pode ser afetada pelo fato de participarem de uma pesquisa cuja pesquisadora é a coordenadora escolar da instituição onde trabalham e, portanto, pode ter ocorrido uma tendência ao monitoramento de suas falas.

Uma situação observada na escola diz respeito ao absenteísmo docente, por isso esse foi um assunto importante que constou no questionário respondido pelos professores. Perguntados se a infrequência docente contribuía para o abandono escolar, 59% concordaram que sim, como demonstra o gráfico 19.

Gráfico 19 – Opinião dos professores a respeito da relação absenteísmo docente/abandono escolar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A falta de professores atrapalha a rotina escolar e pode desestimular os alunos, pois a ida ao Ceja em busca de explicações sobre os conteúdos curriculares muitas vezes demanda um esforço desses jovens e adultos. Chegar ao Centro e não ter atendimento gera uma série de situações, como reclamações ao núcleo gestor, comprometimento da imagem do profissional faltoso diante de alunos, gestores e dos outros colegas. Soares (apud FRANCO et al. 2007), aponta efeito positivo sobre a eficácia escolar na ausência de absenteísmo docente e discente.

2.3.7 Contribuições dos participantes da pesquisa para o Ceja

Manifestações a respeito de situações positivas e negativas que acontecem no Ceja revelam que a escola, na visão de muitos alunos, é uma instituição que cumpre sua função de proporcionar educação para jovens e adultos, que “dá oportunidade para aquelas pessoas que não concluíram os estudos” (estudante 9), no entanto, deve pensar ações que melhorem o atendimento, as avaliações, o acolhimento dos alunos. Sugestões dadas ao núcleo gestor também denotam que a escola possui procedimentos e rotinas que podem ser melhoradas. O quadro 1 mostra algumas sugestões dadas pelos alunos.

Quadro 1 – Sugestões dos alunos para o núcleo gestor do Ceja

ÁREA A SER MELHORADA	SUGESTÕES
Acolhimento	“Receber bem os alunos porque quando a gente é recebido bem em qualquer canto a gente fica motivado a voltar”.
	“Dar mais atenção aos alunos”.
	“Falar mais com os alunos desanimados”.
	“Saber o que acontece com cada aluno para ver em que pode ser ajudado”.
	“Ter palestras nos motivando para vir a escola”.
	“Tempo, atenção, conselho, motivar, incentivar”.
Acompanhamento pedagógico	“Incentivar mais e acompanhar o desempenho dos alunos”.
	“Ter mais comunicação com os alunos”.
	“Incentivar mais e sempre fazer aulas não só no Ceja mas em outros locais eu acho que seria bem interessante”.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As falas mencionadas no quadro indicam que os alunos dão importância ao modo como são acolhidos na escola, à relação com o núcleo gestor, a ações de incentivo para que não abandonem a escola. Sugerem ainda que a equipe gestora deve estar mais próxima dos alunos,

conhecer suas dificuldades, dinamizar o ambiente escolar. Faria (2013, p. 58) destaca que “A escola precisa ir além dos conhecimentos escolares e procurar um aprofundamento no reconhecimento das necessidades dos alunos”. Pelas considerações expostas, o próprio aluno tem consciência da importância desse diagnóstico que a escola deve fazer de seu público, caso pretenda colaborar para um ensino inclusivo, que viabilize a conclusão por todos que se matriculam.

No mesmo sentido, os professores concordam que um bom acolhimento cria laços que fortalecem o processo de ensino e aprendizagem, tem o potencial de aumentar a permanência do aluno e que é algo fundamental para o êxito do trabalho pedagógico com jovens e adultos. Ademais, corroboram a ideia de que promover uma maior integração com aluno é uma ação relevante para o sucesso escolar. Algumas falas dos docentes são evidências dessas conclusões.

Acompanhamento à frequência e sempre fazer um diagnóstico com o aluno para saber como ele se sente como aluno. (professor 1)

Ofertar projetos que contribuam para uma interação maior entre alunos, professores e gestores, como atividades esportivas e culturais. (professor 2)

Elaborar projetos de incentivo aos alunos e acompanhando mais de perto os projetos. (professor 3)

Trabalhar atividades paralelas que levanten a autoestima dos alunos. (professor 4)

Procurar ouvir mais o que os alunos tem a dizer sobre suas insatisfações na escola. Ser mais flexível em determinadas situações. (professor 5)

Criar situações onde o aluno possa interagir de forma satisfatória, oferecendo atividades que possam motivá-los a estarem na escola. (professor 6)

A análise dos dados da pesquisa de campo demonstra que o público que já interrompeu os estudos no Ceja e retornou é vulnerável, devido a condições socioeconômicas e culturais, a fatores externos que colaboram para que abandonem a escola. Por outro lado, denotam que a escola é vista de forma positiva por alunos e professores, porém precisa pensar ações que potencialize seus recursos pedagógicos de modo a combater os elevados indicadores de baixa permanência dos alunos.

2.3.8 Síntese da análise dos resultados e perspectivas para diminuição da baixa permanência dos alunos no Ceja João Ramos

As discussões expostas neste trabalho demonstram os percursos da Educação de Jovens e Adultos em âmbitos nacional e estadual. São questões relacionadas a oferta de vagas, alcance do público potencial e conclusão das etapas cursadas. Essas discussões demonstram também, diversas dificuldades que jovens e adultos enfrentam para dar continuidade aos estudos uma vez matriculados na EJA e tratam, especialmente, do caso de matrículas no Ceja João da Silva Ramos. Assim como acontece com a modalidade no país e no estado, a escola em questão apresenta elevados números de abandono escolar.

A pesquisa de campo demonstrou que várias elementos de ordem extra e intraescolar contribuem para que muitos alunos não mantenham uma trajetória escolar contínua. Fatores externos, na visão dos participantes, são determinantes para que isso aconteça, o que ratifica a preponderância desses fatores quando comparados aos intraescolares. Nessa dimensão externa, destaca-se as condições socioeconômicas dos alunos, ressaltadas por Rezende (2016) como um fator com peso na trajetória escolar de estudantes, mas passíveis de terem sua influência atenuada pela ação da escola.

As análises dos dados da pesquisa indicam que a baixa permanência dos alunos no Ceja é influenciada pela jornada de trabalho dos alunos e também pelo desemprego, pela desmotivação e desinteresse pelos estudos, pelo cansaço, por problemas pessoais e de saúde consigo e com familiares.

Considerando a dimensão interna dos fatores associados ao abandono, os participantes como dito anteriormente, não atribuem à escola grande responsabilidade na ocorrência do abandono escolar, no entanto, indicam que há importantes ajustes didático-pedagógicos que podem melhorar o clima escolar e a percepção que os alunos têm da instituição escola como um caminho para a efetivação de projetos individuais de vida, que dizem respeito a melhores condições de trabalho e continuidade de estudos após a educação básica. Foram mencionados aspectos do currículo, avaliação, acolhimento, formação de professores para atuar na modalidade.

Os principais achados da pesquisa encontram-se resumidos no quadro 2, onde mencionam-se ações propostas para o Plano de Ação Educacional delineado no capítulo 3.

Quadro 2 - Síntese dos resultados da pesquisa e ações propostas para o PAE

Fatores analisados	Fatores apontados pelos sujeitos participantes	Ações propostas no PAE
Extraescolares	Jornada excessiva de trabalho e falta de tempo	Parceria com órgãos vinculados ao comércio, como a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, com o objetivo de compatibilizar os horários de trabalho com frequência à escola, a exemplo da estratégia 9.10 do PNE 2014-2024.
	Falta de interesse dos alunos/desmotivação	Realização de palestras sobre mercado de trabalho e oportunidades locais para ingresso no ensino superior; Projeto “Padrinho de grupos” para acompanhamento da frequência dos alunos.
	Problemas de saúde, cansaço, desemprego, mudança de cidade, falta de incentivo dos pais, motivos pessoais como casamento e filhos, distância da moradia até o Ceja, gravidez e motivos financeiros.	Não serão propostas ações devido a impossibilidade da escola agir sobre os elementos.
Fatores intraescolares	Currículo sem conexão com as experiências dos alunos	Revisão e realinhamento do Projeto Político Pedagógico e da proposta curricular.
	Formação de professores para atuar na EJA	Elaboração e execução de cronograma de formação continuada a respeito das características do público EJA e suas demandas de aprendizagem, com ênfase no currículo e avaliação.
	Acolhimento	Aperfeiçoamento da reunião realizada com os alunos novatos: incluir apresentação da estrutura da escola, corpo docente, núcleo gestor e funcionários; Realização de minicurso com os funcionários a respeito das características do público de EJA e clima escolar.

		Acompanhamento do atendimento aos alunos nas salas de aulas para ampliar compreensão do coordenador a respeito do trabalho didático-pedagógico realizado pelos docentes.
	Defasagem de aprendizagem	Elaboração e oferta de disciplinas optativas sobre habilidades básicas de leitura, escrita e matemática.
	Material pedagógico	Elaboração de material complementar para os componentes curriculares, cujos materiais estão desatualizados.
	Avaliações	Construção de indicadores dos resultados das avaliações para acompanhamento das disciplinas com mais reprovações; Revisão das correções de provas pelos professores das disciplinas durante o atendimento aos alunos (as provas são corrigidas por qualquer professor que esteja responsável pela sala de avaliações. Para isso há um livro com os gabaritos). Reunião mensal com professores, coordenador escolar e professor do Sasp para substituição de questões de provas identificadas com problemas de elaboração que comprometam o entendimento das questões ou apresentem problemas nos gabaritos. Criação de comissão constituída por professores sob a liderança do Sasp, para substituição bimestral das provas que compõem o banco.
	Interação entre a gestão e alunos	Propor um calendário de reuniões bimestrais com os alunos do Centro e o núcleo gestor.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA PARA REDUÇÃO DOS INDICADORES DE BAIXA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS

Esta pesquisa foi realizada com os objetivos de identificar e compreender os fatores associados à baixa permanência dos alunos na instituição pesquisada, e propor um Plano de Ação Educacional com vistas à redução do número de alunos que abandonam a escola anualmente.

Como coordenadora escolar da instituição pesquisada, a autora desse trabalho identificou que a baixa permanência dos alunos é uma problemática presente na escola há pelo menos cinco anos, chegando a 47% em 2017 e permanecendo acima de 40% em 2018. A busca pela compreensão dos fatores associados a essa não permanência envolveu análises de documentos como livros de matrícula e planilhas de acompanhamento do atendimento aos alunos, além de outros relacionados à frequência docente e à regulamentação da EJA no estado do Ceará e no Centro de Educação de Jovens e Adultos em questão. Ademais, os questionários aplicados a alunos e docentes possibilitou a coleta de dados que contribuíram para a compreensão dos principais elementos que influenciam o abandono escolar nessa instituição, tanto em suas dimensões externas quanto internas.

Assim, o PAE foi pensando a partir dos achados da pesquisa, por meio dos dados coletados em pesquisa de campo, analisados à luz da bibliografia acerca da EJA, seus percursos e desafios. A elaboração do plano considerou o contexto socioeconômico em que a escola está inserida, o qual induz jovens e adultos a começarem a trabalhar muito cedo, sendo este um dos principais motivos de abandono da escola regular, e mais tarde, também do Ceja. A falta de qualificação e de oportunidades leva esses jovens e adultos ao trabalho informal, muitos com uma jornada que dificulta a permanência na escola. Segundo os participantes da pesquisa, o cansaço e falta de tempo devido atividades laborais são alguns dos fatores que resultam em descontinuidade dos estudos. Com isso, a primeira ação proposta no PAE relaciona-se aos alunos trabalhadores, tendo como estratégia a busca de parcerias com comerciantes e outros empregadores para viabilizar melhores oportunidades de frequência à escola. Além desta, são propostas mais sete ações que visam melhorar aspectos didático-pedagógicos da escola. Embora a pesquisa tenha evidenciado que fatores externos têm maior participação na decisão dos alunos de interromperem os estudos, foram apontados elementos intraescolares que podem contribuir para o aumento da permanência dos estudantes, aumentando também o número de alunos que concluem a educação básica no Centro. Com base nesses apontamentos, pensou-se

em ações direcionadas a: **reduzir o impacto da jornada de trabalho sobre o abandono escolar**, realizando parceria com empregadores; **minimizar a influência da desmotivação pelos estudos**, por meio de palestras e acompanhamento individual dos discentes pelos professores – projeto “padrinho de grupos”; **aproximar o currículo das demandas de aprendizagem dos alunos**, por meio da revisão e realinhamento da proposta curricular do Centro; **melhorar o acolhimento aos alunos**, utilizando como estratégia o aperfeiçoamento da reunião para os alunos novatos, formação de funcionários e acompanhamento pedagógico do atendimento aos alunos nas salas de aulas; **reduzir as dificuldades de compreensão do material didático** com a proposta de produção de material complementar para os componentes curriculares com conteúdos desatualizados e pouco significativos para o público de EJA; **viabilizar oportunidades de formação específica para docentes da escola**, por meio da realização de formação continuada dos professores, sob a responsabilidade da coordenadora escolar; **dar oportunidades para os alunos diminuïrem problemas de defasagem de aprendizagem** ao ofertar disciplinas optativas de formação básica em leitura, escrita e matemática; **melhorar os resultados das avaliações**, estabelecendo estratégias de maior acompanhamento dessa dimensão pedagógica do processo de ensino-aprendizagem.

Trata-se de um plano com ações exequíveis pelos atores envolvidos com o processo pedagógico efetivado na instituição, sob a liderança da gestão escolar, pois como disse Di Pierro (2014, recurso online) “Os desafios colocados para a garantia do direito dos jovens e adultos à Educação são complexos, mas muitos podem e devem ser enfrentados pelas equipes escolares, sob a liderança da direção e da coordenação pedagógica”. Portanto, a equipe gestora do Ceja exerce um papel imprescindível para a efetivação das ações propostas, devendo assumir a responsabilidade pela implementação do PAE, pois cabe a ela a tarefa de integrar os demais membros da comunidade escolar em prol do aumento do número de alunos que conseguem manter uma trajetória escolar sem interrupções e de sucesso.

As subseções a seguir apresentam a descrição das ações propostas para o PAE, as quais devem ser executadas a partir do segundo semestre de 2019.

3.1 AÇÃO PARA MINIMIZAR A INFLUÊNCIA DA JORNADA DE TRABALHO E FALTA DE TEMPO SOBRE O ABANDONO NO CEJA

A análise dos dados concluiu que a jornada de trabalho e a falta de tempo para estudar comprometem a frequência ao Ceja João Ramos e foi a causa de interrupção de estudos por parte dos alunos matriculados em 2019. Como discutido nesse texto, o trabalho é um elemento

prioritário para o público que frequenta a EJA, constituído por jovens e adultos inseridos em contextos socioeconômicos vulneráveis e que, em outros momentos de suas vidas escolares tiveram que fazer a opção de trabalhar em detrimento de continuar estudando. Embora a escola não tenha poder para resolver esses problemas, pode pensar em estratégias que criem melhores oportunidades para que os alunos que se encontram nessas condições concluam a escolaridade básica.

Com base nessas considerações, pensou-se em buscar parcerias com grupos de empregadores do município, especialmente, os comerciantes. Esta ação segue exemplo da estratégia 9.10 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), que propõe parcerias desse tipo para compatibilizar horários de trabalho dos alunos com a frequência à escola. Como o Ceja oferta um horário de atendimento flexível, torna-se mais fácil conseguir adesão desses empregadores, já que os alunos que trabalham podem ir à escola tanto antes do expediente, quanto nos horários de almoço ou à noite.

A busca por essas parcerias envolve reuniões com empregadores do município, especificamente, comerciantes locais. Essas reuniões visam sensibilizar esses empregadores a incentivarem e valorizarem a formação escolar de seus empregados, adequando o tempo de trabalho aos tempos da escola; no caso dos que empregam informalmente, a flexibilização da jornada de trabalho que possibilite frequência ao Centro em qualquer turno do dia, pode colaborar para que os alunos trabalhadores nessas condições tenham maiores chances de manter-se estudando sem interrupções. O quadro 3 apresenta a proposta para efetivação desta ação.

Quadro 3 – Plano de ação para reduzir o impacto da jornada de trabalho e falta de tempo sobre a permanência dos alunos

O quê?	Conciliar os horários de trabalho dos alunos com a frequência à escola.
Por quê?	Os dados da pesquisa com alunos e professores evidenciaram que a jornada de trabalho é um fator que influencia o abandono escolar, visto que muitos alunos não conseguem conciliar trabalho e estudo. Associado a isso aparece a falta de tempo para os estudos, uma consequência dessa jornada como trabalhadores. Diante disso, a escola pretende reduzir os danos dessa situação por meio de parceria com empregadores de modo que os alunos tenham mais possibilidades de manter a frequência ao Centro, sem que precisem optar entre trabalhar e completar sua escolaridade básica.

Onde?	Na sede da Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL do município, em estabelecimentos comerciais localizados no centro da cidade, em comércios de médio porte localizados em outros bairros, na fábrica de sapatos situada em Camocim, no Ceja João da Silva Ramos.
Quando?	No segundo semestre de 2019
Quem?	O núcleo gestor do Ceja em parceria com a equipe docente.
Como?	Agendar reunião com os associados da CDL para apresentação da proposta de compatibilização dos horários de alunos trabalhadores com a frequência ao Ceja. Visitar estabelecimentos comerciais cujos proprietários não participaram da reunião na sede da CDL para apresentação da proposta. Agendar reunião com a diretoria da fábrica de sapatos situada do município, para apresentar a proposta em questão. Realizar reunião na escola com os alunos que trabalham de forma autônoma de modo a encontrar os horários que mais se adequem a seus tempos de trabalho.
Quanto?	Material impresso adquirido com recursos do PDDE; uso de materiais permanentes da instituição: notebook, projetor de mídias.

Fonte: quadro elaborado pela pesquisadora (2019)

3.2 AÇÃO PARA MINIMIZAR A INFLUÊNCIA DO DESINTERESSE PELOS ESTUDOS E DESMOTIVAÇÃO SOBRE A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO CEJA JOÃO RAMOS

O desinteresse pelos estudos foi apontado por alunos e professores como um importante elemento que induz jovens e adultos ao abandono escolar no Ceja. Sabe-se que há uma tendência no meio educacional e na sociedade em culpabilizar exclusivamente o estudante pelo fracasso escolar (RIBEIRO, CATELLI JR, HADDAD, 2015). Porém, a literatura sobre o abandono na EJA e dados coletados nesta pesquisa convergem para a constatação de que há muitos fatores associados à descontinuidade da trajetória escolar por jovens e adultos. Costa (apud Carmo, 2011) fala sobre o “desreconhecimento” dos trabalhadores como sujeitos de direitos nas instituições escolares. O desinteresse pode ser a resposta mais aparente para camuflar uma situação que envolve questões socioeconômicas e culturais, afinal, muitos da alunos da EJA podem perguntar-se para que frequentar e concluir a escolarização básica quando

esta não garante melhores condições de vida e nem parece significativa em termos dos conhecimentos que oferece.

Para tentar melhorar a percepção dos alunos sobre si, sobre a escola e sobre seu entorno é proposta a realização de palestras sobre as potencialidades do mercado de trabalho local e sua relação com os níveis de escolarização dos cidadãos, bem como sobre as possibilidades de ingresso em cursos técnicos e de graduação disponíveis no município. A ação visa despertar nos alunos a concepção de que a educação escolar pode fazer sentido para ampliar suas perspectivas em razão de melhorar suas condições de vida. Ademais, há uma proposição de implementação do projeto “padrinho de grupos”, no qual cada professor formará um grupo com alunos que estejam atendendo no período da implementação da ação e será responsável pelo acompanhamento da trajetória desses alunos na escola até suas conclusões. Com isso, objetiva-se diminuir o número de alunos que desistem por desmotivação e melhorar o diálogo institucional com esses jovens e adultos. O quadro 4 apresenta o detalhamento dessa ação.

Quadro 4 – Plano de ação para minimizar o impacto do desinteresse pelos estudos no abandono escolar no Ceja

O quê?	Realização de palestras que melhorem as perspectivas dos alunos a respeito da escola e implementar projeto de acompanhamento à frequência dos alunos
Por quê?	Alunos e professores apontaram o desinteresse pelos estudos e falta de motivação para que alguns alunos não deem continuidade aos estudos no Ceja. Acredita-se que esse denominado desinteresse esteja relacionado ao fato dos alunos não enxergarem na escola um horizonte de mudança para suas vidas e terminarem se desmotivando a continuar estudando. A realização de palestras sobre temas que evidenciam a relação da escolarização com melhores oportunidades de emprego, além do acompanhamento individual da trajetória do aluno na instituição podem melhorar as perspectivas dos estudantes em relação à educação escolar e motivá-los a continuar estudando apesar das situações adversas em que muitos vivem.
Onde?	No Ceja João da Silva Ramos
Quando?	Palestras no início de cada semestre e acompanhamento da frequência semanalmente.
Quem?	Coordenador escolar, professora do Sasp e professores orientadores.

Como?	Realizar parceria com o Sebrae e profissionais da Escola Estadual de Educação Profissional para realização de palestras acerca das potencialidades do mercado de trabalho local. Convidar representantes das instituições que ofertam ensino superior no município para falarem sobre as oportunidades de ingresso, inclusive via Sisu e Prouni. Implementar o projeto “Padrinho de grupos”: reunir os professores para apresentação da ideia do projeto; identificar a área do conhecimento que cada aluno está frequentando; reunir os professores por área e pedir que agrupem os alunos de modo que cada professor fique com um grupo (a quantidade de alunos em cada grupo dependerá da quantidade de estudantes que estejam frequentando a área e do número de docentes disponíveis); após a divisão de grupos, os docentes devem usar um turno dos seus horários de planejamento para verificar a frequência nas pastas dos alunos e, nos casos dos alunos estarem há uma semana sem comparecer a escola, os professores devem tentar fazer contato por telefone, redes sociais ou por outros meios.
Quanto?	Listas de alunos impressas com recursos do PDDE ou recursos enviados pela Seduc para manutenção das escolas.

Fonte: quadro elaborado pela pesquisadora (2019).

3.3 AÇÃO QUE VISA À REVISÃO E REALINHAMENTO DA PROPOSTA CURRICULAR DO CEJA

É comum que as discussões sobre as especificidades da EJA afirmem que o currículo da Educação de Jovens e Adultos deve considerar as características desse público e suas condições de não crianças para propor aprendizagens que vão ao encontro dos interesses e necessidades de um público jovem, mas também adulto, idoso, trabalhador, os quais chegam à escola de EJA com conhecimentos e trajetórias de vida que precisam ser valorizadas e aproveitadas pela educação escolar. A falta de um currículo mais significativa para o aluno dessa modalidade foi apontando como uma razão que desestimula a continuidade dos estudos no Ceja. A melhoria desse elemento intraescolar passa pelo trabalho coletivo de professores sob a liderança prioritária do coordenador escolar. No entanto, não se trata de uma tarefa fácil,

tendo em vista que nenhum professor, nem mesmo a coordenadora possui formação inicial para atuar na Educação de Jovens e Adultos. Mesmo cursos de formação continuada em EJA são ofertados esporadicamente e muitos professores não têm oportunidade de realizá-las. A atual equipe docente do Ceja João Ramos, como citado nesse trabalho, participou de um curso ofertado pela Seduc, no entanto, a pesquisa identificou que é importante que esse processo formativo tenha continuidade na escola, tanto pela melhor adequação do atendimento ao perfil do público de estudantes, quanto por aspectos pedagógicos como o currículo escolar.

A ação aqui proposta tem o objetivo de aproximar o currículo escolar das demandas por aprendizagem dos alunos que frequentam a instituição, por meio da revisão e realinhamento da proposta curricular do Centro. Os conteúdos ministrados seguem a sequência do material didático utilizado, o qual está na escola há mais de dez anos. Entende-se que é preciso repensar esse currículo, de modo a melhorar as condições de aprendizagem dos alunos. Para isso faz-se necessário momentos de reflexão a respeito das peculiaridades da EJA para que possa-se pensar um currículo adequado para o público atendido no Ceja. A coordenadora escolar deve promover esses momentos e conduzir o processo de reelaboração da proposta curricular do Ceja. O quadro 5 explicita os caminhos sugeridos para o trabalho acerca desse tema na escola.

Quadro 5 – Plano de ação para realinhamento do currículo escolar

O quê?	Realinhamento do currículo escolar para adequar-se à especificidades da EJA
Por quê?	O currículo escolar é fator primordial no processo de aprendizagem na escola. Verifica-se que no Ceja ele não contempla algumas questões de interesse dos alunos de EJA como a abordagem de temas relacionados ao trabalho e relações com as experiências de vida dos alunos. Assim, faz-se relevante estudar o assunto com a equipe pedagógica da escola e aproximar o currículo da instituição das demandas por aprendizagem dos alunos.
Onde?	No Ceja João da Silva Ramos.
Quando?	No mês de setembro de 2019
Quem?	Coordenador escolar e professores.
Como?	Promover nos horários de planejamentos coletivos por área do conhecimento, estudos de documentos sobre a oferta de EJA, como o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, a Resolução CEE nº 438/12, as orientações operacionais para EJA (elaboradas pela Seduc), estudos sobre o tema “currículo” e “currículo e EJA”;

	Revisão do PPP da escola; avaliação da proposta curricular utilizada pela escola e realização das adequações necessárias.
Quanto?	Material impresso com recursos do PDDE ou com recursos estaduais; uso de material permanente da escola: notebook e projetor de mídias.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

3.4 AÇÃO PARA MELHORIA DO ACOLHIMENTO AOS ALUNOS

O acolhimento dos alunos nas instituições de EJA é um importante fator para que o aluno se identifique com a instituição e aumenta as possibilidades de sucesso escolar. Di Pierro (2014) aponta que o acolhimento é um dos elementos comuns em iniciativas bem sucedidas de Educação de Jovens e Adultos. No Ceja, este não foi um dos quesitos com maiores apontamentos nos questionários, mas apareceu na fala de alguns alunos e professores. Assim, pela importância atribuída ao fator em instituições de Educação de Jovens e Adultos, propõem-se ações que visam melhorar o acolhimento dos alunos na instituição.

O acolhimento ao aluno inicia no seu primeiro contato na escola, antes mesmo da matrícula. Ao matricular-se, o aluno é recepcionado pela professora do Sasp, a qual apresente o funcionamento da escola em seus aspectos pedagógicos e normativos. A fala de alguns alunos denotou que essa reunião não é suficiente para que tenham uma visão ampla da instituição, por isso concluiu-se que é importante melhorar esse acolhimento, ampliando informações relacionadas ao grupo de profissionais da escola e aos espaços que esta oferece.

Ao longo de suas rotinas na instituição, os estudantes são recebidos por funcionários que os direcionam para o atendimento nas salas de aulas, têm contato com funcionários que servem a merenda, que zelam a escola, além do núcleo gestor. Desse modo, todos esses atores devem colaborar com um ambiente de cordialidade, em que pese um adequado acolhimento aos alunos. Considerando essas questões, apresenta-se no quadro 6, ações que têm o objetivo de melhorar esse aspecto na instituição.

Quadro 6 – Plano de ação para melhoria do acolhimento aos alunos

O quê?	Melhorar o acolhimento aos alunos.
Por quê?	O acolhimento é um fator importante para a permanência, pois aumenta a identificação dos alunos com a escola e melhora o clima institucional, considerado um elemento que contribui para o sucesso escolar. Já que esse tema surgiu na fala de alunos e professores, sendo também alvo da percepção da coordenadora, pesquisadora deste trabalho, é relevante ter atitudes que melhorem esse aspecto na escola.
Onde?	No Ceja João da Silva Ramos
Quando?	Durante o segundo semestre de 2019
Quem?	Diretor, coordenador, professora do Sasp
Como?	Aperfeiçoamento da reunião realizada com os alunos novatos: incluir apresentação da estrutura da escola, corpo docente, núcleo gestor e funcionários; realização de minicurso com os funcionários a respeito das características do público de EJA e clima escolar; acompanhamento do atendimento aos alunos nas salas de aulas para ampliar compreensão do coordenador a respeito do trabalho didático-pedagógico realizado pelos docentes.
Quanto?	A ação não prevê despesas, além de materiais permanentes da escola: notebook, projetor de mídias

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

3.5 AÇÃO PARA APERFEIÇOAR O MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO NO CEJA

Conforme exposto nesse trabalho, o material didático utilizado no Ceja é antigo e possui alguns conteúdos desatualizados. Segundo alguns participantes da pesquisa, o material é de difícil compreensão e não contempla conteúdos mais significativos para esse público, como o tema trabalho, por exemplo. Essa é uma questão que se integra ao elemento curricular e demonstra a necessidade da escola promover mudanças nesse material. A instituição não tem autonomia técnica e financeira para produzir um novo material didático, no entanto, pode promover ajustes e atualizações por meio da produção de materiais complementares.

Essa ação coaduna-se com a revisão da proposta curricular com o intuito de ofertar um processo formativo mais significativo para os alunos. Além de conteúdos desatualizados, como dito acima, os participantes da pesquisa apontaram dificuldade de compreender alguns assuntos. Essas dificuldades podem estar relacionadas à complexidade com que esses assuntos são abordados nos módulos e cadernos das disciplinas. A produção de material complementar deve estar focada em atualizar conteúdos, como também tratá-los de forma simples, de fácil compreensão para o aluno que estuda a maior parte do material fora da escola, como preconiza o ensino semipresencial.

As estratégias para execução dessa proposta estão descritas no quadro 7.

Quadro 7 – Plano de ação para produção de material didático complementar

O quê?	Elaboração de material didático complementar para os recursos utilizados no Ceja
Por quê?	Os recursos didáticos utilizados por professores e alunos são módulos e cadernos produzidos para EJA, no entanto, defasados devido ao tempo em que foram elaborados. Por isso, atualizações de alguns conteúdo e inserção de outros são necessárias para melhorar a identificação dos alunos com os processos escolares de ensino. Além do mais, a forma complexa com que alguns assuntos são abordados devem ser revistas e substituídas por material complementar.
Onde?	No Ceja João da Silva Ramos
Quando?	Em outubro de 2019 (após o realinhamento do currículo)
Quem?	Coordenador escolar e professores
Como?	Elaboração de material complementar para os componentes curriculares, cujos materiais estão desatualizados.
Quanto?	Uso de material impresso com recursos do PDDE ou com recursos estaduais; material permanente da escola: notebook, projetor de mídias, laboratório de informática.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

3.6. AÇÃO QUE VISA CONTRIBUIR COM A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O tema da formação de professores, conforme mencionado neste trabalho, é considerado importante quando se discute eficácia escolar. Constitui-se em uma lacuna quando trata-se da EJA, pois a pouca oferta de formação inicial para lecionar nessa modalidade faz desse um dos problemas enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos. No Ceja João da Silva Ramos nenhum docente possui formação inicial para EJA, mas 86% fez pelo menos um curso sobre essa modalidade da educação, o que é positivo, porém dados da pesquisa indicam que é preciso dar continuidade a esse processo de formação para que se possa ofertar um ensino condizente com as características do público atendido na escola. Ações anteriores de formação para revisão da proposta curricular e para produção de material didático complementar, associam-se a esta para se implemente na escola um processo de formação continuada que abranja aspectos pedagógicos, históricos e culturais da EJA.

O processo de formação de docentes da escola é de responsabilidade do coordenador ou coordenadora pedagógico. Assim cabe a esse profissional do Ceja executar a ação. Para isso é relevante que se faça um cronograma de formação para o segundo semestre de 2019 com continuidade em 2020. As formações ocorrerão nos turnos de planejamento coletivo dos professores, uma vez por mês. Esses planejamentos ocorrem sempre às terças-feiras, para os professores da área de Linguagens e Códigos, às quartas-feiras, para os professores das áreas de Ciências da natureza e Matemática e às quintas-feiras, para os professores de Ciências Humanas. a proposta de formação encontra-se descrita no quadro 8.

Quadro 8 - Ação para proporcionar formação continuada para professores

O quê?	Formação continuada de professores
Por quê?	A pesquisa apontou que há lacunas na formação de professores no que diz respeito ao tratamento dado ao aluno adulto, à seleção de conteúdos curriculares e aos procedimentos de avaliação. Ampliar os conhecimentos dos professores acerca das peculiaridades da EJA, promovendo momentos de discussões e reflexões podem resultar em ações que melhorem o processo de ensino e aprendizagem.
Onde?	Na sala de professores do Ceja João da Silva Ramos.
Quando?	No segundo semestre de 2019 e no ano seguinte.

Quem?	Coordenadora escolar.
Como?	Elaboração de um cronograma de formação continuada com temas específicos de EJA a ser executado nos horários de planejamentos coletivos, mensalmente; apresentação da proposta para os professores; realização das formações conforme o cronograma previsto; avaliação dos encontros para possíveis ajustes.
Quanto?	Material impresso com recursos do PDDE ou com recursos estaduais; uso de recursos permanentes da escola: notebook e projetor de mídias.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

3.7 AÇÃO QUE VISA MINIMIZAR A DEFASAGEM DE APRENDIZAGENS EM LEITURA, ESCRITA E MATEMÁTICA

As dificuldades de aprendizagem dos alunos do Ceja, segundo os professores, são causadas em grande medida por defasagem em suas aprendizagens, especialmente, em habilidades de leitura, escrita e matemática, o que compromete seus aprendizados em outras disciplinas. Dificuldades de interpretação textual interferem na compreensão dos conteúdos dos módulos e cadernos, principalmente, se os alunos precisam estudá-los em casa. Diante disso, sugere-se a oferta de disciplinas optativas que trabalhem as dificuldades mencionadas. A Secretaria de Educação dá às escolas regulares e Cejas a possibilidade de ofertar disciplinas optativas nas mais variadas áreas de conhecimentos. As disciplinas e cargas horárias cursadas pelos alunos são acrescentadas aos seus certificados de conclusão do Ensino Fundamental ou Médio.

Assim, a ação proposta consiste em se ofertar disciplinas de produção e interpretação textual e de formação básica de matemática. Os alunos devem ser selecionados pelos professores, considerando seus desempenhos nas avaliações das disciplinas que estiverem cursando. Professores das áreas de Linguagens e de Ciências Humanas deverão selecionar os alunos para a disciplina de interpretação e produção textual; professores de matemática e física selecionarão os alunos para aulas de formação básica de matemática. Além disso, a oferta das disciplinas será divulgada para todos os alunos da escola, de modo que tenham a oportunidade de ampliar seus aprendizados. Os alunos selecionados por professores, participarão de uma reunião com a coordenadora escolar e professora do Sasp, na qual será apresentada a proposta

da disciplina e os horários disponíveis. Cabe aos alunos a opção de participar ou não das aulas ofertadas.

Espera-se com essa ação que os alunos tenham melhores oportunidades de aprender ao desenvolverem habilidades básicas fundamentais para que sejam estudantes autônomos, capazes de concluir com êxito as etapas de escolarização básica no Ceja.

Quadro 9 - Ação que visa desenvolver habilidades de leitura, escrita e matemática

O quê?	Oferta de disciplinas optativas de interpretação e produção textual e matemática básica.
Por quê?	Segundo professores, muitos alunos não conseguem aprender e serem aprovados nas avaliações devido dificuldades para ler, escrever e resolver operações básicas de matemática. Por essa razão, a oferta de disciplinas extracurriculares que abordem essas dificuldades é relevante para oportunizar aos alunos desenvolverem habilidades que melhorem seus aprendizados na escola.
Onde?	Nas salas de aula do Centro que não são utilizadas para atendimento.
Quando?	No segundo semestre de 2019.
Quem?	Coordenadora escolar, professora do Sasp, um professor de português e um de matemática.
Como?	Professores das áreas de Linguagens e de Ciências Humanas deverão indicar alunos com dificuldades em compreensão textual e escrita; professores de matemática e física deverão indicar alunos com dificuldades em raciocínio matemático; ampla divulgação por meio de cartazes da oferta das disciplinas optativas; reunião com os alunos indicados pelos professores e demais alunos inscritos para apresentação das propostas das disciplinas e horários disponíveis; matrícula dos alunos interessados; realização das disciplinas.
Quanto?	Material impresso com recursos do PDDE ou com recursos estaduais; uso de materiais de expediente adquiridos com recursos do PDDE: pincéis para quadro branco, apagador, papel A4; materiais permanentes: quadro branco, notebook, projetor de mídias.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

3.8. AÇÃO QUE VISA APERFEIÇOAR OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um elemento interno importante para que se ofereça uma educação de qualidade (DOURADO, 2007). A pesquisa com alunos demonstrou que 21% considera a reprovação nas avaliações um fator que influencia o abandono escolar no Ceja, o que denota a relevância de se pensar os instrumentos utilizados na escola com a finalidade de avaliar a aprendizagem dos alunos. Como coordenadora escolar, a pesquisadora ouviu relatos de alunos e professores, e observou que algumas avaliações possuem questões com enunciados de difícil compreensão, apresentam gabaritos inadequados, problemas gráficos e situações em que constam conteúdos em discordância com o material didático dos alunos. É urgente que essas situações sejam resolvidas, de modo que se utilize um processo avaliativo justo, que de fato avalie as aprendizagens dos alunos de acordo com o ensino ofertado. Para isso pretende-se melhorar o monitoramento dos resultados das avaliações por disciplina, de modo a identificar as que apresentam maiores indicadores de reprovação para proceder-se à análise das causas dessas reprovações, com os professores; garantir que cada professor revise as provas corrigidas quando o aluno retornar ao atendimento após realizar avaliação, com o objetivo de identificar possíveis erros durante as correções, as quais são feitas pelos professores responsáveis pela sala de avaliação; realizar reuniões mensais entre professores, coordenadora e professora do Sasp, visando a substituição de provas com enunciados que dificultam a compreensão dos alunos ou que apresentem problemas nos gabaritos; produção de banco de questões para cada disciplina com o intuito de substituir-se, bimestralmente, as avaliações que compõem o banco de provas da instituição. O quadro 10 apresenta o detalhamento da ação proposta.

Quadro 10 - Ação para aperfeiçoar os instrumentos de avaliação utilizados no Ceja João da Silva Ramos

O quê?	Aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação utilizados no Centro
Por quê?	21% dos alunos pesquisados indicaram a reprovação como fator que estimula o abandono escolar. Relatos de alunos, professores e observações da coordenadora escolar denotam que o formato de algumas provas interferem para que alguns alunos não tenham êxito nas avaliações. Assim, a revisão e substituição de provas, além de monitoramento frequente dos instrumentos avaliativos podem diminuir o número de reprovações e colaborar para a diminuição dos indicadores de baixa permanência dos alunos.

Onde?	Nos ambientes da escola: sala de avaliação, salas de atendimento, sala dos professores.
Quando?	A partir do segundo semestre de 2019 com continuidade nos anos posteriores.
Quem?	Coordenadora escolar, professora do Sasp e professores.
Como?	Construção de indicadores dos resultados das avaliações para acompanhamento das disciplinas com mais reprovações; revisão das avaliações corrigidas quando os alunos retornam ao atendimento, após realizarem provas; reunião mensal entre coordenadora escolar, professora do Sasp e demais professores para análise de provas que apresentam problemas na elaboração dos enunciados ou nas respostas; produção de um banco de questões de todas as disciplinas; criação de comissão constituída por professores sob a liderança do Sasp para substituição, bimestralmente, das avaliações que compõem o banco de provas da instituição.
Quanto?	Material impresso com recursos do PDDE ou com recursos estaduais

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019).

Este PAE será apresentado para a comunidade escolar no início do segundo semestre de 2019 e deve ter sua implementação iniciada no mesmo período. Ações como as relacionadas a formação de professores, motivação dos alunos, defasagem de aprendizagem, avaliações devem ter continuidade ao longo dos anos letivos subsequentes. Nesse processo é importante que haja monitoramento e avaliação das ações implementadas. Monitoramento para que se garanta a execução do planejado, devendo ocorrer durante todo o processo, por parte de membros da equipe gestora, responsável pela execução do plano; avaliação é relevante para que se considerem as possíveis dificuldades enfrentadas, os resultados alcançados e, caso necessário, o realinhamento de ações e estratégias. Sugere-se assim, que a avaliação ocorra em reuniões bimestrais com os atores envolvidos em cada ação, especialmente, gestores e professores. A avaliação pelos alunos deve ser realizada semestralmente, por meio de instrumental padronizado para esse fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação básica que tem como um dos seus principais fundamentos a reparação de uma injustiça social característica de uma sociedade marcada pela exclusão por questões de raça, gênero, condições socioeconômicas. Uma das marcas dessas exclusões é a baixa ou nenhuma escolaridade, principalmente, de pobres, negros, populações do campo, estudantes de escolas públicas. A implementação de políticas para educação de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação escolar ou foram excluídos dela foi um ganho para esse público, no entanto, a EJA enfrenta inúmeros desafios para se consolidar como uma política educacional de qualidade. Dentre os fatores que interferem no sucesso das práticas de Educação de Jovens e Adultos, estão os elevados números de abandono e evasão escolar na modalidade.

A realização desta pesquisa foi embasada em evidências de que a baixa permanência no Ceja João da Silva Ramos é um problema que precisa ser enfrentado pela instituição. Teve como principais objetivos identificar os fatores associados ao abandono escolar no Centro e a proposição de um Plano de Ação Educacional para aumentar a permanência dos alunos. Com o intuito de alcançar o primeiro objetivo, inicialmente delineou-se especificidades da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no estado do Ceará, principalmente, em aspectos históricos da oferta de educação para o público de EJA. Em seguida, descreveu-se o Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos e sua estrutura didático pedagógica. A partir disso, procedeu-se à pesquisa direcionada a compreender as causas do abandono escolar no Ceja. A pesquisadora realizou estudos da bibliografia sobre o assunto e pesquisa de campo com aplicação de questionários a alunos e professores do Ceja, análise de documentos escolares como livros de matrícula, frequência de professores, pastas individuais dos alunos. Os dados coletados foram analisados e os resultados serviram como base para a elaboração do PAE.

Os resultados demonstraram que alunos e professores atribuem maior influência de fatores externos sobre a decisão dos estudantes de interromperem seus estudos. Dentre esses fatores destacaram-se jornada de trabalho, falta de tempo para estudar, motivos pessoais como casamento e filhos, desinteresse pelos estudos. Como fatores internos, a pesquisa denotou que o formato semipresencial, que não obriga frequência diária e não conta com salas de aulas convencionais contribui para o abandono, além de dificuldades para compreender o material didático, reprovações e falta de formação específica para os professores.

Em âmbito geral, considera-se que o reconhecimento constitucional da EJA como direito de todo cidadão que não concluiu a educação básica na idade apropriada, trouxe mais reconhecimento e recursos para a modalidade, no entanto, a diminuição de matrículas e altas taxas de abandono e evasão demonstram que esse reconhecimento legal ainda não se efetivou na prática; os recursos investidos também não têm sido suficientes para garantir maiores oportunidades de acesso e permanência. Elementos como currículos específicos e livro didático representam uma grave lacuna dos investimentos em insumos didático-pedagógicos imprescindíveis para o sucesso escolar dessa modalidade. Outra lacuna está na formação inicial e continuada para professores de EJA, profissionais que têm papel inquestionável em qualquer etapa de escolarização, mas que atuam na Educação de Jovens e Adultos com pouca ou nenhuma formação específica para isso.

Abandono e evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos são resultado de múltiplos fatores e tratam-se de uma situação que se tornaram inerentes a essa modalidade. Embora persista por anos, o problema ocupa uma posição secundária nos investimentos em educação básica tanto em âmbito nacional quanto em âmbitos regionais e locais.

Governo federal e entes subnacionais devem implementar ações efetivas, com investimento adequado, para que a EJA seja de fato uma política que abarque as diversidades de seu público com suas demandas pedagógicas e sociais. O investimento adequado passa pela implementação de políticas públicas que envolvam currículo específico para EJA, formações de professores e gestores, ampliação do acesso por meio de ações que atraiam o público potencial, ampliação de oportunidades de uso do transporte escolar e de materiais didáticos adequados às demandas de aprendizagem do público e aos diversos formatos de oferta de EJA presenciais e não-presenciais.

A literatura revisada indica a importância do papel da escola no trabalho de melhorar as condições de ensino dos alunos de EJA e contribuir para que estes mantenham a continuidade de estudos. Assim, essa pesquisa permite a conclusão de que a equipe gestora do Ceja João da Silva Ramos pode implementar ações que melhorem os processos didático-pedagógicos com possibilidades de colaborar com a permanência dos estudantes, apesar das situações adversas que enfrenta, tanto em relação às condições socioeconômicas e culturais do público atendido quanto à escassez de políticas para EJA.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?**, 2017. Disponível em: <http://forumaja.org.br/go/files/Balan%C3%A7o%20da%20EJA%20-%20Arroyo.pdf>> Acesso em: 26 de maio 2019.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil; OLIVEIRA, Edna Castro de. **Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos**. In: MACHADO, Maria Margarida (org.) Educação de Jovens e Adultos. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 82, p. 1-147, nov. 2009. Disponível em: < <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/viewIssue/245/84> > Acesso em: 30 maio de 2019.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de Caso: seu potencial na educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 49, Fundação Carlos Chagas, 1984. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1427/1425>> Acesso em 1 de jan. 2019.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Consequências da repetência sobre o desempenho educacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. Projeto de Educação Básica para o Nordeste, 1998.

BORGES, Bento Souza. O papel dos Centros de Educação Continuada – CESECs, na Educação de Jovens e Adultos, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 07 de set. 2018.

_____. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1971. Seção 1, p. 6377. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 07 de set. 2018.

_____. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> >. Acesso em 20 de nov. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 23 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos. Parecer CNE/CEB 11/2000**. Homologação publicada no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15. Resolução CNE/CEB 1/2000, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção 1, p. 18.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série, 2002**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_livro_01.pdf. Acesso em 10 de out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – Simec. **PNE em Movimento: situação das metas dos planos**. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br>. Acesso em 04 de out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2014-2017**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 04 de nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Número de Concluintes por Etapa/modalidade de Ensino - Brasil, em 2014, 2015, 2016**. Brasília, DF, [2018?]

CANDIAN, Juliana Frizzoni; REZENDE, Wagner Silveira. **O contexto normativo do clima escolar e o desempenho dos alunos: implicações para o debate sobre gestão escolar**. Pesquisa e Debate em Educação. Revista do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora, v.3, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/66/42>> Acesso em 31 de mar. 2019.

CARMO, Gerson Tavares. **Evasão de alunos na EJA e reconhecimento social: crítica ao senso comum e as suas justificativas**. UENF, [2011?]. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/images/trabalhos/GT18/GT181088%20int.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2018.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance"**. Revista Reveja [online]. Minas Geras: UFMG, 2007. Disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/documento/educa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-e-adultos-e-juventude-o-desafio-de-compreender-os-sentidos-da-presen%C3%A7a-d>> Acesso em: 6 de jun. 2019.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **O financiamento da eja no Brasil: repercussões iniciais do Fundeb**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), Brasília/DF, v. 30, n. 3, p. 635 - 655 set./dez. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/57618-235509-1-SM.pdf>>. Acesso em 04 de out. 2018.

CAVALCANTE, Alícia Daniele Calaça et al. **O impacto dos fatores intra e extraescolares para o fracasso escolar: desmistificando as visões psicologizantes**. Cadernos de graduação: Ciências Humanas e Sociais. Alagoas, v. 4, n.2, p. 235-248. Novembro 2017. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/4748>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 438 de 25 de abril de 2012. **Dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <

<http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/resolucao%20n%20438.2012.pdf>>. Acesso em: 07 de jun. 2018.

_____. Decreto nº 32.426 de 21 de novembro de 2017. **Dispõe sobre o processo de escolha e indicação dos integrantes dos núcleos gestores das escolas da rede pública estadual de ensino, e dá outras providências.** Disponível em:< <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20171123/do20171123p01.pdf>> Acesso em 05 de abr. 2019.

_____. Lei nº 16.025, de 30 de maio de 2016. **Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação (2016/2024).** Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, Ce, 1 de junho de 2016.

_____. Portaria nº 1371/2017. **Estabelece as normas para matrícula dos estudantes nas escolas públicas estaduais para o ano de 2018 e dá outras providências.** Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20171218/do20171218p01.pdf#page=32>. Acesso em 07 de jun. 2018.

_____. Portaria nº 1391/2018 -gab. **Estabelece as normas para a lotação de professores nas escolas públicas estaduais para o ano de 2019 e dá outras providências.** Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/12/portaria_lotacao_2019.pdf. Acesso em 31 de mar. 2019.

_____. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação – Coave. **Sinopse Estatística do Censo Escolar 2007-2017: número de matrículas da educação básica segundo as formas de oferta.** Fortaleza, CE, 2018.

_____. Secretaria de Educação. **Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em: < <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja>> Acesso em 17 de maio de 2018.

_____. Centro de Educação a Distância do Ceará. **Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos,** 2018. Disponível em:< <http://www.avaced.seduc.ce.gov.br/course/view.php?id=139>> Acesso em 16 de dez. 2018.

_____. Secretaria de Educação. **Sistema Integrado de Gestão Escolar – Sige.** Fortaleza, CE, 2018.

_____. Secretaria de Educação. **Mapa do Analfabetismo no Ceará.** Fortaleza, CE. 2014.

CEJA JOÃO DA SILVA RAMOS. **Projeto Político e Pedagógico.** Camocim. 2016.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar: causas e consequências.** 2008. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_marcia_rodrigues_neves_ceratti.pdf. Acesso em 27 de maio 2018.

_____. **Políticas Públicas para Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em: < http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_marcia_rodrigues_neves_ceratti.pdf>. Acesso em 30 de out. 2018.

CHRISTOPHE, Micheline et al. **Educação baseada em evidências: como saber o que funciona em educação**. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2015. Disponível em: <https://www.alfaebeto.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Instituto-Alfa-e-Beto_EBE_2015.pdf> Acesso em 24 de mar. 2019

CORREA, Erisson Viana; BONAMINO, Alicia; SOARES, Tufi. **O que aprende o aluno que repete? Uma análise sobre o efeito da repetência nos anos iniciais do ensino fundamental**. In: Reunião Nacional da ANPED, 34, 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/o-que-aprende-o-aluno-que-repete-uma-analise-sobre-o-efeito-da-repetencia-nos-anos>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

COSTA, Mariane Brito da. **Os relatos de vida dos jovens da EJA: escola, cotidiano e projetos**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/214472-Os-relatos-de-vida-dos-jovens-da-eja-escola-cotidiano-e-projetos.html>>. Acesso em 14 de jan. 2019.

COSTA, Elisângela André da Silva. **A educação de jovens e adultos e o direito à educação: concepções e olhares de educadores e gestores escolares a partir das políticas educacionais do município de Horizonte - Ceará**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, CE, 2014.

CHAVES, Jefferson Ricardo Ferreira. A meta 9 do PNE e a alfabetização de jovens e adultos: a persistência do passado, o olhar para o presente, o desafio futuro. In: GOMES, Ana Valeska Amaral (org.). **Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

DINIZ, Gleison Mendonça; MACHADO, Diego Queiroz; MOURA, Hélber José. **Políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil: uma investigação sobre a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará**. Rev. Adm. Pública [online]. 2014, vol.48, n.3, pp.641-666. ISSN 0034-7612. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003476122014000300006&script=sci_abstract&tlng=p>. Acesso em 07 de nov. 2018.

DI PIERRO, Maria Clara. **A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf>. Acesso em 30 de ago. 2018.

_____. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18>>. Acesso em 05 de jan. 2019.

_____. **Os desafios para garantir a educação de jovens e adultos**. 2014. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/114/os-desafios-para-garantir-a-educacao-de-jovens-e-adultos>>. Acesso em 15 de maio 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes (coord.); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísia Teixeira, 2007. (Série documental: textos para discussão). Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/A+qualidade+da+educa%C3%A7%C3%A3o+conceitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es/8926ad76-ce32-4328-8a26-5139cceddb4?version=1.3>>. Acesso em 31 de mar. 2019.

FARIA, Roselita Soares de. **Evasão e permanência na EJA: Por um trabalho de qualidade na gestão de uma escola na rede municipal de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação/CAED, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

FERREIRA, Fabiane Rita Bicalho Gonçalves. **O baixo índice de conclusão do ensino médio: estudo de caso do centro estadual de educação continuada – Cesec de Betim/MG**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação) – Faculdade de Educação/CAED, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica (apostila), 2002**. Disponível em: < <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>> Acesso em: 7 de jan. 2019.

FONTOURA, Juliana. **Falta de Diretrizes para EJA na Base Nacional Comum preocupa educadores**. Revista Educação, ed. 242, São Paulo: Editora Segmento, 2017. Disponível em:< <https://www.revistaeducacao.com.br/falta-de-diretrizes-para-eja-na-base-preocupa-educadores/>> Acesso em: 05 de dez. 2018.

FRANCO, Creso et al. **Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intraescolares”**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2007, vol.15, n.55, pp.277-298. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a07v1555.pdf>> Acesso em: 14 de jan. 2019.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 21-39, julho/ 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14397.pdf>> Acesso em: 25 de maio 2019.

GEGLIO, Paulo César; ROSA, Ana Cristina; DIAS, Vandeir Gouveia. As causas da evasão de alunos de um programa de jovens e adultos. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, pp. 53-64, jan./abr, 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8725>>. Acesso em 20 de jun. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas em Pesquisa Social**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ricardo de Souza. **A política de fundos em perspectiva histórica: mudanças de concepção da política na transição Fundef e Fundeb**. Em Aberto. Brasília, v. 28, n. 93, pp. 45-65, 2015.

HADDAD, Sérgio; Di Pierro, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação** [online], n. 14, pp. 108-130, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>>. Acesso em 12 de dez. 2018.

_____. **Por uma nova cultura na Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local**. Minas Gerais, 2007. Disponível em:<

http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho_encomendado_gt18_-_sergio_haddad_-_int.pdf> Acesso em: 6 de jun. 2019.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. **Raça e oportunidades educacionais no Brasil**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 73, p. 5-12, 1990. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1092/1097>. Acesso em: 22 de ago. 2019.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Publicação Pnad Contínua 2017: Educação**. Agência IBGE notícias. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/05dc6273be644304b520efd585434917.pdf>. Acesso em 04 de nov. 2018.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua. **Tabela: suplemento de educação, 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=21073&t=resultados>. Acesso em 23 de set. 2018.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua. **Tabela: suplemento de educação, 2016**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=18971&t=resultados>>. Acesso em 23 de set. 2018.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua trimestral. **Tabela 4095**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4095>>. Acesso em 28 de nov. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Camocim, CE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/camocim/panorama>>. Acesso em 09 de dez. 2018.

KLEIN, Ricardo Clóvis; FREITAS, Maria do Carmos Duarte. **Motivos do abandono escolar na Educação de Jovens e Adultos: estudo de caso escola do Paraná**. Disponível em: <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt007-motivosdo.pdf>>. Acesso em 20 de fev. 2019.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MESQUITA, Silvana Soares de Araújo. **Fatores intraescolares e desempenho escolar: o que faz a diferença?** Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MOÇO, Anderson. **Balanco do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010: As metas do atual Plano Nacional de Educação estão longe de ser cumpridas. Confira os resultados e o que esperar da nova versão**. Revista Nova Escola. São Paulo: 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2901/balanco-do-plano-nacional-de-educacao-pne-2001-2010>. Acesso em 13 de nov. 2018.

MOURÃO, Marília. **A não permanência na Educação de Jovens e Adultos semipresencial em um Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec) do Estado de Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação/CAED, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

NACIF, Paulo Gabriel Soledad et al. **Educação de Jovens e Adultos na perspectiva do Direito à Educação ao Longo da Vida: caminhos possíveis.** In: NACIF, Paulo Gabriel Soledad et al. (orgs.). Coletânea de textos CONFITEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2016.

SILVA, Natalino Neves da. Educação de Jovens e Adultos: alguns desafios em torno do direito à educação. **Revista Paidéia** do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Univ. Fumec, Belo Horizonte. Ano 6, n. 7, p. 61-72 jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/951/722>> Acesso em 2 de mai. de 2019

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, nº 78, Abril/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378>>. Acesso em 26 de maio 2019

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, nº 12. Set./Out./Nov./Dez., 1999. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12_06_MARTA_KOHL_DE_OLIVEIRA.pdf>. Acesso em 22 de maio 2019.

PEREIRA, Marlúcio Édson. **O baixo percentual de conclusão das etapas da educação básica: o caso do centro estadual de educação continuada – Cesec de Itamarandiba/MG.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação) – Faculdade de Educação/CAED, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

REZENDE, Wagner Silveira. **A influência do contexto normativo do clima escolar no desempenho estudantil no Seape 2012.** **Cadernos Cenpec. São Paulo**, v.6, n.1, pp.47-74. jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/350/346>>. Acesso em 30 de mar. 2019.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord). **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental – proposta curricular, 1º segmento.** São Paulo: Ação Educativa, Brasília: Mec, 2001.

RIBEIRO, Vera Masagão; CATELLI JR., Roberto; HADDAD, Sérgio (orgs). **A avaliação da EJA no Brasil: insumos, processos, resultados.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/A+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+EJA+no+Brasil+insumos%2C+processos%2C+resultados/8ec3ac3b-2e82-4e44-bcd2-d4e0347b4d15?version=1.2>>. Acesso em 06 de dez. 2018.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências.** *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, pp. 35-48, jan./jun. 2017. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/porescrito/article/view/24527>>. Acesso em 01 de jun. de 2019.

SOARES, Tufi Machado et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 41, n. 3, pp. 757-772, jul./set. 2015.

TAVARES JÚNIOR, Fernando; COSTA, Márcio da. **Aprendizagem visível: algumas lições de Jonh Hattie.** In: TAVARES JÚNIOR, Fernando (org.). *Rendimento Educacional no Brasil*, Juiz de Fora: Olps Gráfica, 2018.

TAVARES JÚNIOR, Fernando. **O Brasil e sua Educação: sociedade, equidade e oportunidades.** In: TAVARES JÚNIOR, Fernando; NEUBERT, Luiz Flávio (orgs). *Políticas Educacionais*. Juiz de Fora: Caed; Fadepe, 2017. (Gestão e Avaliação da Educação Pública).

UNESCO. Confintea VI. **Marco de Ação de Belém.** Brasília: UNESCO, MEC, 2010. Disponível em: <http://www.ceeja.ufscar.br/resumo-executivo>. Acesso em: 18 de nov. 2018.

APÊNDICE A – Questionários para alunos que interromperam os estudos no Ceja e estão matriculados em 2019



Questionário para alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos

Prezado (a) estudante,

Estou fazendo o curso de mestrado e na minha pesquisa, busco compreender os fatores que contribuem para o abandono escolar dos alunos do Ceja João da Silva Ramos. O motivo de ser esse o tema da minha pesquisa é o fato de o Ceja apresentar um elevado número de alunos que se matriculam, mas abandonam a escola antes de concluir os estudos.

Sendo assim, gostaria que você respondesse esse questionário com muita sinceridade para que eu possa identificar esses fatores e depois realizar algumas ações que contribuam para o aumento da permanência desses alunos na escola. A sua identidade será mantida em sigilo.

Desde já, agradeço por sua colaboração!

NOME DO MESTRANDO: Nayane Juvencio de Sousa

CONTATO: nayane.juvencio@hotmail.com

() Concordo em participar voluntariamente da referida pesquisa respondendo ao presente questionário.

() Não concordo em participar da pesquisa.

**IDENTIFICAÇÃO
BLOCO 1: SOBRE VOCÊ**

1. QUAL É O SEU SEXO?

(A) masculino (B) feminino

2. COMO VOCÊ CLASSIFICARIA SUA COR, SEGUNDO AS CATEGORIAS USADAS PELO IBGE?

(A) Branca (B) Parda (C) Indígena (D) Preta (E) Oriental

3. QUAL SEU ESTADO CIVIL?

(A) Solteiro (B) casado (C) separado (D) divorciado

(E) outro. Qual? _____

4. QUAL É SUA DATA DE NASCIMENTO? (Indique o dia, o mês e o ano)

5. VOCÊ MORA EM QUAL CIDADE?

6. EM QUE BAIRRO VOCÊ MORA?

BLOCO 2: SUA CASA E SUA FAMÍLIA

QUEM MORA COM VOCÊ?	SIM	NÃO
7. Mãe		
8. Outra mulher responsável por você (companheira do pai / madrasta / mãe de criação)		
9. Pai		
10. Outro homem responsável por você (companheiro da mãe / padrasto / pai de criação)		
11. Irmão(s) ou irmã(s) (incluindo meio-irmão / meia-irmã(s) ou irmão(s) / irmã(s) de criação)	Quantos?	
12. Avó(s) e/ou avô(s)		
13. Meu (minha) companheiro(a)		
14. Filhos	Quantos?	
15. Outras pessoas		

16. ESCOLHA A ALTERNATIVA QUE TEM O VALOR DA RENDA DE TODOS OS MEMBROS DA SUA FAMÍLIA, QUE MORAM COM VOCÊ.

- (A) Até 01 salário mínimo (R\$ 998,00)
- (B) De 02 a 03 salários mínimos (R\$ 1996,00 a R\$ 2994,00).
- (C) De 04 a 05 salários mínimos. (R\$ 3992,00 a R\$ 4990,00).
- (D) Acima de 05 salários mínimos (R\$ 4990,00).

VOCÊ TEM, EM SUA CASA?	Não	Sim	Quantos?
17. TV			
18. Aparelho de rádio			
19. Vídeo cassete ou DVD			
20. Geladeira			
21. Freezer (parte da geladeira duplex)			
22. Freezer separado da geladeira			
23. Máquina de lavar roupa (Tanquinho não é considerado)			
24. Carro			
25. Computador			
26. Banheiro			
27. Quartos para dormir			

28. SUA MÃE OU A MULHER RESPONSÁVEL POR VOCÊ SABE LER E ESCREVER?

(A) Sim (B) Não

29. ATÉ QUE SÉRIE SUA MÃE OU MULHER RESPONSÁVEL POR VOCÊ ESTUDOU?

(A) Nunca estudou.

(B) Não completou a 4ª série/ 5º ano do ensino fundamental.

(C) Completou a 4ª série/ 5º ano do ensino fundamental, mas não completou a 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental

(D) Completou a 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental, mas não completou o Ensino Médio.

(E) Completou o Ensino Médio, mas não completou a faculdade.

(F) Completou a Faculdade.

(G) Não sei.

30. SEU PAI OU HOMEM RESPONSÁVEL POR VOCÊ SABE LER E ESCREVER?

(A) Sim. (B) Não.

31. ATÉ QUE SÉRIE SEU PAI OU HOMEM RESPONSÁVEL POR VOCÊ ESTUDOU?

(A) Nunca estudou.

(B) Não completou a 4ª série/ 5º ano do ensino fundamental.

(C) Completou a 4ª série/ 5º ano do ensino fundamental, mas não completou a 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental.

(D) Completou a 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental, mas não completou o Ensino Médio.

(E) Completou o Ensino Médio, mas não completou a faculdade.

(F) Completou a Faculdade.

(G) Não sei.

32. VOCÊ POSSUI FILHOS?

(A) Não (B) Sim Quantos? _____

BLOCO 3 – TRAJETÓRIA ESCOLAR

33. VOCÊ JÁ ESTUDOU EM UMA ESCOLA REGULAR?

() Sim () Não. Passe para a questão 37.

34. ATÉ QUAL SÉRIE VOCÊ ESTUDOU ANTES DE MATRICULAR-SE NO CEJA?

- (A) 1ª série do ensino fundamental
- (B) 2ª série do ensino fundamental
- (C) 3ª série do ensino fundamental
- (D) 4ª série do ensino fundamental
- (E) 5ª série do ensino fundamental
- (F) 6ª série do ensino fundamental
- (G) 7ª série do ensino fundamental
- (H) 8ª série do ensino fundamental
- (I) 9ª série do ensino fundamental
- (J) 1º série do ensino médio
- (K) 2ª série do ensino médio
- (L) 3ª série do ensino médio

35. POR QUE SAIU DA ESCOLA REGULAR? (Pode marcar mais de uma opção.)

- (A) As aulas não eram interessantes.
- (B) Tinha dificuldades em acompanhar as aulas.
- (C) Falta de condições financeiras.
- (D) Vontade própria.
- (E) Não gostava de estudar.
- (F) Escola longe da sua casa.
- (G) Trabalho.
- (H) Outro motivo: qual? _____

36. QUANDO ESTUDAVA EM ESCOLA REGULAR, VOCÊ FOI REPROVADO?

- (A) não
- (B) sim, uma vez
- (C) sim, duas vezes ou mais

37. QUANTO TEMPO FICOU FORA DA ESCOLA?

- (A) 01 ano
- (B) 02 a 04 anos
- (C) 05 a 07 anos
- (D) 08 a 10 anos
- (E) mais de 10 anos

38. POR QUE VOCÊ SE MATRICULOU NO CEJA? (Você pode marcar mais de uma opção).

- (A) Para dar continuidade aos estudos.
- (B) Conseguir um emprego melhor.
- (C) Subir de cargo no seu emprego atual.
- (D) Auxiliar filhos e netos nas atividades escolares.
- (E) Ampliar sua aprendizagem.
- (F) Fazer um curso superior ou um curso técnico.
- (G) Outros:_____.

39. O QUE MAIS O MOTIVOU A ESCOLHER O CEJA PARA ESTUDAR?

- (A) Flexibilidade nos horários
- (B) Não obrigatoriedade de frequência
- (C) Metodologia diferenciada
- (D) Mais rapidez na conclusão do ensino médio

(E) Outro motivo. Qual? _____

BLOCO 4- FATORES EXTRAESCLARES (FORA DA ESCOLA) QUE INFLUENCIAM NA ESCOLARIZAÇÃO

40. ATUALMENTE, VOCÊ ESTÁ TRABALHANDO?

- (A) Sim
- (B) Não. Passe para a questão 46.

41. QUANTAS HORAS VOCÊ TRABALHA POR DIA?

- (A) até 06 horas.
- (B) de 07 a 08 horas.
- (C) de 09 a 10 horas.
- (D) acima de 10 horas.

42. ASSINALE A ALTERNATIVA QUE POSSUI A QUANTIDADE DE HORAS QUE VOCÊ TRABALHA POR SEMANA:

- (A) até 30 horas.
- (B) de 31 a 40 horas.
- (C) de 41 a 50 horas.
- (D) acima de 50 horas.

43. O CANSAÇO POR CAUSA DO SEU TRABALHO CONTRIBUIU PARA QUE VOCÊ NÃO CONTINUASSE ESTUDANDO?

- (A) Sim
- (B) Não

44. O SEU TRABALHO ATUAL É DE CARTEIRA ASSINADA?

- (A) Sim
- (B) Não

45. ASSINALE, ENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, O MOTIVO OU OS MOTIVOS PELOS QUAIS VOCÊ TRABALHA:

- (A) Ajudar nas despesas com a casa.
- (B) Sustentar minha família (esposo/a, filhos/as etc.).
- (C) Ser independente (ganhar meu próprio dinheiro).
- (D) Adquirir experiência profissional.
- (E) Outro. Qual? _____.

46. QUANTAS VEZES VOCÊ INTERROMPEU OS ESTUDOS NO CEJA?

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) Acima de 3

47. MARQUE OS FATORES (MOTIVOS) DE FORA DO CEJA QUE CONTRIBUÍRAM PARA QUE VOCÊ NÃO CONTINUASSE ESTUDANDO NESTA ESCOLA. (Você pode marcar mais de uma opção.)

- (A) Desemprego
- (B) Jornada excessiva de trabalho.

- (C) Falta de tempo para estudar.
- (D) Falta de interesse pelos estudos.
- (E) Problemas de saúde ou acidentes comigo ou familiares.
- (F) Gravidez.
- (G) Cansaço.
- (H) Distância da sua moradia até o CEJA.
- (I) Motivos pessoais: casamento / filhos.
- (J) Motivos Financeiros.
- (K) Falta de incentivo dos familiares.
- (L) Outros: _____

BLOCO V - FATORES INTRAESCOLARES (DENTRO DA ESCOLA) QUE INFLUENCIAM NA ESCOLARIZAÇÃO

Neste momento, falaremos sobre os motivos de dentro do CEJA que contribuíram para que você não continuasse estudando naquela instituição.

48. No dia em que foi realizar a sua matrícula você se sentiu bem acolhido?	Sim ()	Não ()
49. No momento da sua matrícula no ceja, as informações passadas a você foram suficientes para que compreendesse como funciona aquela escola?	Sim ()	Não ()
50. O material pedagógico utilizado no CEJA é de fácil compreensão?	Sim ()	Não ()
51. A maneira como os professores ensinavam as matérias atendia as suas necessidades?	Sim ()	Não ()
52. Durante as aulas os professores aproveitavam, na exposição dos conteúdos, os conhecimentos e as experiências de vida que você possui?	Sim ()	Não ()
53. Você buscava a ajuda dos professores quando tinha alguma dúvida?	Sim ()	Não ()
54. A maneira dos professores agirem com você, durante as explicações e/ou testes contribuía para que você se sentisse motivado a continuar estudando?	Sim ()	Não ()
55. Durante o período que frequentou o CEJA, você percebeu que os professores estavam preparados para lidar com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA)?	Sim ()	Não ()
56. Durante o período que frequentou o CEJA, você gostou da maneira que foi acolhido?	Sim ()	Não ()
57. O fato de não ter que ir à aula todos os dias contribuiu para que você não continuasse estudando?	Sim ()	Não ()

58. INDIQUE O MOTIVO QUE CONTRIBUIU PARA QUE VOCÊ PARASSE DE ESTUDAR NO CEJA EM ALGUM MOMENTO DESDE SUA MATRÍCULA. PODE MARCAR MAIS DE UMA ALTERNATIVA.

- (A) Dificuldade de adaptar-se às normas da escola.
- (B) As séries não serem ofertadas no formato presencial (sala de aulas).
- (C) Ficou desestimulado por ter reprovado nas avaliações mais de uma vez.
- (D) Dificuldade em compreender os conteúdos das apostilas.

(E) Sentiu-se desrespeitado por algum funcionário, professor ou membro do núcleo gestor.

59. QUAIS SÃO OS PONTOS POSITIVOS E OS PONTOS NEGATIVOS QUE VOCÊ DESTACA SOBRE O CEJA?

Pontos Positivos

Pontos Negativos

60. EM SUA OPINIÃO, O QUE A EQUIPE GESTORA DO CEJA DEVE FAZER PARA QUE OS ALUNOS QUE SE MATRICULAREM NESTA ESCOLA POSSAM DAR CONTINUIDADE AOS ESTUDOS?

Obrigado por contribuir com a melhoria do nosso trabalho. A sua opinião é muito importante para nós!

APÊNDICE B – Questionários para os professores orientadores do Ceja João da Silva Ramos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



Questionário para professores da Educação de Jovens e Adultos

Caro Professor,

Estou fazendo o curso de mestrado e na minha pesquisa, busco compreender os fatores que contribuem para o abandono escolar dos alunos do Ceja João da Silva Ramos. O motivo de ser esse o tema da pesquisa é o fato de o Ceja apresentar um elevado número de alunos que se matriculam, mas abandonam a escola antes de concluir os estudos. Como profissional diretamente envolvido no processo de ensino-aprendizagem, que está em interação constante com os alunos, sua opinião é muito importante para que esta pesquisa alcance seu objetivo. Assim, gostaria que você respondesse esse questionário com muita sinceridade para que eu possa identificar esses fatores e depois realizar algumas ações que contribuam para o aumento da permanência dos alunos na escola. Sua identidade será mantida em sigilo. Desde já, agradeço por sua colaboração!

BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO

1. Qual o seu sexo?

- a) Masculino. b) Feminino.

2. Qual a sua idade?

- a) Menos de 25 anos. e) de 41 a 45 anos.
b) de 26 a 30 anos. f) de 46 a 50 anos.
c) de 31 a 35 anos. g) Mais de 50 anos.
d) de 36 a 40 anos.

3. Qual sua formação acadêmica?

- a) Ensino Superior – Pedagogia ou Normal Superior.
b) Ensino Superior – Licenciatura.
c) Ensino Superior – Outros.
d) Especialização (mínimo de 360 horas).
e) Mestrado.
g) Doutorado ou posterior.

4. Durante o seu curso de graduação, você teve uma formação específica para trabalhar com o público de EJA?

- a) sim b) não

5. Há quanto tempo você leciona, considerando também o seu trabalho em outras escolas?

- a) Há menos de 1 ano. b) Entre 1 e 5 anos.
c) Entre 6 e 10 anos. d) Entre 11 e 15 anos.
e) Entre 16 e 20 anos. f) Há mais de 21 anos.

6. Você já trabalhou com EJA, antes de lecionar no Ceja?

- a) sim b) não

7. Há quanto tempo você leciona NESTA escola?

- a) Há menos de 1 ano. b) Entre 1 e 5 anos. c) Entre 6 e 10 anos.
d) Entre 11 e 15 anos. e) Entre 16 e 18 anos.

8. Você exerce alguma outra atividade remunerada?

- a) Não.
b) Sim, sou professor em outra escola.
c) Sim, uma atividade fora do magistério.

9. Qual a sua renda bruta, somando todos os seus rendimentos?

- a) de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00
b) de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
c) de R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00
d) de R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00
e) mais de R\$ 5.000,00

10. Considerando sua prática pedagógica, marque as opções que achar necessário.

- a) Considero as experiências dos alunos ao orientá-los a respeito dos conteúdos.
b) Coloco o aluno em situação de protagonista da sua aprendizagem.
c) Interajo com professores de áreas diferentes no intuito de promover um ensino interdisciplinar.
d) Sou aberto para novas metodologias de ensino.
e) Explico, exclusivamente, os conteúdos dos módulos e cadernos de ensino.

11. Você participou de alguma formação para trabalhar com Educação de Jovens e Adultos depois de estar lotado nesta escola?

- a) sim b) não

12. Se participa de formação continuada, como avalia esta formação?

- a) Pouco instrutiva
b) Boa
c) Muito boa

13. Você se sente preparado para trabalhar com o público de jovens e adultos?

- a) sim b) não

14. Dentre os fatores listados abaixo, selecione aqueles que você percebe que contribuem para que os alunos abandonem a escola.

- a) desemprego.
b) jornada excessiva de trabalho.
c) falta de tempo para estudar.
d) falta de interesse pelos estudos.
e) problemas de saúde ou acidentes com eles ou familiares.
f) Gravidez.
g) Cansaço.
h) Distância da sua moradia até o Ceja.
i) Motivos pessoais: casamento / filhos.
j) Motivos financeiros.
k) Falta de incentivo dos familiares.
l) Desânimo, por não ver nos estudos a esperança de melhorar a vida.

m) condições de infraestrutura da escola.

n) dificuldade de aprendizagem.

o) curso muito difícil.

p) dificuldade de aprender sozinho.

q) reprovações nas avaliações.

r) Outros: _____

16. Você considera satisfatória a forma como os alunos são acolhidos nesta escola?

a) sim . b) precisa melhorar.

17. Se acha que precisa melhorar, dê sua opinião de como deveria ser.

18. Você considera importante um bom acolhimento ao aluno por parte do professor? Por quê?

19. O material didático utilizado no Ceja é adequado ao público da EJA?

a) sim b) não

20. Na sua concepção, o currículo (conteúdo e a metodologia) ofertado no Ceja é adequado ao público jovem e adulto? Se não, como deveria ser?

a) sim

b) não.

21. A infrequência docente no Ceja contribui para que os alunos parem de frequentar a escola.

a) Concordo totalmente.

b) Concordo.

c) Discordo.

d) Discordo totalmente.

22. O número de professores lotados no Ceja é suficiente para atender satisfatoriamente os alunos.

a) Concordo totalmente.

b) Concordo.

c) Discordo.

d) Discordo totalmente.

21. Na sua opinião, como a gestão pode contribuir para aumentar a permanência dos alunos na escola?

Muito obrigado por contribuir com a melhoria do nosso trabalho. A sua opinião é muito importante para que possamos aumentar o número de concluintes no CESEC de Betim.

NAYANE JUVENCIO DE SOUSA

**A BAIXA PERMANÊNCIA DE ALUNOS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS JOÃO DA SILVA RAMOS: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 12/07/2019.



Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella (orientador)
Universidade de São Paulo



Profa. Dra. Daniela Fantoni de Lima Alexandrino
Universidade do Estado de Minas Gerais



Profa. Dra. Joyce Louback Lourenço
Centro Universitário Celso Lisboa

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sousa, Nayane Juvencio de.

A baixa permanência de alunos no Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos: um estudo de caso / Nayane Juvencio de Sousa. -- 2019.

125 p. : il.

Orientador: Alexandre Chibebe Nicolella

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Educação, 2019.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Baixa conclusão escolar. 3. Fatores associados ao abandono. I. Nicolella, Alexandre Chibebe, orient. II. Título.